

Fabiane Popinigis

Trabalhadores e patuscos

Os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas
no Rio de Janeiro (1850-1912)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Campinas-SP
Julho de 1998

UNIDADE	BC
N.º ORÇ. ANUA:	
N.º	
V. C.	
TÍTULO	35408
PREÇO	395,98
	0 1 0 8
PREÇO	88,11,00
DATA	09/10/98
N.º CPD	

CM-00117747-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P 812 t **Popinigis, Fabiane**
Trabalhadores e patuscos : os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912) / Fabiane Popinigis . - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História social. 2. Trabalhadores - Rio de Janeiro (Cidade) - 1850 - 1912. 3. Comerciantes brasileiros. 4. Imprensa. I. Chalhoub, Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Fabiane Popinigis

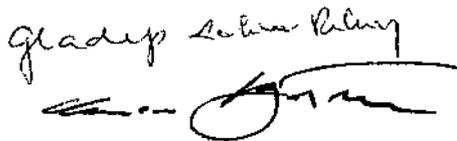
Trabalhadores e patuscos

Os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas
no Rio de Janeiro (1850-1912)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
25/07/1998

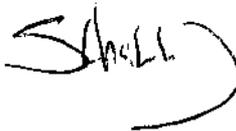
Profa. Dra. Gladys Sabino Ribeiro



Prof. Dr. Claudio de Moraes Batalha



Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)



Campinas-SP
Julho de 1998

AGRADECIMENTOS

Tarefa difícil esta, de agradecer a todos os que me ajudaram, de alguma forma, a realizar este trabalho. Na verdade, todo mundo que participou já sabe o quanto foi importante, mas sempre é bom lembrá-los.

Devo dizer que o pessoal do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Arquivo Edgar Leuenroth e da biblioteca do IFCH sempre foram muito atenciosos, procurando me ajudar. Desde a me ensinar a mexer com as novas (na época elas eram novas) leitoras de microfimes do Edgar Leuenroth, até encontrar documentos desaparecidos, como na Biblioteca Nacional, ou mesmo na biblioteca do IFCH. O Luciano, nesse caso, é sempre solícito e incansável. A Marli e a Lurdinha, da secretaria de pós-graduação do IFCH.

Agradeço aos colegas de mestrado, Alexandre Lazzari e João Paulo Coelho, pelos momentos de companheirismo e paciência durante todo o percurso. Ao Alê pelas leituras e palpites sobre o texto. Ao João Paulo pelas inúmeras referências que gentilmente me encaminhou. Aliás, Sílvia Martins de Souza e Silva também me ajudou imensamente com suas referências sobre o teatro de São Januário.

Ao Michael M.Hall agradeço pela atenção e disponibilidade desde o começo das pesquisas, ainda na graduação, quando eu me interessava pela propaganda anarquista. Seus comentários e indicações bibliográficas sempre foram muito úteis. Cláudio Batalha me forneceu fontes importantes e ajudou a definir o último capítulo da tese. Aproveitei muito os comentários pertinentes feitos por Clementina Pereira da Cunha durante o exame de qualificação, embora não tenha podido dar conta de todas as suas sugestões interessantes por falta de tempo.

Leonardo Pereira teve a paciência de ler os primeiros capítulos e discutí-los comigo, o que foi essencial para que eles ficassem mais organizados e de mais fácil intelecção. Na verdade ele me deu aulas de clareza e organização. Isso foi o que Sidney Chalhoub, meu orientador desde a graduação, sempre fez. Só que além disso, me ensinou a estruturar um projeto, direcionar a pesquisa e, sobretudo, a conseguir escrever coisas que as pessoas não só entendessem como gostassem de ler. Não preciso dizer que ele fez isso quase sempre de

maneira divertida. Espero que eu tenha posto em prática boa parte do que aprendi com ele: desde seu amor pela profissão até a clareza ao expor os argumentos.

Na parte final da redação, o enorme apoio e a presença atenciosa de sempre eu devo ao Alexandre Soriano, que, apesar das dificuldades, ajudou na revisão do texto. Ele e minha família, sem dúvida, foram o melhor “colo” nos momentos de “desespero profundo”. Minha mãe cuidou de mim e me acolheu em casa, sempre carinhosa, paciente e atenciosa. Me agüentou estressada e mal-humorada, sempre em frente ao micro. Nos momentos em que mais precisei, ela estava lá. O meu irmão, companhia sempre divertida e agradável, me fez rir e passar por momentos prazerosos quando eles prometiam ser bem enfadonhos. Meu pai me deu, como sempre todo o carinho e apoio.

Lá em casa eu tinha uma companhia: o Rex também estava escrevendo a tese dele. Ficávamos trocando momentos de descanso e nos incentivando mutuamente e apostando quem escrevia mais páginas primeiro. Chamei a Ana Cláudia e a Valéria de “anjos da guarda”, porque estavam perto de mim em momentos críticos. Logo depois, Elciene Azevedo mostrou que era um deles também. A Letícia e a Juciara deram uma força, sempre amigonas.

O Kleber ficou com a pior parte disso. A ele eu devo desculpas pelo stress de muitos momentos, que ele suportou com compreensão.

Ao Marcelo e ao Bacalhau agradeço pela paciência e gentileza com que sempre me trataram no longo período que passei em seu apartamento no Rio de Janeiro, enquanto pesquisava.

Ao CNPq agradeço o auxílio financeiro que possibilitou a conclusão deste trabalho.

A todo mundo que esteve em volta, porque os amigos sempre ajudam de alguma forma, meus sinceros agradecimentos.

Índice

Introdução	1
Capítulo I – Caixeiros que queriam ser patrões	
1 – Introdução	8
2 - Relações entre patrões e empregados	22
3 – Fiéis porém malandros	29
4 - Um campo de disputas	33
Capítulo II – De portas fechadas	
1 – Da casa para a rua	39
2 – Cabeças loucas, ouvidos “moucos”	43
3 – Da religiosidade ao civismo	49
4 – Do atraso ao progresso: “trabalhadores” e “moços honestos” nas ruas	67
Capítulo III – Caixeiros que não podiam ser patrões	
1 – A queda do mito	84
2 – Caixeiros e operários	88
3 – Caixeiros, empregados no comércio, assistentes do comércio no Rio de Janeiro	100
4 – Sobre as associações de classe	107
5 – Discussão sobre o projeto de lei que regulamentaria o fechamento das portas	120
Conclusão	130
Fontes e bibliografia	136

INTRODUÇÃO:

No dia 20 de janeiro de 1912 o salão da pomposa e poderosa Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro enchia-se de sócios e convidados. Entre políticos - incluindo o próprio prefeito e o deputado federal Dr. Coelho Neto - médicos, advogados, juristas e comerciantes (grandes ou pequenos), encontrariam-se também empregados no comércio. Afinal, a festa comemorava justamente aquilo com o que sonhavam havia tantos anos: uma lei que regulasse o fechamento das portas, que estabelecesse limites à jornada de trabalho.

Desde meados do século dezenove as folgas no trabalho eram desejadas pelos caixeiros. Não havia lei que regulasse seu regime de trabalho e, portanto, eles dependiam da boa vontade do patrão, que era para eles quase como um pai. Isso porque, na segunda metade do século dezenove, normalmente as casas comerciais eram também a moradia do caixeiro, quando não a da família do patrão. O caixeiro quase sempre ia morar com o negociante muito cedo, bem jovem ainda, para aprender o ofício do comércio. O patrão era, portanto, responsável por ele. Sendo indivíduo de confiança do patrão, o caixeiro ambicionava um dia ser sócio da venda, ou mesmo um pequeno proprietário independente.

A freqüência significativa de caixeiros às peças representadas no Teatro São Januário nos faz crer que era fato corriqueiro que os caixeiros tivessem folga em algumas horas do domingo, embora elas não estivessem previstas em lei. Um dos freqüentadores do Teatro São Januário fez um pedido ao redator do Jornal do Comércio:

“Sr. Redator - Lemos com justa razão a advertência feita ontem por sua respeitada folha à diretoria do teatro de São Januário, sobre a indispensável necessidade de saber-se ao certo as horas em que começam, e podem acabar os espetáculos da tarde; porquanto, como caixeiros que somos, não podemos entrar em divertimentos desta ordem para desfrutar apenas a metade. Esperamos portanto ser atendidos, e desde já lhe prometemos nossa assistência.

Ass. Um que aspira a capitalista.”¹

¹ Jornal do Comércio; 05 de junho de 1855. [Todas as informações referentes ao Teatro São Januário foram gentilmente cedidas pela colega Sílvia Cristina Martins de Souza e Silva.]

A preocupação em relação à hora do término do espetáculo indica que os caixeiros tinham hora para se recolher. Seu horário de “folga” era restrito. Ele assina como “um que aspira a capitalista.”, deixando claro que era este seu objetivo.

Em 1860 o teatro oferecia espetáculos à tarde e à noite todos os domingos, por sugestão dos próprios caixeiros.² Se, por um lado, este era considerado um divertimento “honesto e instrutivo” para os caixeiros, em lugar de outras distrações, “mais caras e não poucas vezes prejudiciais”, por outro ele incomodava a alguns patrões:

“(…) Custa a crer que um empresário de certo teatro consinta a alguns moços inexperientes que se dedicam à carreira comercial, que empreguem as horas em que saem para serviço de seus patrões assistindo ensaios, metendo-se em intrigas de bastidores, formando partido (...) O Sr. Empresário, como bom pai de família, deve, sem perda de tempo aconselhar a esses mesmos moços (...) que reflitam melhor, que procedam de outra maneira, afim (sic) de que, para o futuro, mereçam de bom crédito entre os comerciantes probos.”³

A partir deste testemunho de um comerciante percebemos que as folgas utilizadas pelos caixeiros para irem ao teatro nem sempre eram consentidas pelos patrões, mas, por vezes, “tomadas” aos momentos de trabalho, em que deveriam sair “a serviço” dos mesmos (para fazer entregas, cobranças, compras ou vendas). Além disso, o patrão citado acima utiliza-se do desejo maior dos caixeiros - ser patrão - para “aconselha-los”. Ele escreve que era melhor que se portassem de outra forma para merecerem o crédito dos patrões “probos” da praça. Ou seja, eles precisavam se portar de acordo com o que queriam deles os patrões das lojas prósperas para que caíssem nas boas graças dos mesmos. Alimentavam as esperanças de ascensão social dos caixeiros para que eles se comportassem de acordo com suas determinações.

O teatro apresentava várias peças sobre caixeiros. Em 1864 representou-se pela primeira vez a peça “A Esperança dos Caixeiros”, de J.J.R. Maia. Esta peça tinha o título original de “O Fechamento das Portas”, mas foram feitas modificações pela censura, inclusive o título.⁴ Esta peça trata de uma trama dos caixeiros em torno de

² Diário do Rio de Janeiro: 19 de abril de 1860.

³ “A Classe Caixiral”: Correio Mercantil: 25 de setembro de 1857

⁴ Parecer de Tomás José Serqueira B.N. setor de manuscritos da Biblioteca Nacional: I - 8, 14. 65

uma tentativa de organizar o fechamento das portas. Seus patrões, sem saber que eram seus próprios caixeiros que estavam por trás dos folhetos propagandistas, deliberavam contra os planos dos misteriosos caixeiros, e vociferavam contra o absurdo da pretensão caixeiral. Durante a peça, vemos as mil peripécias que os caixeiros aprontam sem serem descobertos. No final do texto, eles finalmente são descobertos pelos patrões. Neste momento, entretanto, ganham o prêmio de um bilhete sorteado, um deles casa-se com a filha do patrão e todos ficam felizes. Mas, a partir de então, os dois caixeiros, agora ricos negociantes, não querem mais saber do fechamento das portas.

A relação entre patrões e caixeiros é, portanto, permeada de conflitos não resolvidos diretamente e determinada por meio de aparentes “lealdades verticais” e obrigações recíprocas. A ambivalência no comportamento dos caixeiros que se apresentou em toda a documentação pesquisada, sejam as peças de teatro, os romances ou os artigos de revistas e periódicos consultados, mostrou que eles não eram nem totalmente ascetas, nem totalmente “patuscos”; ou seja, nem passavam dias e noites a trabalhar pensando unicamente no progresso comercial do patrão, nem tampouco eram malandros e farristas, enganando sistematicamente os patrões em prol da diversão e da “libertinagem”.

O que procurei entender com este trabalho foi, sobretudo, que dimensão tomou a mudança nas relações entre patrões e caixeiros e, sobretudo, sua gradativa transformação da metade do século dezenove para o início do vinte. Havia anos que os caixeiros conseguiam vários avanços nas condições de trabalho através de uma campanha individual com o próprio patrão. Por que os caixeiros começaram a querer uma legislação para regular seu horário de trabalho em “apenas” doze horas diárias e em seis dias por semana? O que teria mudado para que eles deixassem de acreditar, em grande parte, como em 1911, na possibilidade mais concreta de virem a ser patrões?

O molde legalista com que os empregados no comércio do Rio de Janeiro quase sempre conduziram suas negociações com o patronato tinha suas raízes no paternalismo das relações que, desde a primeira metade do século dezenove, se estabeleceram entre eles. Esses laços continuaram a sustentar as relações entre uns e outros até o início do século XX. Desde o final do século passado, no entanto, a tentativa do fechamento fez com que essas relações extrapolassem o âmbito privado em que se encontravam em dois sentidos. Primeiro, os caixeiros, organizando-se,

formaram associações e transformaram causas particulares em reivindicações classistas - ainda que suas relações continuassem sendo permeadas por cuidados e ações de acordo com as regras de obrigações mútuas. Segundo, eles saíram dos estabelecimentos comerciais para as ruas, apelando então para a “boa vontade” não mais - ou não apenas - dos patrões, mas dos poderes públicos. O que já ocorria durante o império se intensificaria com o advento da república. Apropriando-se do discurso republicano, os empregados no comércio lutavam pela sua causa apelando para os “dignos cidadãos” e para a causa “igualitária” que permeava o imaginário republicano.

Em campanha pelo fechamento das portas, o próprio Silva Jardim, republicano ilustre, foi chamado para defender a campanha dos caixeiros na sede da Associação dos Empregados no Comércio. Ele defendeu, então, justamente a idéia da colaboração entre as classes. Os patrões deveriam ser bons para os seus empregados, contribuindo com suas pretensões, assim como os empregados deveriam contribuir para a prosperidade de seus patrões.⁵ Neste caso, o paternalismo ainda se apresentava, mesmo que não fosse predominante, nas relações entre caixeiro- patrão ou mesmo na relação caixeiro-poder público, como um compromisso recíproco.⁶

Toda a transição pela qual passou o movimento dos empregados no comércio - desde o apelo aos patrões, pessoalmente e pelo jornal, passando pelas saídas às ruas para reivindicar o fechamento de cada casa comercial aberta após as oito horas da noite, até a criação de associações que não incluíssem patrões e lutassem por uma legislação específica, em contato direto com os poderes públicos - acompanhou a mudança substancial em sua forma de viver e trabalhar. Modificaram-se as casas comerciais, os patrões eram outros, o próprio comércio desenvolvia-se de forma diferente. As relações entre os indivíduos se modificaram, mas o paternalismo

⁵ Silva Jardim - “O Comércio e a Sociedade - A questão do descanso aos empregados do comércio”: Correio do Povo - Órgão republicano; 7 de novembro de 1889.

⁶Eugene Genovese descreveu o movimento do paternalismo como uma ideologia não hegemônica ou mesmo subordinada no texto “O Destino do paternalismo na sociedade burguesa moderna: O caso do Japão”. Segundo Genovese, o paternalismo, como ideologia de dominação social, teria declinado progressivamente após o fim da escravidão e à medida que as relações sociais burguesas se desenvolviam no sul dos Estados Unidos. Isso, no entanto, não o teria eliminado totalmente como ingrediente das relações sociais. Um regime burguês não impediria manifestações de cunho paternalista: “Alguma coisa que se assemelha ao paternalismo entra em todas as formas de relações humanas, inclusive as mais burguesas” Além disso, ele explica que regimes burgueses teriam, por vezes, chegado mesmo a estimular o paternalismo. Eugene D. Genovese: Roll, Jordan Roll - The world the slaves made; First Vintage Books Edition: 1976.

permaneceu, ainda que como pano de fundo. Os caixeiros, utilizando-se das brechas que o paternalismo das relações entre eles e seus patrões permitiu, continuaram a utilizar, nas primeiras décadas republicanas, os mesmos pressupostos que permeavam suas ações com os poderes públicos durante o império. Ou seja, mesmo que o governo republicano agisse de acordo com outros pressupostos - dominados pelo liberalismo do *laissez-faire*, mas que visavam uma maior inserção das diversas camadas sociais na esfera de controle do poder público - as manobras dos empregados no comércio, inserindo-se nos convenientes moldes republicanos, ainda eram permeadas do comportamento referente às práticas paternalistas.

Em última instância, tanto a prática como a mentalidade de cunho paternalista não desapareceram com o fim da escravidão.⁷ Elas se transformaram e adotaram características diferentes, não eliminando, por isso, todos os resquícios das formulações anteriores. Se todo o problema da regulamentação das horas de trabalho para as classes trabalhadoras em geral não foi uma especificidade brasileira no período, também o caso dos empregados no comércio não parece tê-lo sido.⁸ Mas a maneira pela qual os empregados do comércio carioca procuraram solucionar a questão do fechamento das portas teve as suas próprias especificidades.

Cláudio Batalha definiu o patronato industrial brasileiro do início do século como dominado pelo *laissez-faire*, que repugnava qualquer interferência na liberdade

⁷ "A destruição da escravidão significou o fim do paternalismo como o ideal sulista reinante de relações sociais; não significou o desaparecimento total do paternalismo como ingrediente em relações sociais." In Genovese *op.cit.* pag.661.

⁸ Alguns citam o exemplo francês, como era de praxe, em termos de "civilização", neste caso determinando uma legislação trabalhista mais justa. O autor de uma carta feroz, que criticava o projeto a ser votado pela Câmara Municipal, comparava o comércio brasileiro com o francês para ressaltar as cruéis singularidades brasileiras: "(...) Vamos apreciar os alegados contra o repouso nesses dias. 1º. grande número de feriados: O número de feriados brasileiros é igual ao número de feriados da França; além disso, em muitos países da Europa, e mesmo latinos, isto é, França, os outros não merecem menção, concedem, cada ano, oito ou quinze dias de férias aos seus empregados e de cinco em cinco anos, um ou dois meses, com vencimentos, impondo a condição de viajarem" em O Paiz: 29 de julho de 1906. Essa afirmação, no entanto, difere da deste caixeiro de Santos, que informa a formação da União dos Empregados no Comércio de Santos. Referindo-se aqui à movimentação da classe dos empregados no comércio na Argentina, o santista escrevia que a organização brasileira estaria, então, adiantada em relação àquele país. Afirmava também o adiantamento do movimento caixeiral em relação ao movimento operário brasileiro - do qual, portanto, ele se distinguia: "Se em quase todas as classes proletárias o Brasil é o último a agir, assim não deverá acontecer com a dos empregados no comércio, que, no entanto, já se deixou avantajado, muitíssimo pelas suas semelhanças de outros países de menos comércio e menores probabilidades libertárias. Ainda há dias, e aí está um exemplo, entrou em organização o nosso congresso dos empregados no comércio a reunir-se em Buenos Aires, república argentina, para a futura organização da classe." (nota) A reivindicação pelo fechamento das portas ocorria também em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em O Paiz: 22 de junho de 1911 e O Paiz: 27 de julho de 1911.

de mercado por qualquer legislação trabalhista. No entanto, segundo ele, o paternalismo acompanharia a política desse mesmo patronato como forma de repressão, através da oferta de recursos beneficentes.⁹ Por outro lado, os sindicatos teriam como função não apenas a organização econômica da classe como também ocupar as funções que o Estado deveria assegurar; na verdade, a multiplicidade dessas instituições deveu-se ao desinteresse do Estado “liberal”, que considerava então a seguridade social como um domínio da iniciativa privada.¹⁰

Mas de fato foi, já durante o regime republicano que, no Rio de Janeiro, em fins do ano de 1911, foi aprovado o projeto que regularia o trabalho dos empregados no comércio. O projeto limitava o trabalho das categorias abrangidas por ele a 12 horas diárias. Em várias casas de comércio isso já ocorria há tempos e muitos empregados não ficaram satisfeitos. No momento da aprovação do projeto, os caixeiros tinham o apoio da imprensa em geral e a campanha se tornava cada vez mais ampla. É possível que o projeto, embora tivesse o mérito de legitimar um estado de coisas que há muito vinha sendo conquistado na prática, fosse um afago dos poderes públicos nos espíritos inquietos das associações de classe e da opinião pública. Mais ainda: transferia “oficialmente”, dos patrões para os poderes públicos, o encargo da tutela sobre os caixeiros.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro mostra diversas representações do caixeiro através da imprensa e de romances do século dezenove. As fontes serviram para construir, e ao mesmo tempo relativizar, as imagens sobre o caixeiro e suas relações com o patrão, sobre a vida que ele levava e seu sonho de subir na escala social.

O segundo capítulo analisa o movimento dos caixeiros, através da correspondência enviada à Câmara Municipal, no intuito de conseguirem o fechamento das portas aos domingos. A imprensa também publicava esses “apelos” que, se anteriormente eram remetidas aos patrões, passaram a sê-lo também aos poderes públicos. Logo depois, no entanto, veremos os caixeiros numa ação reivindicativa que ganhou as ruas. A representação disso pela imprensa passava por uma definição dos

⁹ Cláudio Batalha; *Le syndicalisme ‘amarçlo’ a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de doutorado de Universidade de Paris I: 1986. Pág.65.

¹⁰ *Idem*: págs. 78-80.

empregados do comércio como “honestos” e “trabalhadores”, e suas reivindicações eram defendidas como “justas” e razoáveis.

O terceiro capítulo acompanha a mudança política no comportamento dos caixeiros, que tem início quando o mito da mobilidade social no comércio começa a desmoronar. O comércio “moderno” dos grandes magazines tomava espaço e convivia com as pequenas vendas de secos e molhados, as tavernas e os bares. As sociedades de empregados no comércio se multiplicavam e mudavam seu perfil e atuação política, passando da função única de beneficência à de resistência. Veremos como as associações discutiram suas diferenças de atuação e reivindicaram a consolidação, em lei, de uma prática muitas vezes já adotada no cotidiano. A lei aprovada no final de 1911 foi amplamente discutida, através da imprensa, por caixeiros, juristas e advogados; foi o resultado da longa campanha pelo fechamento das portas.

CAPÍTULO 1: CAIXEIROS QUE QUERIAM SER PATRÕES:

1. Introdução:

“Estou fatigado! Muito custa dirigir uma venda bem afreguesada como esta. Mas, ah, se eu dela fosse dono, outro galo não cantaria... Há seis anos que cheguei do Porto e ainda sou caixeiro. Não pensei, quando vim para o Brasil, que fizesse fortuna tão devagar. É verdade que sou primeiro caixeiro da taverna da viúva de meu amo, mas o que é isto para mim? Para mim, que sou ambicioso? Sim, uma ambição roedora me estraga alma, dorme e acorda comigo, não me deixa um só instante tranqüilo; traz-me em delírio, confunde-me as idéias. Ah, quantas vezes tenho eu vendido aguardente de França por aguardente do Reino, lingüiças por paios e cebolas por alhos! Ambição, horrível martírio, quando te verei eu satisfeita?”

O caixeiro Mameel, na peça O Caixeiro da Taverna de Martins Pena.¹¹

O caixeiro de Martins Pena afirma ser um sujeito bastante ambicioso: veio de Portugal para ganhar a vida e, segundo ele mesmo, vendia uma mercadoria pela outra. Afinal, o que seria um caixeiro?

Primeiro veremos no que trabalhava um *caixeiro*, o que ele fazia, como vivia. Depois procuraremos saber como agia: se era metido a esperto, levando a vida “na flauta”, tranqüilamente, ou trabalhava sem parar, sempre cansado, levando - como eles diziam - uma vida “honesta” e “ascética”. Talvez fosse um pouco de tudo. Era nisso que eu pensava enquanto lia os romances e os artigos de jornais ou revistas que a eles se referiam. Infelizmente a resposta não era tão simples: é justamente por isso que a peça de Martins Pena da qual transcrevi este pequeno trecho é elucidativa em vários sentidos. Para Lenira Menezes Martinho¹² a peça de Pena serve como exemplo de que os caixeiros, tentando se inserir definitivamente no “mundo dos patrões”, levavam uma vida ascética e pensavam no dia em que seriam também patrões. Ela escreve:

¹¹ Martins Pena: “O Caixeiro da Taverna” em Quem Casa Quer Casa, ed. Crítica da Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: MEC, 1965.

¹² Lenira Menezes Martinho: “Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento.” Em Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein: Negociantes e Caixeiros na

“Os caixeiros adotavam os padrões de conduta do comerciante: uma vida dura, muito trabalho e poucos gastos, isto é, uma vida ascética. Daí sua adesão ao mundo do patrão, com quem ele evitava se indispor.”¹³

Será que os caixeiros realmente viviam totalmente no mundo dos patrões, de acordo com sua conduta não elaborando seus próprios valores? Deixando para me ater a maiores detalhes desta análise mais adiante, voltaremos à peça de Pena para definir a imagem do caixeiro construída nas outras fontes utilizadas.

Em primeiro lugar, um caixeiro, no período pesquisado - que vai de meados do século dezenove até o início do século vinte (1912) - tinha várias funções. Além dessas várias funções, havia também uma escala hierárquica dentro da profissão de caixeiro. E ainda, em diferentes períodos as funções desses indivíduos sofreram algumas modificações. Mas, antes de tudo, o caixeiro era o que aos poucos vai sendo chamado de empregado do comércio. Era o caixeirinho que atendia ao balcão, organizava e carregava as mercadorias, vendia, entregava e fazia as contas. O leitor deve estar imaginando como é que o pobre coitado fazia todas essas coisas ao mesmo tempo. Mas acontece que os estabelecimentos maiores tinham mais de um caixeiro. O caixeiro que cuidava das finanças da casa era o primeiro-caixeiro (muitas vezes tão maldito na literatura quanto o próprio patrão). Já o *vassoura*, por exemplo, era o último caixeiro de um estabelecimento. Na venda descrita por Martins Pena, por exemplo, os três caixeiros da taverna tinham funções bem diferentes. O primeiro caixeiro cuidava das tarefas e das contas da venda como se fosse o próprio dono dela. Ele pergunta àquele que deveria ser o seu segundo caixeiro: “Em que estado estão aquelas pipas de vinho de Lisboa?” Ao que o Antônio - o segundo caixeiro - responde: “Ambas pelo meio” E Manuel então ordena: “Pois acabe de as encher com água fresca e bote-lhe dentro dous engaços de bananas e uma porção de pau-campeche para lhe dar cor e tom; e quando o vender, diga aos fregueses que é vinho superior da Companhia do Alto-Douro.” Lá vai o Antônio obedecer ao senhor Manuel.

Há também o terceiro caixeiro, que é encarregado por Manuel de fazer as cobranças. E leiamos a descrição deste personagem feita por Pena:

“Entra um menino de doze anos, de calça e em mangas de camisa, calçado de tamancos e muito sujo.

Manuel- Toma estas contas, vai cobrá-las. Os nomes aí estão (*Dá um maço de papéis*) Se algum dos devedores não quiser pagar, diga-lhe que o mandarei por no *Jornal do Comércio*. Anda, vai. (*O menino vai*)”

Os dois caixeiros estão, portanto, subordinados ao Manuel¹⁴. Manuel cuida das contas da casa, administra-a e é o “chuchu” da dona da venda. Os outros caixeiros obedecem. O segundo caixeiro da casa é o caixeiro de balcão e faz o que o Manuel manda. O menino é o *vassoura*, ou o *caixeiro de fora*, que faz entregas e cobranças.

Lenira Menezes explica as funções do primeiro caixeiro:

“O guarda livros ou o primeiro caixeiro; fazia a escrituração dos negociantes, cuidando da caixa além da correspondência.”¹⁵

Por isso:

“O primeiro caixeiro e o guarda livros ocupavam um lugar de destaque na escala hierárquica dos empregados de uma loja, devendo-lhes os outros caixeiros obediência e respeito.”¹⁶

O mesmo se dá no livro de Joaquim Manuel de Macedo, *O Moço Loiro*,¹⁷ de 1845. Félix, o guarda-livros da família de Hugo de Mendonça tem alguns caixeiros às suas ordens. Ele mora na casa comercial em que trabalha, assim como os demais caixeiros, e é ele quem sabe melhor e mais detalhadamente de todos os problemas da venda e da vida de seu “amo”. Os outros caixeiros lhe eram subordinados, da mesma forma que Antônio e o menino em relação a Manuel. Todos os caixeiros da casa de Hugo de Mendonça, inclusive o Félix, nunca se recolhiam antes das dez horas. Embora

¹⁴ A classificação dos caixeiros segundo as variadas funções de acordo com Lenira Menezes Martinho é a seguinte:

- O caixeiro de balcão: encarregado, pelos comerciantes a retalho, de efetuar vendas nos balcões.
- Caixeiro de fora (ou de porta-fora) : encarregado das cobranças e das vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo;
- Caixeiro de escritório: encarregado do expediente e de todo o trabalho de escritório, como cópias de cartas, faturas de letras, ou das compras e vendas em grosso (ou por atacado).
- Guarda-livros ou 1º caixeiro: fazia a escrituração dos negociantes, cuidando da caixa, além da correspondência. *In* Martinho op.cit. pág.38.

¹⁵ Idem, pag.08.

¹⁶ Idem, pág.39.

¹⁷ Joaquim Manuel de Macedo; *O Moço Loiro* - São Paulo, Ática: 1994.

essas diferenças hierárquicas e de função existissem e fossem bastante significativas, trataremos de caixeiros em geral e nos referiremos a um ou a outro tipo de caixeiro especificamente apenas quando isto for citado na fonte ou relevante na situação descrita.

O romance O Moço Loiro de Joaquim Manuel de Macedo gira em torno de uma família de comerciantes da alta sociedade, em Niterói, meados do século dezenove. A trama trata da traição do caixeiro Félix a Hugo de Mendonça, seu patrão e patriarca da família, e do amor da filha de Hugo, a bela e “pura” Honorina, por um misterioso moço, a quem ela chama de moço loiro.

Vamos à história: como o primeiro-caixeiro dos negócios da família, Félix é tido por esta como um filho. Acolhido em casa de Hugo de Mendonça, vivia como irmão entre os dois jovens da família. Uma delas é a filha de Hugo, Honorina, que tinha, então, nove anos. O outro é seu primo Lauro, um jovem mancebo de idéias modernas. Ela, como todas as mulheres da família haviam feito até então, tem que receber uma cruz cravejada de brilhantes, que era dada a todas as meninas quando completassem nove anos. Mas a cruz da família, destinada a Honorina, mal chegou às suas mãos. Ela fora roubada e Lauro acusado do roubo. Ele foi humilhado e expulso da casa jurando que provaria sua inocência antes de voltar a ser visto pela família novamente. Anos depois, ele cumpre sua promessa e volta para provar sua inocência, mas sem revelar sua verdadeira identidade antes disso. Ele se apaixona então pela prima, Honorina, que agora era a mais bela e formosa moça da Côrte. Para ajudá-lo ele tem Carlos, um menino sujo e “em mangas de camisa”, que seria seu caixeiro de confiança. Carlos consegue infiltrar-se entre os caixeiros da casa de Hugo de Mendonça como caixeiro de fora e passa a ser espião de Lauro. Otávio, amigo do caixeiro Félix, deixara de ser caixeiro para herdar a loja do pai tão logo este morrera. Otávio era o único que sabia da verdade: Félix, fora o ladrão da cruz da família. Enlouquecido de paixão por Honorina, Otávio vai à casa comercial onde mora o caixeiro Félix e o chantageia, pressionando-o para que emitisse “letras” falsas em nome de Hugo de Mendonça. Essas letras seriam dele, Otávio, supostamente adquiridas em negócios de quando seu pai era vivo, e o prazo do seu pagamento estaria por vencer. Félix, abatido e temeroso de que Otávio revelasse seu segredo, vai à casa de Hugo e lhe expõe a situação em que seus negócios se encontram e este fica desesperado. No dia seguinte ele recebe a visita de Otávio, seu suposto credor, que lhe oferece o

cancelamento da dívida, se Honorina aceitasse seu pedido de casamento. Mas Hugo deixa a filha decidir e ela não aceita a proposta que seria a salvação de seu pai, porque ela ama o moço loiro. O moço loiro sabe de tudo e faz o torturado Félix confessar sua dupla traição à família de Hugo: fora ele que roubara a cruz de brilhantes e acusara Lauro. Fora ele também que emitira letras falsas em nome de Hugo de Mendonça. Depois da confissão de Félix o moço loiro se revela: ele não é ninguém menos do que Lauro, o mancebo injustiçado. Provada sua inocência, Lauro casa-se com Honorina e o caixeiro Félix, perdoado por todos, casa-se também.

A história do Moço Loiro, como é fácil perceber, gira em torno de caixeiros e assim podemos saber um pouco mais sobre como eles levavam a vida - que se dava entre a Corte e Niterói, pelo menos segundo Macedo. A família de Hugo de Mendonça veio do Reino de Portugal para o Brasil. É por esta família de comerciantes portugueses que Félix, o caixeiro, é acolhido. Durante o desenrolar da história não lhe faltam elogios:

“Hugo de Mendonça... obrigado a sair da corte para tomar conta dos bens, que longe haviam deixado seus parentes, ele pôs os seus negócios sob a direção de um moço que, há dez anos, era o primeiro caixeiro da casa, e que jamais dera azo à menor desconfiança de sua probidade.”¹⁸

E ainda, quando Hugo se permite desconfiar de Félix ele pensa na fidelidade que seu caixeiro sempre lhe dedicou:

“Mas ao mesmo tempo que tais idéias surgiam-lhe n’alma, Hugo lembrava-se de que Félix havia sido um caixeiro exemplar por sua honra e fidelidade; e a vida inteira do mancebo sem nenhuma mancha, sem a mais leve nódoa, fazia estremecer o negociante arruinado diante da imagem da calúnia.”¹⁹

Lembre-mos que a fidelidade era condição primária de um bom caixeiro para que ele conseguisse dar passos em direção à tão almejada posição social na escala hierárquica dos caixeiros.

Otávio, por exemplo, havia sido guarda-livros de seu pai, e só o deixara de ser após a sua morte, quando herdou seus negócios. Félix explica para uma pretendente de Otávio o duro passado de caixeiro que teve o então rico negociante:

¹⁸ Idem. pág.201.

¹⁹ Idem. pág.205.

“Otávio era, ainda há cinco anos, guarda-livros de seu pai; não tinha licença para freqüentar nem saraus, nem assembleias; não contava amigos; eu era o único, que o podia visitar, e ser por ele visitado;”²⁰

Percebemos então que a vida de Otávio era dura enquanto caixeiro, mas parece ter valido a pena, porque agora era o herdeiro de ricos negócios de seu pai. Também Hugo de Mendonça acentua a dureza da vida de um caixeiro quando lamenta sua miséria, que seria assumida honrosamente. Ele diz à mãe:

“-Não, minha mãe, trabalharei noite e dia por minha filha; irei ser um humilde caixeiro, um simples escrevente de cartório, o que primeiro puder ser enfim; mas trabalharei sempre, e muito... dormirei menos duas horas...vestir-me-ei mal... serei capaz de pedir uma esmola;”²¹

Fica parecendo aqui que a vida de caixeiro não é boa nem desejável, mas vimos também que é um meio de fazer fortuna e de inserir-se na sociedade. Além de tudo, ser guarda-livros não era como ser um caixeiro qualquer. Félix tem o respeito e a confiança de toda a família de Hugo de Mendonça, sabendo de seus negócios melhor do que ele mesmo. Além disso e apesar de tudo, Félix acaba conseguindo o perdão de todos e ainda se casa com a prima Rosa, já que ambos se amam e a mãe de Rosa não conseguira nenhum partido melhor para ela. Sem dúvida, ser caixeiro era um meio plausível, até certa época, de um trabalhador inserir-se na sociedade. Embora trabalhasse duro, estaria mais perto das regalias da sociedade e da esperança de tornar-se um negociante no futuro.

A história do Moço Loiro, como podemos ver, reforça o mito do caixeiro. Embora Félix seja um traidor, ele sofre intensamente com isso. Ele se arrependia e tinha que conviver dolorosamente com sua culpa. Era culpado da traição daquele que tinha com ele uma relação bem próxima de paternal, já que, como Macedo descreveu, Félix era tido e tratado como filho por Hugo de Mendonça. Neste caso fica bem claro que o sentimento de “gratidão” e de vínculo com o patrão está internalizado.²² Ele tem

²⁰ Idem, pág.33.

²¹ Idem, pág.227

²² Michel Foucault explica que os efeitos do poder não se justificam apenas pela repressão, porque essa justificativa não dá conta do que existe de produtivo no poder: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceite é simplesmente que ele não pesa só como um a força que diz não, mas que

vergonha da desonra que significa sua traição para com alguém que fora tão “bom” com ele. Ou seja, este sentimento corresponde às definições utilizadas na construção idealizada da vida dos caixeiros e confirma o vínculo existente entre o patrão e o caixeiro, que não era apenas de coerção e repressão, ou mesmo de domínio econômico. Neste caso o caixeiro acreditava na reciprocidade da relação: ele devia ao patrão fidelidade e consideração em troca da “bondade” com que era tratado e acolhido. A relação deles estava longe de se resumir ao aspecto “econômico” da questão.

A leitura do livro de Lenira Menezes Martinho procura resolver esse problema. Foi o estudo mais específico que pude encontrar sobre os caixeiros. Ela faz uma análise da situação dos caixeiros dentro do que ela chamou de “um meio urbano em desenvolvimento”²³. Seu trabalho centra-se na primeira metade do século dezenove, mas mesmo assim há o objeto que nos aproxima: no início da pesquisa, o livro de Menezes me auxiliou a balizar e a direcionar o trabalho.

Em primeiro lugar, comecei a ter uma noção das especificidades da situação do caixeiro. A autora explicava que a quase totalidade dos caixeiros vinha de Portugal ainda criança, já que os comerciantes, portugueses, não queriam saber de brasileiros em suas lojas. Isso, combinado com o fato de que os caixeiros eram também isentados do serviço militar, ajudaria a cultivar a tão citada rivalidade entre lusos e brasileiros: além de diminuir-lhes as chances de emprego, deixavam aos brasileiros as vagas no odiado serviço militar. Ser caixeiro era exercer um cargo de confiança. Segundo a autora, os patrões dependiam imensamente do caixeiro, que além de ficar atrás do balcão atendendo os clientes, tinha muitas outras atribuições, como cuidar da parte administrativa e do caixa. Em geral o caixeiro sabia ler, escrever e fazer contas. Poderia vir de Portugal para o emprego, com seis ou sete anos, e aprendia sua função enquanto morava com o patrão. Na grande parte dos casos ele morava no próprio estabelecimento.²⁴

de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” In Michel Foucault: Microfísica do Poder - Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª. edição: 1986. Pág.08.

²³ Martinho, op.cit.

²⁴ Sobre as horas de trabalho dos caixeiros Lenira escreve que: “O trabalho aos domingos deveria ser uma constante, pois encontramos em um jornal O Caixeiro, fundado em 1873 (do qual a Biblioteca Nacional possui os três primeiros números), uma série de artigos reivindicando a folga aos domingos.” Na verdade existem três jornais, de períodos diferentes, chamados O Caixeiro na Biblioteca Nacional. Um deles é o “Jornal Comercial, Literário e Noticioso”, de 1873, o outro é o “Órgão dedicado à classe caixeiral”, de 1881 e ainda o “Semanário Litterário e recreativo dedicado à

O principal argumento da autora, em torno do qual gira seu trabalho, é o de uma solidariedade entre patrão e empregado. O dia a dia do caixeiro assim descrito o levaria a uma proximidade com o patrão e sua família, e ele então “assimilaria” totalmente o modo de vida do patrão. Isso, segundo ela, explicaria o apoio do caixeiro às atitudes politicamente conservadoras e reacionárias do seu patrão. Este manteria seu empregado sob disciplina férrea e a maneira como o trazia para dentro de casa, estendendo a sua autoridade à vida particular do caixeiro, estava fundamentada na “persistência de valores patriarcais entre os comerciantes”²⁵. Menezes procura fazer uma ligação entre o tratamento que o patrão dava ao caixeiro, numa relação desenvolvida dentro de valores “patriarcais”, e o legado da escravidão: o proprietário estaria ainda acostumado a dispor da vontade, das energias, das forças e “até mesmo da vida de seu escravo”²⁶. E, portanto, reproduzia tal comportamento com seus empregados. Era assim que o caixeiro seria “explorado” em sua capacidade produtiva sem se dar conta: o ambiente familiar em que vivia o caixeiro agiria sobre ele obscurecendo a exploração de que era vítima.

Ser caixeiro era merecer confiança, era ser responsável pelo andamento dos negócios do patrão, era viver dentro da própria casa do patrão, ou em seu estabelecimento comercial. Em geral o caixeiro sabia mais sobre os negócios da casa do que o próprio patrão, já que este quase nunca sabia ler ou escrever. A total falta de preparo do comerciante português em relação aos mecanismos de escrituração garantia uma situação de dependência dele em relação ao seu caixeiro. Lenira Menezes explicita a posição do caixeiro neste caso:

“A profissão de caixeiro era bastante valorizada nos compêndios de comércio da época... Acreditavam que só o conhecimento de escrituração, das operações de câmbio das moedas estrangeiras e das operações de crédito é que levaria o comerciante pátrio a se equivar aos das nações por eles consideradas mais adiantadas, como Inglaterra e França. Daí a consideração elevada em que tinham os caixeiros, que viam como herdeiros dos negócios já com os requisitos considerados indispensáveis ao bom comerciante.”²⁷

classe caixeiral” de 1899. Cada um no seu período e com suas próprias características, mas todos eles reivindicam o fechamento das portas aos domingos e feriados (ou dias santos). Havia ainda o União Caixeiral, de 1903, que tratava do mesmo assunto.

²⁵ Martinho, op.cit. pag.69.

²⁶ Idem, pag.91.

²⁷ Idem, pág.33.

Vimos que tanto na leitura de O Moço Loiro quanto de O Caixeiro da Taverna o sonho e objetivo de todo caixeiro era o de tornar-se patrão, ou ao menos sócio deste. Também de acordo com as mesmas obras, bem como no trecho do texto que reproduzimos acima, essa possibilidade está bem presente nas fontes até o final do século dezenove. É esta, inclusive, a situação que dá graça à peça de Martins Pena: o caixeiro espera que a viúva, sua patroa, lhe dê sociedade no negócio. É seu único sonho, sua maior ambição.

Se o dono da casa morresse, restava ao caixeiro, como homem de confiança, cuidar dos negócios. E muitas vezes ele terminava por casar-se com a viúva ou mesmo com a filha do patrão²⁸. A peça de Martins Pena, O Caixeiro da Taverna, foi usada pela autora como exemplo de “total adesão ao mundo do patrão” pelo caixeiro. A partir da peça ela explica que a possibilidade de ascensão social que existia teria tido implicações nas relações de trabalho entre o patrão e o caixeiro: teria encoberto a exploração de que o caixeiro estaria sendo vítima, reforçando os laços de solidariedade entre eles.

O Caixeiro da Taverna conta a história de um caixeiro que sonha com a sociedade na venda em que trabalha. Na primeira cena, o primeiro caixeiro dá ordens aos demais para misturar água ao vinho e lingüiça com paio. A dona da venda é uma viúva apaixonada pelo seu primeiro-caixeiro, a quem confia seus negócios. O caixeiro, por sua vez, sabe do interesse que a patroa tem por ele e acha que contrariar o amor dela seria correr o risco de perder a sociedade. Por isso casara-se escondido. Ninguém sabia, exceto seu melhor amigo. A confusão começa quando o seu cunhado - que não sabe que o é - vai à venda tirar satisfações com o caixeiro, dizendo que alguém o viu entrando na casa de sua irmã. Isso estragaria seus planos, pois ele já tinha um pretendente promissor para ela. O caixeiro fica irado por planejarem casar sua esposa e quase dá com a língua nos dentes por isso. Na cena seguinte a viúva chega para propor sociedade ao amado. Enquanto isso o amigo do caixeiro e sua própria esposa se intercalam para criar confusões em que ele quase é descoberto pela viúva. A viúva enfim descobre a farsa quando traz o documento concedendo sociedade ao caixeiro para ser assinado e o pega abraçando a esposa, consolando-a. A viúva, enfurecida,

decide então casar-se com o amigo dele. O caixeiro fica louco. Compadecidos, a viúva e seu futuro marido lhe oferecem sociedade no negócio. Então, como é praxe nessas comédias, tudo acaba bem.

A peça de Pena, como o romance de Macedo - ambos publicados pela primeira vez em 1845 -, podem mesmo mostrar os laços paternalistas que ligavam os patrões aos seus empregados de acordo com a perspectiva da análise de Lenira Menezes. O caixeiro Manoel descrito por Pena veio de Portugal e diz trabalhar muito. Ele reafirma a idéia de que o trabalho vai levá-lo a uma melhora significativa da sua posição social e econômica. Ele diz que já havia seis anos que trabalhava duro naquela venda e até então ainda era caixeiro. Tal pensamento de Manoel sugere uma possibilidade de mobilidade social para a classe dos caixeiros. Algo parecido ocorre com o personagem Otávio do romance de Macedo: ele fora caixeiro e, segundo Félix, levava uma vida ascética. Mas seu pai morrera e ele herdara seus negócios, podendo então frequentar a sociedade indo assistir às peças de teatro juntamente com as mais conceituadas famílias da Côrte. Vestido com esmero e na última moda ele podia cortejar as mais desejadas raparigas e visitar os amigos, coisas que, no tempo de caixeiro ele não podia fazer, como afirmou Félix.

No período anterior à década de noventa, o interesse dos caixeiros era “mostrar serviço”. O sonho de todo caixeirinho era de um dia ser patrão, como constatamos nas obras analisadas. A idéia está presente também no texto de I.I.R. Maia, publicado em 1857 e intitulado O Fechamento das Portas ou, as casas de mármore, as portas de bronze, os homens de ouro; farsa dedicada ao caixeiro mais patusco do Rio de Janeiro²⁹ e em O cortiço³⁰ - embora o livro já seja de 1890. Na peça de Maia os caixeiros começam a lutar pelo fechamento das portas, mas terminam por desistir, quando tiveram a possibilidade de serem também patrões. Um deles acaba casando com a filha do patrão.

O periódico O caixeiro, que se auto intitulava “protetor da classe caixeiral” dava exemplos de “ascetismo” dos moços. Tanto nas histórias que contavam esses

²⁸ No romance O Mulato, de Aluizio Azevedo, o primeiro caixeiro arma uma trama para casar-se com a filha do patrão e tornar-se sócio da casa comercial na qual trabalhava. Em Aluizio Azevedo - O Mulato; Porto Alegre, L&PM: 1998.

²⁹ I.I.R. Maia: O Fechamento das Portas ou, as casas de mármore, as portas de bronze, e os homens de ouro, farsa dedicada ao caixeiro mais patusco do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typ. de Peixoto e Leite: 1857.

³⁰ Aluizio Azevedo: O Cortiço. São Paulo: Livraria Martins, 1965.

livros quanto nas colunas do jornal, aparece a idéia da forte possibilidade de o caixeiro subir um degrau na escala hierárquica. Neste trecho de um artigo publicado na Gazeta de Notícias isso fica bem claro:

“A mocidade do comércio mira também chegar algum dia com esforço do trabalho e pela economia (bases da riqueza) a ocupar o lugar de patrões: mas é preciso que se compreenda que ela quer ilustrar-se a fim de não fazerem figura que presentemente faz o que se chama Praça do Comércio.”³¹ (grifo meu)

O autor deste texto é, provavelmente, um caixeiro. Para ele, os patrões “fazem figura” na praça do comércio, o que em geral queria dizer que eram incompetentes ou ignorantes. Mas isso mudaria, porque os caixeiros, futuros patrões, deveriam ter tempo livre para educar-se e fazer melhor seu trabalho do que os patrões de então. Para isso serviria o fechamento das portas. E como chegariam os caixeiros a patrões? Segundo o trecho acima seria através do trabalho e da economia, as “bases da riqueza”. Poderiam ter a esperança de um dia ser patrões os caixeiros que seguissem essa fórmula. O mais interessante é perceber que o autor expõe sua opinião dialogando com um ideário preexistente. O objetivo do texto é o fechamento das portas aos domingos e o argumento é algo que faz parte da concepção não só dos caixeiros, como também dos patrões. Os patrões tinham os caixeiros de confiança como futuros herdeiros de suas casas comerciais.

Em grande parte das fontes, a profissão de caixeiro era algo transitório, como se fosse um degrau para a realização de seus sonhos. E o sonho do qual eles partilhavam era o de virem a ser patrões. O caixeiro Manuel da peça de Martins Pena, por exemplo, define-se como um homem extremamente ambicioso e explica para o amigo Francisco a sua grande ambição:

“Francisco - Manuel, Manuel, que queres tu ser?

Manuel, com mistério - Sócio de minha ama!

Francisco, rindo-se - Ah, ah! E só isso?

Manuel - Só, dizes tu? E que felicidade pode haver no mundo maior para mim? Ah, não sabes que satisfação será a minha, quando escrever em uma conta: Fulano deve a Manuel Pacheco e Viúva Pereira a quantia de tanto, por gêneros comprados em sua venda. Sua, amigo, sua! Ela será também minha!”³²

³¹ O Fechamento das Portas. Gazeta de Notícias, 30 de Janeiro de 1880.

³² Martins Pena, *op.cit.* pág.32

E assim seguia o caixeiro desta venda como os de muitas outras: almejando um dia ter a vida de seu patrão: seu dinheiro, sua posição social, suas vestimentas e mesmo sua filha ou esposa. Um maldoso texto publicado em 1881 no periódico O Iniciador - Dedicado às artes, ciências e literatura em geral - satiriza os caixeiros que, ridiculamente, tentam passar por moços de sociedade, vestindo-se como tais:

“Nasceu e cresceu com a família; e aos doze anos veio, com a caixa de pinho, para a terra das bandeiras.

Humilde durante a semana, é bicho indomesticável ao domingo.

No requinte do último figurino da rua do Hospício, cores quanto mais alagartadas melhor; os joanetes martirizados em *Meliés* de 44 pontos; pescoço enfeitado com gravata de cores vivas e bem assanhadas, faz gosto ver-lhe bonito nó a marinheira com passador de *plaquet*.

Bengala na destra e o enorme e indispensável Havana da Bahia entre o pai de todos e o fura bolos da sinistra.

Chapéu de três pancadas, sempre descaído em ângulo de 25° sobre a orelha, e o sobretudo dobrado, sobre o ombro.

Empertigado como se tivesse engolido o pau da vassoura, olha com petulância do alto da sua prosápia com o mais supremo desdém, para tudo e para todos.

Por mais que se disfarce, por mais que procure macaquear o andar, a compostura, o vestuário do verdadeiro elegante, a natureza domingueira, escamecendo sempre do caixeiro achamboado, atraíçôa-o (sic) pobre diabo e denuncia-o a cada passo.

(...)

Aos domingos de tarde, todo almíscar, todo pomada, costeletas e pastinhas, unhas de luto carregado e a gola cheia de caspa, é o terror das cozinheiras, nas conquistas fáceis que, ao som da música, faz na cascata do campo de Sant'Anna ou a roda da estátua no largo do Roccio.”³³

O autor deste texto não parece simpatizar com os moços que descreve. Ele ridiculariza a tentativa que eles fazem de vestir-se e aprumar-se como faz o que ele chamou de “o verdadeiro elegante”. O pobre caixeiro, com suas “unhas de luto carregado e a gola cheia de caspa”, não passaria de um arremedo do verdadeiro elegante. Ele tenta, fumando o seu charuto Havana da Bahia. Mas ele era inconfundível, o terrível caixeiro das “perenes domingueiras” que ensaiava para assumir seu futuro papel na sociedade. Enquanto isso não acontece, segue

aproveitando como pode o seu domingo, em horas livres “concedidas” pelo patrão. E é neste momento, que ele peca e perde a compostura, fazendo algazarras nos “bonds” e nas ruas tranqüilas da cidade domingueira.

Cristiana Schettini Pereira escreveu sobre as grandes sociedades carnavalescas que saíam às ruas durante o carnaval carioca do século XIX.³⁴ Uma dessas sociedades era o Clube X, sociedade formada, em grande parte, por “jovens do comércio” e estudantes. Pereira escreve que José de Alencar, refere-se ao trajar dos “nobres rapazes” como “simples e decente”, o que denunciaria a proveniência comercial do grupo. Para Alencar o “status” comercial do grupo não tinha sentido negativo, mas, ao contrário, lhe conferia importância, por referir-se a um setor tão “promissor”. Ainda segundo Pereira, os jovens do comércio teriam bons negócios, mas não prestígio social. Eles adotavam, portanto, um discurso em que afirmavam a importância do grupo: cultivar os ideais de civilização não seria então uma questão de berço ou de posição social, mas dos méritos pessoais e do desenvolvimento moral, como conviria a uma classe comercial.³⁵

Outro ponto de vista é o que nos descreve o autor João Luso, em artigo da Revista Kosmos, de 1905. Ele procura justificar as arruaças domingueiras dos caixeiros no Jardim Botânico pelo trabalho árduo da semana:

“Às seis horas da manhã, acordam-no a berros para um dia de incessante e ininterrupto mourejar; salta da cama estremunhado, com uma vaga dor nos ossos que - em caso de queixa - é pelo 1º. caixeiro atribuída pela permanência, longa demais, sobre a magra enxerga do leito. Esperta-se debaixo do chuveiro e, de fato, a dor desaparece ao empilhar dos primeiros sacos. Assim vai até o almoço, depois, chupa um cigarro às pressas e, ocultamente, no fundo do armazém e, sob o olhar que tudo acompanha e tudo censura do “primeiro” maldito, assim continua até o jantar e até às 10 horas, empilhando e desempilhando, suando sempre. O trabalho acaba ordinariamente à hora exata de se fechar a porta. Nem um giro de quarto de hora, pela rua do Ouvidor, nem uma escapada à Avenida, a considerar os progressos do calçamento. Vai direitinho do Armazém para a tarimba. Lá embaixo, faltava o Sol; aqui, quase falta o ar. É nesse lóbrego desconforto, nessa acanhada monotonia que a semana lhe corre sempre igual, com os mesmos rumos a armar e desarmar, o mesmo cigarro

³³ “O Caixeiro” in *O Iniciador* – Dedicado às artes, ciências e literatura em geral: Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1881.

³⁴ Cristiana Schettini Pereira - Nas Barbas de Momo: os sentidos da presença feminina no carnaval das “grandes sociedades” nos últimos anos do século XIX.: Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP: abril de 1995.

³⁵ Idem. Pág. 35 à 39.

sugado de fugida, as mesmas descomposturas, o mesmo fedor a carne seca e a cebola, a mesma reclusão de condenamento da vida.³⁶

Muito diferente da anterior é a imagem do caixeiro que surge dessas linhas. Notamos, facilmente, que o autor é bem favorável aos caixeiros. Português, segundo o próprio nome, seu narrador parece conhecer de perto a vida de caixeiro e, talvez, tivesse sido um deles. Neste artigo, João Luso está justificando a atitude dos caixeiros nos seus passeios de domingo e seu “mau comportamento” segundo outros segmentos da sociedade. É para justificar a atitude espalhafatosa dos caixeiros que ele descreve a vida dura que eles partilham no dia a dia fatigante que lhes caberia como empregados do comércio. Este trecho mostra também o enorme fosso existente entre os caixeiros comuns e o amaldiçoado “primeiro”. O primeiro caixeiro parece ter seus privilégios e tem a superioridade sobre os outros; ele manda e vigia. Quanto ao ascetismo tão propagado por outras fontes não é colocado da mesma forma por este autor. Os caixeiros trabalham incessantemente, de dia e parte da noite, mas sob o olhar do patrão ou do primeiro caixeiro. João Luso não faz menção a qualquer tipo introjeção da ideologia do trabalho pelos ditos caixeiros. Ou seja, eles trabalhavam por que não havia outra opção, e não porque acreditavam que o trabalho os levaria a uma posição melhor.

Neste caso o mito de mobilidade social, do ascetismo e da fidelidade do caixeiro estão relativizados e subjugados ao sofrimento involuntário do dia a dia. Assim o autor retira todo o conteúdo reivindicatório das atitudes dos caixeiros. Eles passam a ser meros coitadinhos, vítimas do cansaço do trabalho diário. Nunca agentes de suas próprias vidas, mas, ao invés disso, simplesmente entregues a um destino ingrato.

³⁶ “O Heroe do Domingo” - *Typos e Symbolos in Revista Kosmos*; ano 22, Novembro de 1905. No.11

2)Relações entre patrões e empregados:

Enfim, tendo uma idéia de quem eram os caixeiros e de como eles viviam, a curiosidade agora é saber qual o tipo de relação que estabeleciam com os patrões. Afinal, como se comportavam e como eram tratados aqueles que, ao que parece, eram quase “da família”. É claro que não há um padrão fixo de comportamento e também é fácil imaginar que essa relação vai se transformando com o passar dos anos, quando a situação dos caixeiros se modifica como um todo. No primeiro momento, até meados da década de 1890, as tensões individuais entre patrões e caixeiros continuavam a fazer parte do cotidiano da vida privada de cada um dos envolvidos. A prática era resolver as questões ali mesmo, entre eles. Até então quem decidia as folgas dos empregados era o próprio patrão. Muitos deles, inclusive, já aproveitavam suas tardes de domingo nos passeios pelo Jardim Botânico quando uma lei que determinava fechamento das portas aos domingos foi aprovada, em 1890. Aos poucos - além da ajuda dos patrões favoráveis à sua causa e os jornais e periódicos que lhes eram simpáticos em geral - eles procuravam cada vez mais o poder público, no caso a Câmara Municipal. A intervenção do poder público nessas questões irritava profundamente muitos comerciantes. É significativo também observar que a primeira associação de comerciários, fundada em 1881, a Associação dos Empregados no Comércio, envolvia tanto caixeiros como patrões. Essas instituições também foram mudando de perfil com o passar dos anos, como veremos depois. Pensemos agora nas situações que envolviam os donos das lojas e seus respectivos empregados e se passavam no dia a dia dentro ou fora das casas comerciais.

No caso do romance já citado, O Moço Loiro, temos o caixeiro Félix, que é o primeiro caixeiro de Hugo de Mendonça. Como o leitor deve se lembrar, Félix havia sido “recolhido” e aceito na casa da família de Honorina e, segundo o próprio Hugo de Mendonça, nunca fizera nada que não justificasse a confiança que nele havia sido depositada. E durante toda a narrativa Félix é elogiado e apresentado como um rapaz sério e bem intencionado. Ainda, por causa de toda a trama que armara, sentia-se culpado e condenava-se por ter traído aquele a quem tanto devia. Mas o mancebo foi, enfim, perdoado após ter tudo revelado aos seus amos. Ele era, afinal, o caixeiro de confiança da casa de comércio de Hugo de Mendonça. Mas vejamos: Félix tem, na opinião de seu patrão, o que já vimos ser a característica básica e essencial no perfil de

um caixeiro: a fidelidade. E Félix cultivava ainda sentimentos de afeto e gratidão pela família que o acolhera. Tinha porém, inveja de Lauro, que recebia mais atenções que ele por ter nas veias o sangue daquela família. Em suma, Félix, caixeiro competente, era tratado como se fosse da família. Ei-lo, na descrição do autor do romance:

“Félix, moço de vinte e seis anos, de estatura ordinária, magro, pálido, com as mãos muito brancas, e bem-feitas, desconfiado, melancólico de natureza, mas com tais qualidades modificadas pela freqüência das sociedades; vestia calça e colete branco, e uma sobrecasaca, que perfeitamente lhe assentava, tinha ao pescoço uma gravata de cor, muito baixa, e bordada com igualdade matemática por uma estreitíssima dobra do colarinho...”³⁷

E Félix era assim. Um “moço decente” e que freqüentava a sociedade. Tudo bem, o trabalho era duro, mas não era qualquer trabalhador que podia “freqüentar a sociedade” e vestir-se com esmero. Além disso, no final do livro ele arruma um casamento com uma moça rica. Até que a vida do Félix não era assim tão dura afinal! Pois é. Mas pensemos no caso do caixeiro Manuel, da peça de Martins Pena. Quando a peça começa ele está reclamando da vida. Diz que é duro administrar uma venda como aquela. Ele é o primeiro caixeiro da casa e é ele que entende das finanças e de tudo o mais. E ele dá as ordens para os outros caixeiros. O que o entristece é ter que cuidar de tudo sem ao menos ser sócio da venda. Mas ele vê uma luz no fim do túnel: o amor da viúva de seu patrão por ele. Esse é o caminho de Manuel para ser o sócio da venda; afinal, já haviam se passado seis anos desde que ele começara a trabalhar ali. Nesse caso, portanto, a viúva gostava do seu caixeiro, coisa que não era incomum. Se o patrão morria, quem administrava a casa era o caixeiro, que era homem “de confiança”. Nada mais simples do que unir o útil ao agradável. Mas havia casos em que o patrão continuava vivo enquanto sua esposa resolvia variar, e o caixeiro era o mais próximo, e era “de confiança”. Esses casos eram uma traição escabrosa. Além de ser traído pela mulher, o patrão estava sendo traído por alguém em quem, supostamente, deveria confiar tudo. Mas nem tudo são flores para os amantes. Leiamos a coluna policial do *Correio da Manhã* de um dia de 1906:

³⁷ Macedo, op.cit. pág.31

“Em flagrante adultério: NAVALHADAS - Entre patrão e caixeiro - Na rua dois de dezembro.

Manoel Alves Gomes é proprietário de um botequim na Rua do Catete n.97 e além de ter um caixeiro mais esperto que ele, é casado com uma mulher bonita.

Ontem, Manoel, após ter fechado o estabelecimento, veio dar um passeio pelas ruas da cidade. Às 11 horas da noite dirigiu-se para a sua residência. Chegando lá, deparou-se com um quadro que o pôs em estado exaltadíssimo. O negociante encontrou em flagrante adultério a sua esposa com o caixeiro Júlio Fernandes. Colérico, com uma fúria medonha, o negociante apanhou uma navalha e avançou contra o seu empregado, transido de susto, enquanto a mulher a um canto suplicava perdão pelo mau passo que acabara de dar. Gomes a nada atendeu e aproximou-se do caixeiro e, num movimento rápido golpeou-o três vezes com a arma de que se achava armado. ...”³⁸

Aí está o caixeiro, metido com a mulher do patrão. O patrão, além de ter uma mulher bonita, tem um caixeiro mais “esperto” que ele - o que também não parecia ser muito incomum. E temos novamente a imagem do caixeiro ladino e fanfarrão. Mas as brigas entre patrão e caixeiro pareciam ser constantes e por motivos diversos. Num outro artigo da coluna policial o caixeiro apunhala seu ex-patrão no braço.³⁹ O redator da notícia definiu o motivo como sendo “Devido às questões por engano no encontro de contas.” Cláudio teria ido encontrar-se com o patrão porque, já que havia sido despedido, queria o seu salário final. Achando injusto o acerto, atacou o patrão.

É claro que, de certa forma, não é difícil compreender porque a tal “fidelidade” era atributo tão requisitado para um caixeiro. Era ele afinal, que cuidava do dinheiro e da loja do patrão. E não são poucos os casos em que o caixeiro “limpa” o patrão, como neste caso:

“Caixeiro à última moda:

...

Ontem, o negociante, fiando-se na candura de seu empregado Cândido, deixou em uma gaveta, que por sinal achava-se sem fechadura, a quantia de 300\$000. Mas, depois, o negociante deu por falta de seu rico cobre e de seu empregado Cândido. Aborrecidíssimo da vida, o lesado negociante apresentou queixa às autoridades policiais da 13ª. que prometeram providenciar.”⁴⁰

³⁸ Correio da Manhã: 26 de junho de 1906.

³⁹ Correio da Manhã: 27 de junho de 1906.

⁴⁰ Correio da Manhã: 25 de outubro de 1906.

Pelo jeito, por esta o proprietário não esperava. Ficou “aborrecidíssimo” com seu empregado. Este, provavelmente, tinha acesso à “gaveta” e deu no pé. Ironicamente, o rapaz se chamava Cândido. Outro acontecimento do mesmo tipo tem o seguinte título: “INFIEL - caixeiro que rouba patrão”⁴¹. E novamente nos deparamos com a questão da necessidade de fidelidade do caixeiro. Afinal, qual a melhor garantia de que o caixeiro seria honesto com o patrão, e cuidaria de seus bens como se fossem seus, do que a eterna gratidão? Era o que se esperava do caixeiro, e era ao que conduziam as relações paternalistas que os envolviam. Era esse o domínio mais efetivo que se esperava exercer sobre o empregado.

Vários patrões escreveram à Gazeta de Notícias e à Câmara Municipal para reclamar das posturas de fechamento em vários momentos diferentes em que foram decretadas. Como este, por exemplo, que é de 1892:

“E como o próprio intendente de justiça declarou e está na consciência de todos, a postura do fechamento é atentatória da liberdade de comércio, indústria e profissão, garantidos pela constituição do país, e devia ser mantida e respeitada em toda sua plenitude como garantia de direito.”⁴²

Ele reclama da intromissão do estado em assunto que deveria continuar sendo resolvido como sempre foi; entre patrão e caixeiro. Outro esbraveja por ter sido roubado por seu caixeiro em 10\$ em dois dos dias santificados.⁴³ E ficamos portanto sem saber se ele foi roubado ou se teve prejuízo por ter fechado a loja nos dias santos. Ele argumenta que era injusto o governo se meter na história do fechamento porque era ele - o patrão - quem pagava o salário do empregado, e não o governo. Em resposta, um caixeiro o inquire:

“Se é a Illustríssima que lhes faz o serviço e aguenta todas as maçadas e brutalidades:... porque nesta cidade muitos patrões gozam dos serviços de seus empregados 5 e 10 anos sem nunca lhes fazerem ordenado.”⁴⁴

⁴¹ Correio da Manhã: 08 de dezembro de 1906.

⁴² Fechamento das Casas Comerciais: protesto da sociedade união dos varejistas de secos e molhados. 09 de agosto de 1892; Códice 43-33-44.

⁴³ “Ao Fechamento das Portas”: Gazeta de Notícias 01 de fevereiro de 1880.

⁴⁴ “O Fechamento das Portas”: Gazeta de Notícias: 04 de fevereiro de 1880.

Além disso, o autor desta carta apoia e justifica a atitude do caixeiro, no caso de ele ter realmente roubado 10\$ da loja. E ele argumenta ainda que eles ganham tão pouco, e mesmo que passavam vários anos sem nada receber - o menino poderia trabalhar como aprendiz na casa do patrão até uma certa idade ou um certo nível de aprendizado -, logo o roubo teria sido bem merecido, justificado.

O discurso das autoridades naquele momento era de união e coordenação de interesses de patrões e empregados num esforço para chegar a um objetivo comum. Poderiam sair felizes com acertos bons para todos, se cumprissem um “contrato” implícito. Ou seja, o patrão deveria dar ao empregado algumas folgas, para que aquele descansasse a cabeça e estudasse, e, em troca, se aprimorasse no trabalho e cuidasse melhor dos negócios de seu amo. Este era, em geral, o discurso da imprensa também. O jornal O Caixeiro publicou um extenso artigo a este respeito. O autor do artigo afirma ser evidente que o melhor caminho realmente seria “a existência de uma mutualidade de afetos entre patrões e empregados”. Ele parte do princípio de que isso é tão claro para todos que nem mesmo procura demonstrar o que diz. Partindo desse pressuposto, o autor vai analisar porque isso não acontece. A conclusão é rápida: são os patrões os responsáveis por esta falta de amizade. É isso que demonstrou o desenrolar do artigo. Segundo o mesmo, os patrões infligem inúmeros maus tratos aos seus empregados por terem uma idéia de superioridade sobre eles. Mas esta seria uma falsa idéia, já que “a qualidade de dinheiros não envolve os dotes morais e intelectuais” que seriam “natos” no homem. Deveríamos inferir, portanto, que não é pelo fato de ser patrão que o indivíduo vai ser melhor do que o empregado. Logo, os patrões não deveriam maltratar seus empregados. Vejamos o tratamento dado pelo patrão ao empregado pelo viés deste desconhecido autor:

“Quantas vezes não presenciamos o espetáculo doloroso d’uma repreensão feita em pleno estabelecimento por um patrão a um empregado, que desde a sua mocidade dedica-se ao seu serviço; repreensão que às vezes assume proporções de uma grande covardia, porquanto o patrão a faz convicto de não ser repellido pelo empregado que, tendo desde tenra idade trabalhado para dar-lhe fortuna sente-se exausto de forças e, portanto, incapaz de encetar vida nova, razão porque a ouve, com dor no coração e lágrimas nos olhos.”⁴⁵

⁴⁵ “Fechamento das Portas”: O Caixeiro: 16 de abril de 1899.

Entre choramingsos e reclamações, o autor do artigo mantém sua indignação nos limites do aceitável. Depois de argumentar que a culpa da falta de amizade entre patrões e empregados é exclusivamente dos primeiros, o autor, após descrever toda a humilhação pela qual os caixeiros têm que passar, chega ao ponto culminante da questão: um empregado que seja tratado com tamanha injustiça só poderia mesmo alimentar pelo patrão o sentimento de rancor. Era assim que o caixeiro justificaria sua defesa pública do fechamento das portas. Já que o patrão não está cumprindo o contrato implícito nas relações entre eles o caixeiro não teria porquê cumprir sua parte. Em suma, os patrões tratam mal os seus empregados; estes lhe têm rancor ao invés de respeito.

Essa idéia de que patrões e empregados tinham que se dar bem e unir os interesses era defendida também pelos caixeiros neste período, seja porque eles acreditavam que um dia estariam no lugar do patrão e a posição de caixeiro era apenas transitória, seja porque eles se utilizavam do discurso para ativar os mecanismos que os fariam conseguir o que queriam “por bem”. Ou seja, ao invés de enfrentar os patrões diretamente, tentavam conseguir o que queriam através de “concessões” daqueles que seriam, então, “amigos”. Fazia parte do “contrato”. A parte que cabia ao caixeiro neste “contrato” era a da fidelidade. Por isso não é raro encontrarmos artigos no jornal O Caixeiro - que, como diz o nome é um jornal de caixeiros - que falem do zelo que o empregado deve ter pelo negócio do patrão. Em geral, os artigos que falam contra o fechamento ou contra as associações são assinados por algo como “caixeiros que querem ser patrões” ou ainda “caixeiro que aspira ser deputado”.

Percebemos então que as relações entre patrão e empregado não eram exatamente “tranqüilas”. Seus “papeis” na experiência cotidiana nem sempre eram representados conforme o que se esperava, e as relações entre as partes eram tumultuadas por contradições e ambigüidades o tempo todo. Outro exemplo que enfatiza a tensão dessa relação é uma carta publicada pela Gazeta de Notícias, na qual um negociante escreveu condenando o fechamento das portas, alegando falta de higiene. Acontece que, em geral, os comerciantes residiam na própria loja. Com a lei do fechamento eles eram obrigados literalmente a “fechar as portas” de suas casas comerciais, e, com isso, as portas de suas casas. O que eles argumentavam é que era insalubre passar o

domingo fechados com a família dentro de casa. Mas o interessante foi o comentário, em meio a tal discurso, proferido pelo autor da carta:

“Queremos ter a liberdade de conservar abertas nossas casas de negócio e residência. Não fazemos negócio, mas divertimo-nos e as nossas famílias, oferecendo aquilo de que a natureza nos fez proprietárias: viver livremente.

Com isso não tolhemos a liberdade dos caixeiros, porque, desde que não podemos negociar, eles tornam-se inúteis e, as coisas inúteis apartam-se, mandando-as para fora.”⁴⁶ (grifo meu)

Dá para perceber que este senhor não é lá muito amigo do seu caixeiro, ou dos seus caixeiros. Para ele, ao contrário do que poderíamos esperar de um comportamento dentro dos parâmetros da tradição paternalista neste âmbito, o caixeiro seria apenas uma peça dentro das relações comerciais que ele realiza. Quando não é possível realizar as transações comerciais do dia a dia, o caixeiro, como parte delas, torna-se uma coisa sem utilidade e, dito mais secamente, “inútil”. Parece que a atitude e as idéias deste patrão fogem à regra neste período, quando, em geral, os patrões estão reclamando da infidelidade e ingratidão de seus caixeiros. Mais tarde, como veremos, esta relação vai aos poucos se modificando, de acordo com novos parâmetros que vão sendo adotados nas relações entre as partes. As lojas seriam maiores, o número de empregados crescia, e, por isso, seria maior também a impessoalidade no relacionamento entre o patrão e seus empregados. As associações se multiplicariam e criariam feições políticas e a esperança que o caixeirinho tinha de ser sócio ou patrão seria um sonho distante e remoto. O governo esticaria seus dedos em direção às casas de comércio e os negócios seguiriam um rumo diferente procurando otimizar e avolumar seus serviços.

⁴⁶ “Fechamento das Portas”, Gazeta de Notícias: 29 de janeiro de 1880.

3.. Fiéis, porém malandros:

Vimos como a análise de Lenira Menezes Martinho pode ter respaldo nas fontes. Minha pesquisa, entretanto, privilegia um outro enfoque da situação e da vida dos caixeiros. Pretendo agora mostrar como podemos interrogar as fontes através de um outro viés interpretativo. A peça de Martins Pena, por exemplo, pode ser vista como mais uma obra que enfoca a esperteza do caixeiro e suas artimanhas para concretizar o sonho de ascensão social. A interpretação de Martinho em relação às atitudes do caixeiro na peça parece insuficiente. Penso que o caixeiro, ao invés de “aderir completamente ao mundo do patrão”, utiliza-se de artimanhas para alcançar o que quer, e procura manter a sua própria vida à parte.

É claro que se, em geral, os empregados podiam ter alguma esperança de sociedade com o patrão, de herdar a loja ou mesmo de casar-se com a viúva - ou a filha - do dono da loja (tema comum ao menos no imaginário vigente sobre os caixeiros), eles evitariam indispor-se com seus patrões. Mesmo porque poderiam ser despedidos. Quando, na peça citada, a viúva descobre que o caixeiro por quem ela está apaixonada é casado, ela o despede. *A priori*, ele sabe que se contrariá-la pode não só perder a sociedade como o próprio emprego, no qual labutava, dizia ele, já havia seis anos, desde que chegara de Portugal. Mas nem mesmo para parecer de pleno acordo com a patroa ele deixava de fazer suas confusões, pensar e agir de acordo com suas idéias. Ele apenas as escondia da viúva para merecer seus dotes. **Ou seja, o caixeiro parece aderir ao “mundo do patrão”, enquanto persegue objetivos próprios.** Essa história remete àquilo de que tratamos antes; o caixeiro, enquanto “dependente” ou “subordinado” ao patrão, aprende a ser, para o patrão, o que este espera dele. Para isso, usa estratégias próprias, criadas dentro das possibilidades e da “otimização” da lógica da dominação. No caso do caixeiro Manuel, ele tenta manipular os interesses da patroa, mas se dá mal, porque não foi suficientemente sutil e seu ardil foi revelado.

Mesmo assim, com os caixeiros sonhando em tornar-se patrões e trabalhando para isso, discordo da idéia desenvolvida por Lenira Menezes de que os caixeiros partilhavam o mundo do patrão e não tinham solidariedades horizontais e sim verticais. Retornemos novamente à peça de Martins Pena. O caixeiro Manuel respeita todas as

regras implícitas das relações de poder nos moldes de uma sociedade paternalista; o trabalho, o ascetismo e a fidelidade o levariam à fortuna, pensa ele. Mesmo trabalhando arduamente, como relatou, Manuel cometeu uma falta no terreno da fidelidade: casou-se, teve sua própria vida e vontade independentes. No entanto, sua relação com a situação dessa “traição” é bem diferente da de Félix porque, ao contrário deste, Manuel tem a consciência tranqüila. O que o preocupa é unicamente a possibilidade de que o seu casamento seja descoberto pela viúva. Esta, sendo apaixonada por ele, ficaria enraivecida e, sentindo-se traída, não daria ao seu caixeiro a almejada sociedade. Manoel então arma manobras engraçadíssimas, por absurdas que são, para que a patroa não descubra nada até que lhe assine sua “carta de alforria”, que era, neste caso, o documento que lhe concederia sociedade na venda.

Quanto à idéia de vida ascética, também é necessário problematizá-la, percebê-la como uma construção. Gladys Sabina Ribeiro, em Mata Galegos, reitera várias vezes o ascetismo dos caixeiros⁴⁷. Para ela os “galegos” vinham de Portugal ganhar a vida aqui, e o seu objetivo era enriquecer. Aqui eles aceitariam labutas intermináveis e privações que em sua própria terra nunca aceitariam. (Vide João Romão como exemplo, em O Cortiço). Um dos motivos por que seriam chamados de “burros” estaria aí, explica ela: faziam o serviço de burros de carga. Ela escreve que:

“Através de uma análise detalhada das vidas e trajetórias de imigrantes portugueses, contidas em alguns processos criminais julgados no Primeiro Tribunal do Júri, percebo que aqueles que trabalhavam no comércio - como caixeiros ou em postos de gerência -, intermediários entre patrões e outros empregados - em serviços autônomos ou como ambulantes, agiam mais de acordo com as regras do bem trabalhar. Parece que autonomia, o desejo de liberdade, o enriquecimento, a possibilidade de tomarem-se proprietários e patrões eram mais factíveis no setor terciário. A exploração e a vida ascética eram legítimas em nome de, futuramente, estabelecerem-se e reproduzirem o mesmo processo.”⁴⁸

Veremos que Ribeiro -, assim como Martinho -, constrói a vida do caixeiro num ideal de ascetismo e de solidariedade ao patrão, o que impossibilitaria solidariedades de classe. Essa interpretação parece ter respaldo. Nos exemplares de O

⁴⁷Gladys Sabina Ribeiro; Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha - Tudo é História n.129, Brasiliense: 1990.

⁴⁸Ribeiro, op, cit. pág.32.

Caixeiro - Semanário literário e recreativo dedicado à Classe Caixeiral - de maio e abril de 1899, por exemplo, encontramos distribuídas em cada número do jornal frases como esta: “O tempo vale mais que o ouro. Quem o perde desfalca bom tesouro.”, ou esta: “Guarda, poupa e conserva, que terás sempre reserva.” E ainda: “À mulher que lida e ao homem que trabalha. A alegria nunca falha.” Outro escreve uma carta para ser publicada pelo mesmo jornal assina como “Um caixeiro que quer ser patrão”.

Mas será que o desejo de subir um degrau na hierarquia social tornava-lhes a vida tão absolutamente dedicada ao trabalho e tão chata como ficou parecendo? A literatura também ajudou a construir o lado oposto do ascetismo do caixeiro: a “patuscada”. Caixeiros “patuscos”, malandros, espertos, inconvenientes e, fosse como fosse, sempre presentes. Encontrei várias referências aos passeios dos caixeiros ao Jardim Botânico. Uma delas, inclusive, encontra-se na parte citada por Lenira Menezes Martinho da peça de Martins Pena, na qual a viúva aconselha seu amado caixeiro a não participar das orgias que praticavam os caixeiros no seu dia de folga no Jardim Botânico - isto é, os domingos. Dois textos tratam de descrever o descanso semanal do caixeiro de acordo com suas próprias simpatias. Um dos autores, irônico, escreve:

“O viver hebdomadário do caixeiro (salvo honrosas exceções, como dizia adopa[sic]) é um sonho perene de domingueiras. ...Humilde durante a semana, é bicho indomesticável ao domingo.”⁴⁹

Logo depois ele passa a zombar do esmero que o caixeiro procura ter ao se vestir e pentear, tentando seguir os ditames da moda. Mas, de acordo com o autor, de nada adianta tanto esmero, já que, assim mesmo, continuaria sendo inconfundivelmente um caixeiro. Num artigo mais extenso, publicado na Revista Kosmos de novembro de 1905, citado anteriormente, João Luso suplicava a famílias e casais que passeavam aos domingos para que não se incomodassem com esses moços e justificava a arruaça aos domingos como a coroação do árduo trabalho da semana.

A não-contradição entre as classificações de “ascetismo” e “patuscada” torna-se clara, permitindo ver que uma não exclui a outra. Se em um momento ressalta-se o ascetismo do caixeiro no cotidiano da venda, em outro escreve-se sobre suas arruaças aos domingos e “patuscadas” nos momentos de folga. A literatura que se

⁴⁹ O iniciador, 11.08.1881

construiu em torno de personagens que remetem ao caixeiro tem como ponto em comum a malandragem dos moços. Em O Moço Loiro, de Joaquim Manuel de Macedo, os personagens centrais são ou foram caixeiros. Mocinhos ou vilões, estão envolvidos em complicadas tramas com os negócios dos patrões, do qual teriam mais controle e mais conhecimento do que os próprios. Na peça de Maia⁵⁰, os caixeiros se envolvem numa cômica confusão na qual têm que enganar os patrões para não perder o emprego e nem as conquistas amorosas. Aqui novamente eles aparecem como espertalhões; na frente dos patrões, caixeiros competentes, mas, mal o patrão vira as costas e lá estão eles aprontando mil e um ardis para conquistar a filha do patrão e outras moçoilas. Aqui, como no teatro de Pena, a trama está centrada justamente na tentativa de os caixeiros não deixarem transparecer aos olhos dos patrões as suas verdadeiras intenções.

Em Mata Galegos Ribeiro reafirma o trabalho árduo, constante e sem descanso que parecia estar destinado ao dono da venda que quisesse enriquecer e trabalhava sem pensar em outra coisa. Em O Cortiço a situação é essa mesma para João Romão, o dono da venda, mas era outra para o seu caixeiro: enquanto o vendeiro era tão ambicioso e egoísta que não dava descanso nem a si próprio e “roubava nos pesos e nas medidas”, o caixeiro “deflorara” e “embuchara” uma pequena às escondidas e não quisera casamento. O que acontece é que o caixeiro foge, acobertado pelo patrão que, é claro, consegue tirar disso algum lucro.

O que há de comum nas três histórias é o “método” de ação que os caixeiros adotam: o trabalho, sem contestação na frente do patrão, e as “patuscadas” nos seus - ao que parece - poucos momentos de escapada. Isso mostra que a construção da imagem de caixeiros feita por Martinho não abrange todos os aspectos da vida e do comportamento dos mesmos contidos nas fontes.

Enfim, caixeiros ascetas ou patuscos são tipos ideais, representações que, enquanto tais, encontram na realidade elementos que as justifiquem. No entanto, tais representações não esgotam as possibilidades e a experiência histórica desses trabalhadores, principalmente no que concerne às suas estratégias de luta e formas de lidar com a exploração social e econômica.

⁵⁰ Maia, op.cit.

3. Um campo de disputas:

A fidelidade - que está além de qualquer contrato comercial - faz parte de uma lógica paternalista em que se inseriam também as relações entre patrões e caixeiros. O ponto de vista defendido por Martinho de que o caixeiro aderiria completamente ao “mundo do patrão” está ligado a uma concepção de paternalismo diferente da que eu pretendo abordar. Ela adota uma definição “convencional” de paternalismo: a vontade do patrão era inviolável e os caixeiros agiriam somente nos limites desta vontade, fazendo dela a sua própria. Isso evitaria solidariedades de classe, reforçando solidariedades verticais. Martinho segue exatamente esta linha quando afirma que os caixeiros costumavam seguir até mesmo as tendências políticas dos patrões, que costumavam ser extremamente conservadores, se não reacionários. Em se tratando das sociedades fundadas pelos caixeiros neste período (até 1850), ela afirma que seus integrantes se esforçavam por limitar-se ao aspecto econômico. Isso porque quebrariam o elo de solidariedade com o patrão, se o criassem com os de sua própria classe, estabelecendo objetivos políticos. Mas este seria o mundo idealizado pelos senhores, uma auto-descrição da ideologia dos proprietários.

Sidney Chalhoub discute esta questão no texto A História nas histórias de Machado de Assis.⁵¹ Tratando das relações de dominação e seus mecanismos no contexto paternalista, Chalhoub analisa a relação dos subordinados e dependentes com seus senhores. Ele discorda da definição tradicional de paternalismo onde escravos e dependentes viveriam inteiramente o mundo do patrão, sem terem comportamentos e idéias independentes. O autor mostra, na relação de Helena - mulher e dependente de Estácio, o todo poderoso senhor de escravos - com senhores e escravos, a sua interpretação da lógica da dominação paternalista; conhecendo as reações de Estácio, Helena, que não pode impor sua vontade, como o faz Estácio, o manipula para conseguir o que quer. Quando consegue seu objetivo, nada faz com que isso pareça uma vitória, mas sim uma gentileza ou uma concessão de Estácio. A relação se repete, invertida, quando Helena trata com escravos, uma vez que ela assume o papel de domínio em relação a eles e então reproduz o comportamento de Estácio.

⁵¹ Sidney Chalhoub: A História nas histórias de Machado de Assis: Uma interpretação de Helena. Primeira Versão, IFCH/UNICAMP.n.33: 1991.

James C. Scott trata de situações semelhantes no livro Domination and The Arts of Resistance⁵². Ele procura analisar diversas situações que apresentam a relação entre dominantes e dominados. Scott mostra, nos contextos que analisou, que os subordinados adotavam um comportamento de deferência perante os poderosos, enquanto tratavam de discernir, de ler as reais intenções e o estado de espírito dos mesmos. Ele escreve:

Subordinates offer a performance of deference and consent while attempting to discern, to read, the real intentions and mood of the potentially threatening powerholder.⁵³

As aparentes atitudes submissas não significariam passividade, mas, ao contrário, a estratégia de agir dentro das “regras” para conseguir seus objetivos, além da própria sobrevivência. Ele mostra que a relação de dominação está o tempo todo pautada pela teatralização. Tanto o discurso dos dominantes como o dos dominados alterava-se de acordo com a situação: falava-se de um jeito na frente dos seus companheiros, mas de outro - que tinha regras implícitas - na frente do senhor. Scott procura entender as relações de poder através da comparação entre palavras e os atos dos subordinados frente aos poderosos em público e palavras e atos dos subordinados entre eles próprios, longe dos olhos do poder. Para ele, a idéia de um discurso que se dava às escondidas (“hidden transcript”) pode ajudar a entender os raros momentos de “eletricidade política” nos quais o discurso, ao invés de escondido, é falado direta e publicamente, na cara do poder (“in the teeth of power”).⁵⁴

Essa relação delineia uma outra concepção de paternalismo. Numa estratégia de sobrevivência, os subordinados entram no jogo dos poderosos e, compreendendo a lógica sob a qual estes agem, aprendem a conseguir o que querem agindo por dentro da lógica paternalista. Era assim que, aprendendo a agir de acordo com o que se esperava deles, os caixeiros manipulavam as “regras” que ordenavam as relações paternalistas, fazendo com que elas se cumprissem. É a brecha que se abre entre a passividade e a revolta aberta. Uma resistência silenciosa e dissimulada na frente dos patrões, da Câmara Municipal e dos grandes jornais. Eles sabiam utilizar-se dos

⁵² James C. Scott: Domination and the Arts of Resistance - Yale University Press New Haven and London: 1990.

⁵³ Idem, pág. 03

⁵⁴ Idem, pág ix a xii e pág.01 a 16.

símbolos e das idéias caras aos poderosos, aqueles que poderiam ajudá-los a conseguir seus objetivos. Essa lógica passava por um acordo implícito que incluía cobranças mútuas dentro de uma certa arena consensual. Da mesma forma que esperava-se que o caixeiro fosse fiel - e tal expectativa abrangia vários aspectos - podia-se supor que um bom patrão desse uma pequena folga ao seu caixeiro, como um “favor” num domingo à tarde ou em algumas horas da noite. Mas, como veremos, os caixeiros passaram a lutar para que suas noites e seus domingos fossem um direito garantido pelo estado ao invés de um favor do patrão. O paternalismo era um sistema não só de dominação e controle, pelos patrões, de uma “economia” de concessões e favores, mas consistia também de uma série de expectativas dos trabalhadores, baseadas na tradição, a respeito do que era de direito e de justiça.

É o que explica E.P. Thompson, em “La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”⁵⁵. Neste texto ele trabalha a mudança de mentalidade dos ingleses pobres enquanto eles vão sendo proletarizados pela revolução industrial. Ele não afirma, como alguns historiadores, que o advento do capitalismo (ele prefere se referir ao liberalismo em termos políticos) suprimiu a cultura dos trabalhadores, mas apenas que ela se transformou gradativamente, interagindo com o sistema de mudanças econômicas. Esta transição é abordada através da análise dos motins pelo pão na Inglaterra no século XVIII. As leis “consuetudinárias” eram o elemento central da “economia moral da multidão”: um conjunto de leis firmadas pelas tradições e baseadas na convicção, compartilhada por populares e até mesmo autoridades de que os preços deveriam ser controlados em épocas de escassez. Ou seja, ao mesmo tempo em que a idéia de economia moral enfatizava um tipo de continuidade do governo paternalista, ela também se opunha a ele, na medida em que o policiava e cobrava atitudes.

O texto de Alexandre Fortes intitulado “O direito na obra de E.P.Thompson” pode esclarecer melhor essa concepção de paternalismo baseada em Thompson. Fortes analisa o papel do direito na produção deste autor, partindo das formulações presentes em Senhores e Caçadores. Ele tratará de analisar a talvez surpreendente afirmação de Thompson nesta obra, de que o domínio da lei é um “bem humano incondicional” e não apenas um mecanismo de dominação utilizado pelas classes dominantes. O século XVIII seria o início de uma longa batalha, na Inglaterra, para consolidar a passagem de

um relação de subordinação para a de direitos negociados e reivindicados. Ele aborda o assunto na segunda parte do artigo⁵⁶, que chamou de “mutação na consciência popular sobre o direito”. Alguns favores eram concedidos aos pobres, que os tinham como costume e como uma certa noção de como as coisas deveriam ser. Foi esse “consenso” que, longe de permanecer imutável, transformou-se de acordo com os interesses e o momento:

“A intervenção ativa da multidão visava então, a fazer valer um modelo paternalista já desgastado na prática, reconstruído seletivamente de modo a melhor servir como instrumento de defesa frente aos avanços do livre-mercado.”⁵⁷

E ainda:

“Mas é também nele (no contexto do “paternalismo em crise”) que, enquanto a ‘racionalização econômica’ se infiltrava de um lado por entre as brechas do paternalismo, de outro, favores eram convertidos em direitos...”⁵⁸

Mais uma vez, portanto, Thompson estabelece, em Senhores e Caçadores, as relações paternalistas que são terreno de combate. Se por um lado os magistrados regulam a vida legal dos pobres com leis que protegem os interesses da Coroa e da gentry, por outro lado a lei tinha que ter a aparência de justa e igual para todos. É exatamente este ponto que impedia atitudes mais arbitrárias e repressões absolutas. A repressão tinha que ser mediada e essa mediação criava o terreno de combate dos pobres e camponeses da Floresta de Waltham a que se refere Thompson. A lei realmente importava: era sob suas barbas que os pobres arrancavam seus ganhos.

Aprendendo a ver as relações de poder no paternalismo não apenas como uma situação degradante, sem opção para o dominado, mas como um campo de luta, pensemos na situação dos caixeiros. Essa relação que implicava cobranças mútuas não era determinante no sentido de permitir que o patrão fizesse com que o caixeiro passasse a viver dentro do seu mundo, isolando-o de seus próprios meios de atuação e socialização. Permitia, ao contrário, que os empregados tivessem uma brecha de

⁵⁵ E.P. Thompson: “La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII” em Tradición, Revuelta y Consciência de Clase. - Editorial Crítica, Barcelona.

⁵⁶ Alexandre Fortes: “O Direito na obra de E.P.Thompson” em História Social - Revista da pós-graduação em história IFCH- UNICAMP, número 2: 1995. pág.101.

⁵⁷ Idem, pág.102.

⁵⁸ Idem, pág.104.

atuação, conseguindo a simpatia de muitos patrões e também da imprensa a seu favor. Essa estratégia, que remete ao “paternalismo”, convive com a ambigüidade de diferenciação e classificação do indivíduo em “trabalhador” ou “vagabundo”. Tratando necessidades e reivindicações como “pedidos”, considera-se a atuação do governo nessas áreas como “concessões” do poder público.⁵⁹ Trabalhadores “pedem”, patrões e governo “concedem”. Essas “concessões” tinham como condição que o indivíduo estivesse inserido nos padrões de um “trabalhador laborioso”. O perfil deste indivíduo se opunha ao do “vagabundo desordeiro”. Os grandes jornais se engajavam na construção desse perfil e os empregados do comércio foram por eles eleitos bons moços trabalhadores. A estratégia consistiria, portanto, em assumir o discurso de moço “trabalhador” e “laborioso” para usufruir dos direitos que isso prometia.

Vejamos este caso, narrado num curioso artigo de 1880, no qual a mistura de tudo se apresenta absurdamente habitual aos olhos de seus criadores. Eles reivindicam o fechamento das portas, usando de (ou porque não dizer, abusando de) suas relações de subserviência e de seu **direito de “pedir”**. Em meio a um discurso contra a corrupção da Câmara e da dissolução moral dos dirigentes do país, os caixeiros exigem proteção. Leiamos:

“E a pobre classe caixeiral, pequenina e pobre, sem a proteção dos grandes e afinal até das próprias redações do Jornal do Comércio e da Gazeta da Noite, terá de voitar ao balcão no domingo e dias santificados, porque assim o quer e entende meia dúzia de intitulados negociantes que, segundo eles, tem fechados na mão (textual) [sic] os vereadores, o ministro da fazenda e todas as autoridades.”⁶⁰

O teor deste testemunho revela a ambigüidade da qual estamos tratando. O caixeiro está exorbitando a linguagem usual dirigida ao poder público e aos patrões. A deferência e a dependência não poderiam faltar, mas estão restritas às primeiras linhas. Nas demais o discurso endurece, torna-se rancoroso. Isso acontece aqui porque os

⁵⁹ Eugene Genovese define o paternalismo do sul dos Estados Unidos como um sistema de exigências e expectativas recíprocas entre senhores e escravos e, segundo ele, este sistema protegeu senhores e escravos das piores tendências da escravidão; porém, ele escreve: “onde quer que exista, o paternalismo corrói a solidariedade entre os oprimidos, ligando-os como indivíduos, a seus opressores.” em A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram - Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, D.F: CNPq, 1988.

⁶⁰ “Fechamento das Portas”; Gazeta de Notícias; 01/02/1880.

caixeiros estão mostrando que cumpriram sua parte, mas que a recíproca não foi verdadeira. Enfim, eles estavam, uma vez mais, se utilizando do seu direito de “pedir”, para, de fato exigir providências contra patrões recalcitrantes.

CAPÍTULO 2: DE PORTAS FECHADAS

1. Da casa para a rua:

Este capítulo acompanhará o movimento de alguns caixeiros na luta pelo fechamento dessas casas comerciais às oito horas da noite, e não às dez ou onze, como era em geral o procedimento em toda segunda metade do século até então. Foram os empregados em casas de calçados que iniciaram o movimento, em 1906, que logo a seguir contou com a adesão de várias categorias. O objetivo aqui é mostrar o caminho percorrido por eles até o ápice desse período de lutas, quando grandes instituições de empregados no comércio e comerciantes se uniram em torno de um tão propagado “objetivo comum”, em 1911.

Segundo vários dos testemunhos que acompanhamos a vida dos caixeiros podia ser difícil: dormiam muitas vezes na própria venda, sem ar fresco, numa cama feita sobre caixotes ou sobre o próprio balcão. Encontramos também inúmeras reclamações divulgadas pela imprensa de que o trabalho era duro e quase incessante. Eles não teriam tempo suficiente para passear, estudar ou descansar. O comerciante fechava o estabelecimento tarde da noite e o caixeiro era obrigado a acordar muito cedo para arrumar a loja e depois abri-la. Não tinham folga aos domingos ou feriados, e seus momentos de descanso ficavam ao bel-prazer do patrão. Além disso, muitos reclamavam por ser humilhados e maltratados pelos patrões.

Por outro lado a vida deles não era só isso. Como vimos também, eles bem que se divertiam com suas “patuscadas”. Segundo os testemunhos que acompanhamos, eles passeavam aos domingos pelas cervejarias, dançavam, “seduziam as cozinheiras”, animavam os “bonds” e, infalivelmente, iam até o Jardim Botânico. Nas suas longas horas de trabalho durante a semana, ao que parece, eles davam “um jeitinho” de escapar vez ou outra e costumavam frequentar o teatro de São Januário.⁶¹

De qualquer forma, o fato é que, entre um e outro dia de trabalho, os caixeiros iam levando o seu cotidiano de forma a fazê-lo um pouco mais agradável para eles. As situações vividas nesse cotidiano colocavam questões práticas que precisavam ser resolvidas a cada momento. A vivência dessas situações é que criava os significados

⁶¹ Sobre a frequência dos caixeiros ao teatro São Januário ver a Introdução.

dessa política do cotidiano, que era por eles adotada através de um conjunto de valores que se formava e se reafirmava, mas que também se modificaria em períodos posteriores.

Vividas isoladamente no início, as diversas situações cotidianas relacionadas ao fechamento das portas foram progressivamente se transformando em motivo de protesto coletivo. Primeiro os caixeiros resolviam seus problemas na própria venda, com o patrão. Depois passaram a mandar cartas e mais cartas para os grandes jornais, além de fazerem os seus próprios. Escreviam dezenas de cartas endereçadas à Câmara Municipal pedindo a ajuda do governo⁶²: eles queriam uma providência legal para a sua situação. A partir da década de 1890 as cartas remetidas à Câmara Municipal são muitas e, como veremos, os caixeiros demonstravam incrível maestria em reproduzir discursos sobre eles que eram recorrentes nos jornais, invertendo, às vezes, o seu sentido político.

A tendência ao apelo pela intervenção do poder público aponta uma mudança no comportamento político dos caixeiros. As cartas e os artigos apresentavam mudanças e permanências nas relações e nos discursos que definiam as práticas paternalistas. A concessão de folgas e pequenas liberdades pelo próprio patrão já não bastava. Eles queriam o respaldo da lei. E começaram, portanto, a fundar sindicatos e associações só de empregados, com objetivos políticos e não só econômicos, como afirmavam na primeira metade do século dezanove.⁶³

Para refletir sobre como velhos costumes se mesclaram às novas experiências e modos de agir dos caixeiros voltaremos a E.P.Thompson e sua análise dos motins pelo pão na Inglaterra do século dezoito⁶⁴. Ele investiga a relação dos pobres com o modelo de dominação paternalista dentro do qual negociavam e constata que interagiam com ele, adaptando-o aos seus próprios costumes e necessidades. Thompson escreve que:

“Certamente, se pode sugerir que se os motins ou a fixação de preços pela multidão atuavam de acordo com um modelo teórico

⁶² Ver os códices 43-3-38, 43-3-43, 43-3-44 e 43-3-45 do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁶³ Maranhão op.cit.

⁶⁴ E.P. Thompson; “La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII” em Tradicón, Revuelta y Consciência de Clase. - Editorial Crítica, Barcelona.

consistente, este modelo era uma reconstrução seletiva do modelo paternalista...”⁶⁵

Durante sua análise, Thompson mostra como isto acontece e as transformações que ocorrem com o “modelo” dos paternalistas, que, permeado pela “ética popular” passa a ser outra coisa, ou seja, “uma reconstrução seletiva” deste modelo. Ele vai mais além:

“Porque, em um sentido, a economia moral da multidão rompeu decisivamente com a dos paternalistas, posto que a ética popular sancionava a ação direta da multidão, enquanto que os valores de ordem que apontavam o modelo paternalista se opunham a ela categoricamente.”⁶⁶

Para Thompson a “economia moral” dos pobres não era apenas uma “adaptação” do modelo paternalista, mas, mais do que isso, rompia com ele porque se opunha “categoricamente” a ele em pontos essenciais. No caso ele cita o uso da ação direta para conseguir seus fins. Este tipo de ação teria sido sancionada pelos pobres, mas não pelos mecanismos de dominação que pretendiam delimitar o espaço de atuação desses indivíduos.

A análise de Thompson ilumina, em grande medida, um processo similar ao que se passava com os caixeiros no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. A sociedade, naquele momento, estava discutindo fortemente a função que deveria ter o poder público nas relações entre patrões e empregados. Os caixeiros se agrupam, discutem e se organizam em torno dos seus objetivos. As formas de luta se modificam e articulam-se novas formas de ação a um discurso que persiste utilizando os mesmos pressupostos paternalistas para fazer suas exigências - que ainda eram “pedidos”- nas brechas desse sistema.

A partir da década de noventa as associações que se constituem passariam, em geral, a não integrar mais patrões e caixeiros. Os caixeiros constituíam associações independentes dos patrões e com objetivos políticos explícitos. Eles queriam a melhoria das condições de trabalho, o que quer dizer, acabar com os maus tratos dos patrões e ter melhores condições de higiene no local de trabalho, que era onde dormiam também. Seu objetivo principal, no entanto, era conseguir a diminuição da

⁶⁵ E.P. Thompson, op.cit. pág.89.

⁶⁶ Idem, idem.

jornada de trabalho, ou seja, o fechamento das portas às oito horas da noite. Pretendiam ainda alargar o leque de categorias de trabalhadores no comércio que participavam do fechamento das portas aos domingos e, mais tarde, nos feriados da república. Para isso foram para as ruas em 1906, fazendo com que muitos patrões acatassem o fechamento das portas às oito horas da noite.⁶⁷ O que estivera entre quatro paredes até quase o final do século dezenove, no início do seguinte estava nas ruas, nos jornais, nos discursos políticos e nas discussões da Câmara.

⁶⁷ Correio da Manhã e Gazeta de Notícias; de junho a dezembro de 1906

2. Cabeças loucas, ouvidos “moucos”:

Em 8 de novembro de 1879 o presidente da Câmara Municipal, Adolpho Bezerra de Menezes, propôs o seguinte projeto de postura: “As casas de comércio que não vendem gêneros alimentícios ou farmácias, não se abrirão aos domingos e dias santificados.” Na sessão de 17 de janeiro de 1880 foi aprovada uma portaria do Ministério do Império de 11 de dezembro de 1879, que estipulava o projeto de postura a ser adotado e como ele deveria ser redigido. Do mesmo ministério, a 18 do mesmo mês (dezembro), uma nova portaria acrescentava mais exceções. Em 1º de janeiro de 1880, outra portaria do Ministério do Império ordenou a redação do projeto da seguinte forma: “As casas de comércio à exceção das farmácias, hotéis e casas de pasto não se abrirão em domingos e dias santificados. As casas de gêneros alimentícios, porém, inclusive tabernas com comidas, confeitarias, botequins e kiosques fechar-se-ão ao meio dia.” É interessante notar que nessa nova disposição, as casas de gêneros alimentícios também deveriam fechar, funcionando em meio período. Mandou-se publicar os editais em 7 de janeiro, mas a sessão ocorreu a 17 de janeiro. Nesta mesma sessão, outra Portaria: “Do mesmo Ministério de 24 do mesmo mês abrindo cópia do requerimento apresentado pela administração da Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros, em que essa administração pede seja modificada a postura aprovada em 11 do corrente, a serem contemplados na exceção estabelecida a favor dos hotéis, casas de pasto (...) os artistas que se dedicam à arte, da qual é protetora.” Mas a Câmara resolveu informar em contrário, ou seja, não aprovou.

Durante o processo de tramitação do projeto na Câmara, os jornais de grande circulação estavam cheios de artigos pagos por caixeiros ou simpatizantes do movimento. Eles reclamavam a postura, “pediam”, “exigiam”, reivindicavam, aconselhavam e por aí afora. Fizeram pressão. Aqui transcrevo uma dessas reivindicações à Câmara Municipal através da imprensa:

“Sexta feira, 09 de janeiro de 1880.

Ilma Sra. Câmara Municipal e ministro pedimos a V.V.S.S. para fazerem o favor de mandar organizar o fechamento das portas o mais breve possível.

Um nobre caixeiro⁶⁸

Nesta outra temos uma exigência transcrita de um outro texto por um “agradecido” caixeiro:

Domingo, 18 de janeiro de 1880.

CARTAS DE UM CAIPIRA:

“...até onde ó Bezerrilha, adiarás o fechamento das portas?! Prometeste para o dia 1º e o dia 1º já se foi. Disseste depois que a coisa ficava para o dia de Reis, esse dia já lá foi também: estamos a 17 e nada de novo! Apre! Olha que o senhor pra desembuchar a tal história. Faça-me o favor.”

A classe caixeiral, achando-se tão desamparada e vendo um tão ilustre jornalista tomar esta atitude na imprensa não pode deixar de beijar-lhe as mãos pelo benefício que lhe acaba de fazer.

Os caixeiros agradecidos⁶⁹

Neste caso, teria sido um “ilustre jornalista” o autor da dura cobrança ao dr. Bezerra de Menezes, então presidente da Câmara Municipal, “apelidado” aqui de “Bezerrilha”. Os caixeiros “agradecidos” como diziam estar aprovavam esta cobrança. Ela é, no entanto, atribuída ao seu autor, que não é um caixeiro. Estes por sua vez continuavam como bons e desamparados moços, que beijavam agradecidos as mãos de seu protetor.

Quando a postura foi aprovada, os jornais continuaram lotados de artigos pagos. Só que agora eram os comerciantes que choravam suas misérias: filhos para criar, família presa em casa (porque esta era também a “venda”, que deveria ficar fechada aos domingos), e os mais ousados reclamavam dos impostos que eram obrigados a pagar. Como aqui, por exemplo:

Domingo, 01 de fevereiro de 1880

“AO FECHAMENTO DAS PORTAS:

Pergunta-se a alguns destes sangradores da gaveta dos amos para as orgias e jogos, porque não pedem à Illma. Câmara perdão para Santo Antônio para que o seu dia seja santificado? Quer saber se é o governo que lhes paga e os seus amos que são perseguidos por grandes

⁶⁸ Gazeta de Notícias; (09/01/1880).

⁶⁹ Gazeta de Notícias; (18/01/1880).

impostos e privações: aqui só amam a Providência, porque já fui vítima da gaveta em 10\$ nos dois dias santificados. Histórias.”⁷⁰

Neste artigo ácido o comerciante está revoltado com a idéia da intervenção do Estado nos seus negócios, que até então eram resolvidos entre patrão e caixeiro. Ele reclama da falta de fidelidade dos caixeiros - como vimos, qualidade indispensável aos rapazes. Estes “só amam a Providência” e - como devemos inferir - e não o patrão, já que o empregado deste teria lhe roubado 10\$. Mas a resposta vem logo:

“Quarta-feira, 04 de fevereiro de 1880

FECHAMENTO DAS PORTAS:

Pergunta-se a alguns patrões de jaqueta que professam os rancores do carrancismo, e um senhor que diz ser vítima de um empregado seu em 10\$. Se é a Ilustríssima ou o governo que lhes faz o serviço e agüenta todas as maçadas e brutalidades? Isso não me diz respeito, fique sabendo o violentador, mas ao ler hoje um insulto nesta folha à nobre classe, não posso deixar de vir à imprensa, que lhe diga, se isso é exato, é provável que tivesse para isso razão; sim, porque nesta cidade muitos patrões gozam dos serviços de seus empregados 5 e 10 anos sem nunca lhes fazerem ordenado, e no fim das contas, por qualquer coisa o empregado fica desarranjado, e o patrão, a sua vingança é fazer o menor ordenado possível, e assim fica o empregado com uma mão na frente e outra atrás; sim, porque outros dão sociedade ao empregado e por qualquer coisa o empregado sai, e o patrão, valendo-se de um trato boçal, faz-lhe um ordenado que muito bem quer, etc.

Uma vitima.”⁷¹

A partir deste testemunho, de uma “vítima” do que ele chamou “nobre classe caixeiral”, podemos vislumbrar um pouco das imagens do caráter nem um pouco idealizado das relações entre patrões e empregados. Seriam os caixeiros vítimas de “maçadas” e “brutalidades” por parte de seus patrões. O “carrancismo” dos mesmos geralmente era citado pelos caixeiros em referência aos que eram contra o fechamento das portas. Ele cita também o fato de que alguns caixeiros demoram para receber seu ordenado, ou nem mesmo chegam a recebê-lo. Vimos anteriormente que era comum o comerciante abrigar o menino em sua casa, tendo-o como aprendiz das práticas comerciais. O caixeirinho então trabalharia em troca de alimentação e estadia. Além

⁷⁰ Gazeta de Notícias; (01/01/1880).

⁷¹ Gazeta de Notícias (04/02/1880)

dos maus tratos apresenta-se aqui novamente o ideal de sociedade tão almejado pelos caixeiros. Segundo este, alguns patrões davam sociedade aos seus empregados, outros não. Mas “fica o empregado com uma mão na frente e outra atrás” quando não consegue e o patrão ainda daria o ordenado que bem quisesse.

A maioria desses artigos era endereçada à Câmara Municipal ou ao Sr. Bezerra de Menezes, presidente da mesma. Tanto caixeiros como patrões reclamavam de comerciantes que não fechavam suas portas, violando a lei; os primeiros por não terem seu dia de folga, os últimos por serem prejudicados pelas vendas alheias enquanto eles mesmos estavam, impedidos de fazer comércio. Aqui uma das reclamações de negociantes:

“Quinta-feira, 22 de janeiro de 1880:

FECHAMENTO DAS PORTAS:

Não sabes collega (sic), a venda da Rua da Saúde n.178 não fechou, isto é, fechou na frente, mas ficou a entrada pelo fregue (sic), isto dá na vista, nós vamos fazer o mesmo. Elle fez negócio todo o dia, e o fiscal comeu boia.

Os dois colegas taverneiros.”⁷²

Os fiscais pareciam não ver ou se coadunavam com os infratores, porque há inúmeras reclamações como esta. Cada freguesia tinha um fiscal responsável pelo cumprimento das posturas e neste caso o fiscal não cumpriu seu dever. Os “dois colegas taverneiros” reclamaram porque isso prejudicaria seu próprio comércio, que estava fechado, enquanto a concorrência fazia negócio. Além disso, havia ainda as acusações de corrupção, ou dos fiscais ou dos próprios vereadores, como nesta carta, na qual misturam-se tanto agressividade como revolta aberta:

“Domingo, 11 de janeiro de 1880:

AOS CAIXEIROS:

Consta-nos que a companhia de gás faz votos contra o fechamento das portas; se for exato tome cuidado com os lampiões. Rapaziada apronte-se.”⁷³

⁷² Gazeta de Notícias, 22/01/1880.

⁷³ Gazeta de Notícias, 11/01/1880.

Este caixeiro acusa a companhia de gás de fazer “votos” contra o fechamento das portas e ameaça quebrar seus lampiões se isso fosse verdade. Este comportamento destoa do comportamento dos “moços honestos” que costumavam parecer os caixeiros através da imprensa. E a resposta vem no dia seguinte:

“Segunda-feira, 12 de janeiro de 1880.

FECHAMENTO DAS PORTAS:

Para cabeças loucas ouvidos moucos. Não é com as portas fechadas que podem pagar os grandes impostos e mais despesas e já falam em quebrar lampiões; a correção os espera.”⁷⁴

Para cabeças loucas (as dos caixeiros que pensavam em quebrar lampiões) ouvidos “moucos”, isto é, surdos. Este patrão fingiu-se de surdo para não ouvir “besteiras”. Novamente a afirmação de que pagavam muitos impostos e por isso não podiam diminuir suas vendas - coisa que era, para eles, sinônimo do fechamento de portas. Para os que falam em quebrar lampiões, a recíproca da ameaça: a “correção os espera”.

“Segunda-feira, 14 de janeiro de 1880:

FECHAMENTO DAS PORTAS:

Tantos negociantes estabelecidos neste império estão à espera da decisão da Ilma. Câmara para bater as suas posturas para assim nos fechar; ou será por causa da companhia do gaz a lampiões. Um por todos.”⁷⁵

Este pequeno e “atrevido” artigo insinua a corrupção da Ilustríssima Câmara Municipal. Todos estariam esperando que a postura fosse posta em prática. O autor da carta supõe que pudesse ser a companhia de gaz. A companhia de gaz seria uma grande interessada na não aprovação da postura, já que as lojas ficariam abertas menos tempo e, por isso, não precisariam de tanta luz. Teria ela subornado a Câmara? É o que parece perguntar ironicamente este caixeiro.

Em sessão da Câmara em 13 de fevereiro de 1880, o vereador João Francisco Soares apresentou a proposta de se oficial ao ministro do império propondo a

⁷⁴ Gazeta de Notícias, 12 de janeiro de 1880.

⁷⁵ Gazeta de Notícias, 14 de janeiro de 1880.

suspensão da execução da postura sobre o fechamento das portas. A proposta foi aprovada.

Depois de aprovado um projeto de fechamento das portas aos domingos em sessão da Câmara Municipal, reclama-se a publicação dos editais. Após a publicação dos editais reclamam da postura os comerciantes. Os caixeiros, por sua vez, reclamam dos fiscais, que não multam os patrões que, em grande número, não respeitam a postura e continuam as vendas aos domingos. Outros patrões reclamam da injustiça que acarreta o desrespeito à lei por alguns comerciantes seus vizinhos. Há suspeitas de corrupção de fiscais e empregados da Câmara. Outra reclamação freqüente é a que se refere ao fato do fechamento das portas das casas comerciais, porque elas eram, em geral, onde residiam as famílias dos comerciantes. Enfim, são vários os sujeitos envolvidos, e acirrados os conflitos em torno do movimento dos caixeiros pelo fechamento das portas.

3. Da religiosidade ao civismo:

A primeira notícia que encontrei sobre o movimento dos caixeiros era de 1906, justamente quando eles estavam percorrendo as ruas e fechando as lojas que ainda se encontravam abertas após às oito horas da noite. Passei a partir de então a procurar nos anos anteriores vestígios do nascimento do chamado “movimento do fechamento das portas”. Lenira Menezes Marinho, em passagem já citada fez uma pequena menção a este assunto:

“O trabalho aos domingos deveria ser uma constante, pois encontramos, em um jornal *O Caixeiro*, fundado em 1873 (do qual a Biblioteca Nacional possui os três primeiros números), uma série de artigos reivindicando folga aos domingos.”⁷⁶

O anseio dos caixeiros pelo fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais aos domingos é, porém, bem anterior ao período citado por Martinho. O primeiro projeto de lei sobre o fechamento das portas de casas comerciais de que encontrei registro data de 1852. Tal projeto certamente foi elaborado em função de alguma demanda que, portanto, existia ainda anterior a essa data. O que faremos aqui é encontrar os motivos que levaram os caixeiros a tomar atitudes em relação a este anseio e, ainda mais, determinar a maneira como fizeram isso.

Esta primeira referência oficial que encontrei ao movimento do fechamento das portas é uma proposta de projeto de postura do vereador Duque Estrada “para que todas as casas comerciais fechem suas portas aos domingos, quinta e sexta feira santas, assim como nos dias de natal e corpo de Deus.”⁷⁷ A proposta é bastante avançada, se comparada com as que surgirão depois, muito mais elaboradas e cheias de exceções. Mas o projeto não passou do papel.

Do ano de 1855 existe um ofício do fiscal de Paquetá pedindo à Câmara que “os sinos toquem” às dez horas, para que todos soubessem a hora de fechar. Segundo este

⁷⁶ Menezes, op.cit. pág.40.

⁷⁷ AGRJ: Códice 43-3-37 do Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro: Fechamento das casas commerciaes: Proposta do Vereador Duque Estrada - 29 de outubro de 1852 - Para que todas as casas comerciais fechem suas portas aos domingos, quinta e sexta feira santas, assim como nos dias de Natal e Corpo de Deus.

documento, as posturas determinam “que as casas de negócio se fechem às dez horas da manhã, aliás, da noite.”⁷⁸ Isto porque os proprietários das casas comerciais que respeitavam o horário de fechamento sentiam-se prejudicados por aqueles que burlavam a fiscalização e fechavam mais tarde.

No período imperial que a pesquisa abrange, veremos que o discurso utilizado pelos interessados no fechamento das portas rege-se pela deferência à religião católica e aos preceitos cristãos. Em 1870 alguns caixeiros enviaram à Câmara uma representação “pedindo” uma lei para a suspensão dos trabalhos aos domingos e nos dias santificados, como sempre apoiando-se nos preceitos da religião católica e na falta de tempo para instruir-se. Eles escrevem:

“Os abaixo assinados caixeiros das diversas Casas Comerciais da Côrte, há mais de doze anos, pela imprensa pedem ao Corpo Legislativo, uma lei para a suspensão dos trabalhos nos Domingos e dias santificados, como recomenda a Religião Católica Apostólica Romana, que é a religião do estado, e não sendo respeitado pelo corpo do Comércio o benévolo pedido de Vossas Excelências no Edital publicado no Diário do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio, vêm os suplicantes respeitosamente pedir a Vossas Excelências outras providências sem as quais não serão atendidos.

O trabalho continuo enfraquece as forças orgânicas e foi, talvez, em consideração a este soberano princípio, que o legislador cristão determinou a suspensão dos trabalhos, não só para o culto de Deus, como para descanso do corpo, a poder assim entrar de novo no exercício dos trabalhos da vida.

No estado em que a sociedade caminha muitos dos suplicantes pertencentes a várias sociedades literárias, não as podem frequentar e instruir-se porque o tempo é constituído no emprego material do comércio, o que não aconteceria se depois de cumprido o preceito religioso pela manhã, lhes ficasse tempo suficiente para a cultura do espirito, que é o que torna o homem mais polido e humano, ficando assim a sociedade com menos criminosos.

É ao Corpo Municipal como órgão do povo e seu protetor nato, que compete legislar nesses assuntos, sem uma lei ou postura que obrigue, não conseguirão os abaixo assinados a suspensão dos trabalhos e o fechamento das portas nos dias santificados, nos quais se não faz negócio na Côrte, principalmente porque as repartições públicas estando fechadas o comércio fica paralisado. Assim os abaixo assinados não têm a quem recorrer legalmente senão ao ilustrado

⁷⁸ AGRJ; Códicc 43-3-37: Ofício do Fiscal de Paquetá Sobre o Fechamento das Casas Comerciais às 10 horas da noite, tocando os sinos das Igrejas a essa hora. (15 de setembro de 1855).

Corpo Municipal vem respeitosamente pedir a Vossa Excelência o remédio que há muitos anos esperam.”⁷⁹

É claro que os caixeiros, que, como a profissão exigia, sabiam ler e escrever, espertamente não deixariam escapar a possibilidade de construir sua imagem de moços “honestos e trabalhadores”. Então, polidas e humildes cartas como esta seguiam uma certa linha: as anteriores à proclamação da República - como neste caso, que data de 1870 - alegavam que os domingos e dias santos deveriam ser reservados para a Igreja num país católico. A carta recupera portanto, o argumento cristão que estava presente já na proposta do vereador Duque Estrada, em 1852. Os caixeiros reiteravam então o poder do estado e a sua completa subordinação a ele e ao “legislador cristão”. Além disso, eles adotam um discurso de incremento da produção, escrevendo que é necessário dar “descanso ao corpo, a poder assim entrar de novo no exercício e nos trabalhos da vida”. E, finalmente, utilizaram-se dos medos e crenças dos patrões, demonstrando sua preocupação com a sociedade: dando-lhes o tempo de “descanso” e “estudo” que necessitavam, os patrões teriam em troca uma “sociedade com menos criminosos”. Mas, para tudo isso enfim, os caixeiros necessitavam do amparo e da proteção do aparato do poder público e de seus membros. Isso tudo fazia parte da estratégia que eles usavam, pois haviam aprendido a se relacionar com o poder através de um discurso estrategicamente articulado.

Houve ainda uma postura de 15 de novembro de 1873 que determinou o fechamento, às dez horas da noite, de quiosques, bilhares e botequins que vendessem bebidas alcoólicas. Muito provavelmente não tem a ver com o movimento, e sim com a tentativa de evitar confusões de bêbados. Mas esta postura suscitou inúmeras imprecações e reclamações dos patrões. Uma dessas reclamações é de 1878.⁸⁰ É uma agressiva exposição de negociantes sobre a referida postura. A carta foi apresentada

⁷⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice n. 43-3-38: Fechamento das casas commerciaes: aos domingos e em dias santificados - Representação dos caixeiros das casas commerciaes da praça do Rio de Janeiro. 1870.

⁸⁰ AGRJ: Códice: 43-3-39: Fechamento das casas commerciaes: Exposição de negociantes sobre a postura de 15 novembro de 1873. com referência a casas que vendem bebidas alcoólicas. acompanhada do officio do chefe de policia. Tito de Matos, chefe de policia, transcreve o parecer da Câmara sobre a sua primeira carta pedindo uma “interpretação” da postura: “Que aos quiosques é permitido vender bebidas alcóolicas e outros gêneros de botequim, uma vez que se sujeitem a fechar as portas às 10 horas da noite. Que os bilhares, que tiverem licença para a venda de bebidas estão comprehendidos na disposição do citado artigo da Postura e portanto abertos até as 10 horas da noite.”

por um ofício do chefe de polícia apenas para arrematar o descontentamento dos comerciantes. Estes criticam a Câmara Municipal pela falta de clareza das posturas e sobretudo a supracitada, já que esta seria a segunda vez que o chefe de polícia Tito de Matos pedia uma explicação da postura de 15 de novembro de 1873. O que ele propunha é que a execução da postura fosse suspensa enquanto não se resolvesse a “matéria”. Mas o que irritava os patrões e o que eles tentavam impedir e mesmo adiar com objeções, críticas, reclamações ou fosse como fosse, era justamente que o poder público se intrometesse no relacionamento deles com os empregados.

O fato é que as formas de protesto foram se forjando e se modificando ao longo do tempo. É claro que não se pode passar uma linha reta entre os períodos, separando totalmente as coisas. Mas, se antes de 1850 essas aspirações eram reprimidas por suspiros, na década de setenta elas se transformaram em pedidos remetidos aos patrões e discutidos entre os caixeiros, num inconformismo que, uma década depois, se refletiria na formação de associações de ajuda mútua. No início da história dessas associações elas não tinham fins políticos e misturavam patrões e empregados, mas o perfil das associações foi se modificando, bem como o do movimento: as instituições passavam a ser associações de classe e os pedidos aos patrões transformavam-se em reivindicações feitas diretamente ao poder público. Como vimos, antes de 1889 o argumento era a ida às missas aos domingos e ao descanso nos dias santos. Depois da proclamação da república o discurso reivindicativo também se modificará, pois a república traria suposta igualdade para todos e os seus feriados seriam para demonstrar amor à pátria. A estratégia era ainda a mesma: os caixeiros apenas passaram a utilizar tão bem os sentidos e os símbolos da República quanto os do Império.

O discurso republicano que exaltava a “civilização”, o “progresso” e evocava um novo tipo de cidadania também era utilizado pelos protagonistas envolvidos no movimento de fechamento de portas - ou seja, não apenas pelos caixeiros, mas também pelos patrões. Na utilização feita pelos caixeiros, a república significava justiça e progresso, enquanto que para os comerciantes a república justificaria a liberdade de comércio. (E neste caso a liberdade de comércio significaria nada menos do que deixar

Mas, para o chefe de polícia, o artigo, assim explicado, continuaria “obscuro” e ainda “carecia de interpretação”.

que tanto o salário quanto o tempo de trabalho dos empregados fosse regulado pelas leis do mercado).

José Murilo de Carvalho, em A Formação das Almas, analisa a formação de projetos republicanos para o Brasil por parte das várias facções que compunham este quadro. Uma delas era formada pelos positivistas, que queriam promover a integração do proletariado à sociedade. Essa integração seria alcançada não pelo conflito de classes, mas pelo reconhecimento dos ricos do dever de proteger os pobres. A proposta positivista reforçava, portanto, o paternalismo governamental.⁸¹ Na verdade, após a proclamação da república, o que se pretendia era subordinar toda a esfera pública ao domínio da lei e das políticas públicas. Mas, para Carvalho, o que predominava era a mentalidade predatória, “o espírito do capitalismo sem a ética protestante”. Para ele, “Simplesmente não havia preocupação com o público.”⁸²

Cláudio M. Batalha⁸³, escrevendo sobre o sindicalismo reformista do início do século, afirma que o republicanismo era um aspecto comum à maior parte dos sindicatos reformistas. Sendo assim, os empregados no comércio, em representações e “apelos” aos poder público, recorriam aos símbolos republicanos para enfatizar e dar respaldo às suas reivindicações.

No artigo abaixo, por exemplo, no qual Deodoro é citado como símbolo da república, diz-se que o regime era desrespeitado pelo comércio que abria suas portas no dia da proclamação da república. O texto glorifica o mito da proclamação da república e seu heroísmo, chamando-a de “a bastilha brasileira”:

“Há ainda aqui e mais do que a todos, o nosso glorioso 15 de novembro, a Bastilha brasileira, a data mais querida, porque perpetua o heroísmo do exército nacional chefiado pelo imortal Deodoro, que com a espada em punho, rígido e forte, descarregou o golpe certo na corrente que nos prendia e com sua voz vibrante e enérgica proclamou a nossa emancipação política. Nesse glorioso dia, porém, V.S., dê um passeio pelo nosso Rio de Janeiro, que há de ver que, mesmo à noite, todos os estabelecimentos estão abertos, muito embora, dentro deles, atrás dos balcões, pulsem corações patriotas. Patriotas mas escravizados...Por isso, sr. Redator, precisamos muito

⁸¹ José Murilo de Carvalho - A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil; São Paulo, Companhia das Letras: 1990, Pág. 31.

⁸² Carvalho. Op. Cit.

⁸³ Cláudio de Moraes Batalha - Le Syndicalisme “amarco” a Rio de Janeiro (1906-1930) Tome I: Thèse de Doctorat de l’Université de Paris I: Juin 1986

que os poderes públicos olhem com mais interesse a questão do fechamento de portas. Pedro Lostan.”⁸⁴

Lostan se utiliza dos símbolos republicanos, evidenciando seu caráter heróico, para argumentar a favor da causa dos caixeiros. Critica as casas comerciais que permaneciam abertas no próprio 15 de novembro - dia da proclamação da república, ou, como definiu, “a Bastilha brasileira” - por não permitirem que seus empregados libertassem seus “corações patriotas”. Pede, ao fim, a ajuda dos poderes públicos para resolver a questão do fechamento das portas.

Outro exemplo desta utilização de símbolos caros ao imaginário republicano brasileiro na defesa da causa do fechamento das portas, foi a conferência apresentada pelo eminente republicano Silva Jardim, intitulada “O comércio e a sociedade. A questão do descanso para os empregados no comércio”, em 29 de outubro de 1889. A conferência foi proferida no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio e o convite inicial fora feito por alguns caixeiros e enfatizado pela diretoria da associação⁸⁵. O presidente da AEC fez um discurso de abertura para a conferência de Silva Jardim que é o que se segue:

“Tendo em vista o movimento que se opera atualmente para obter-se o fechamento das portas das casas comerciais nos domingos e dias santificados, movimento igual ao que se deu em 1880; a AEC tomou a deliberação de intervir na questão, estabelecendo um programa a respeito, programa que foi publicado pela imprensa no dia 25 do corrente. Cumprindo-o a Associação resolveu iniciar uma série de conferências, das quais é a primeira esta de hoje. Representando a associação, como um de seus diretores, concedendo a palavra ao distinto tribuno, o sr.dr. Silva Jardim, que, com sua eloquência imponente, com sua lógica de ferro, procurará levar ao ânimo de todos os comerciantes a convicção de que é necessário, é em bem de seus próprios interesses que o fechamento das portas aos domingos e dias santos seja realizado.”

A escolha de Silva Jardim pelos caixeiros para apoiar o movimento do fechamento das portas fazia parte de sua estratégia de luta. Um orador tão conceituado na configuração política de então emprestava credibilidade àquela causa. Por isso, entre o público misturavam-se caixeiros e patrões, como afirmou o próprio orador. Mais uma vez, portanto, os caixeiros validaram suas aspirações utilizando-se de

⁸⁴ O Paiz; 19 de julho de 1911.

símbolos caros à “nação”: um deles o republicano de grande prestígio entre os próprios patrões e o outro, a própria república, então sinônimo de progresso. O texto foi publicado pelo jornal carioca Correio do Povo, nos dias 1, 7, 8 e 11 de novembro mas a publicação foi interrompida em virtude da proclamação da república.

O discurso de Silva Jardim pregou a união das classes como necessária ao progresso da nação. Ele utilizou a metáfora do organismo representando a nação. As classes sociais seriam os órgãos que, em solidariedade, trabalhariam juntos para o bom funcionamento deste organismo. Mas cada classe deveria estar em seu lugar, já que a igualdade total dos indivíduos não seria mais do que uma tirania. Leiamos suas próprias palavras:

“Notai ainda, em bem dos proprietários, que eles obedecem à evolução social que produz a máxima de que os fortes protejam aos fracos; notai, em seu bem, que essa concessão aos caixeiros não é repelida *in limine*, como uma licença perigosa; notai, para sua honra, que muitos patrões julgam o descanso que os caixeiros pedem um interesse e uma garantia para eles mesmos; notai a elevação moral e intelectual que com isso o comércio revela. E não é grande prova dessa elevação minha presença aqui e em seu nome? (Muito bom!) A minha presença nessa tribuna, a dos dignos representantes da classe comercial, patrões e caixeiros, a presença de todos vós, significa que se os comerciantes fossem incapazes de uma medida de generosidade, se os caixeiros fossem capazes de abusar de sua liberdade, uns e outros não teriam recorrido a este meio intelectual, à propaganda de suas idéias, não teriam recorrido à tribuna, não teriam recorrido à palavra.”⁸⁶ (grifo meu)

Este discurso republicano inclui todos os conceitos que temos analisado e encontrado nos outros textos. Ele prega a união de caixeiros e patrões em torno de um interesse comum, que seria o fechamento de portas. Isto seria, no entanto, uma “concessão” dos patrões, já que os fortes deveriam proteger os fracos. Por fim ele, Silva Jardim, estava ali por uma conjunção de interesses e esforços, falando para um público misto de empregados e empregadores. Estes últimos, capazes de uma medida de “generosidade” e os empregados, por sua vez, não abusavam de sua liberdade. A igualdade republicana criaria uma interdependência recíproca, ou seja, os patrões

⁸⁵ In Silva Jardim - “O Comércio e a Sociedade - A questão do descanso aos empregados do comércio” Correio do Povo - Órgão republicano: 7 de Novembro de 1889.

⁸⁶ Idem.

poderiam conceder, mas apenas se os caixeiros cumprissem sua parte no “trato”, o que significaria não “abusar de sua liberdade”, nas palavras de Silva Jardim.

É claro que a apropriação do discurso “republicano” assumia formas diferentes nos argumentos de uns e de outros. Ambos, patrões e caixeiros, quando defendendo seus pontos de vista, utilizavam argumentos republicanos em função de coisas diferentes. No caso dos caixeiros, as cartas que remetiam aos jornais ou à Intendência Municipal após a proclamação da República seguiam um modelo padrão, embora com o mesmo objetivo e utilizando a mesma estratégia que as anteriores a 1889. Elas começavam então com um “Ao cidadão”, apelavam para o fechamento das portas nos feriados da república - ao invés dos feriados religiosos - como bons cidadãos que eram e, enfim, terminavam com o apropriado “saúde e fraternidade”. Modificando seus temas, que se adaptavam ao novo contexto, a lógica da luta era a mesma.

Em 1890, as disposições do artigo 64 do Novo Código de Posturas determinavam o fechamento das casas comerciais ao meio dia dos domingos. A partir daí a correspondência para a Câmara tornou-se muito mais frequente. Em 1880, quando a postura determinando o fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais aos domingos fora revogada, não encontrei cartas de caixeiros reclamando diretamente à Câmara. Neste período as reclamações, em sua maioria, tiveram como veículo os grandes jornais e periódicos. Já em 1890, há vários abaixo assinados de caixeiros enviados à Câmara Municipal, pedindo o cumprimento da lei e a atenção dos fiscais. Colocando-se como aliados do novo regime, os caixeiros usavam seus princípios e regras como aliados em sua luta.

Mas os patrões não ficaram atrás! Em maior número ainda eram as representações da Sociedade União Comercial dos Varejistas de Seccos e Molhados, que reclamavam agressivamente o cumprimento de “princípios republicanos”, como a liberdade de comércio e o progresso que seria trazido por ela. Neste caso, apelam para a liberdade que a constituição republicana invoca e criticam a interferência do estado nas relações entre eles e seus empregados, em discursos como este:

“Os poderes públicos devem abster-se de intervir no assunto obrigando os negociantes a tomar *a fortiori* esta medida, o que seria sem dúvida um excesso de poder, uma invasão da liberdade de comércio que nada justificaria. Pode o governo intervir para que se tome obrigatória sob o peso de multa a observância de certos

princípios higiênicos insistentemente reclamados pela saúde do organismo, como por exemplo tomar banho, andar com roupas asseadas, etc? Evidentemente que não, porque não compete à autoridade do Estado intervir nesses assuntos de casos em que há lesão de direitos, que se prejudica a ordem e distribuindo penas ou usando de tranqüilidade pública (sic). A função do Estado que não se dirige imediatamente a manter ordem ou fazer (ilegível) a paz exercita-se de um modo todo indireto e quase paternal, como por exemplo, distribuindo socorros públicos, difundindo a instrução, mas nunca estabelecendo penas ou usando de coação.”⁸⁷

O parágrafo acima deve servir para termos uma noção do que este grupo de comerciantes parece pensar ser o dever do Estado. Ou melhor: o que lhes parece plausível como argumento neste caso. De acordo com eles, o Estado teria muitos encargos, e o controle deveria ser indireto e “quase paternal”. Mas o que ele quis dizer com isso? A função do Estado não seria intervir em casos em que há lesão de direitos, e sim de manter a ordem de um modo paternalista, o que significaria tratar da instrução e dos socorros públicos, ou seja, de “cuidar” dos cidadãos, mas não de interferir no que seriam aspectos mais pessoais de suas vidas. O Estado cuidaria do espaço público. A interferência do estado nas relações patrão/empregado implicaria, portanto, confrontar elementos da vida privada de ambos. Para os patrões isto seria inaceitável, como vimos. Em suma, se o Estado não deveria intervir em casos em que havia “lesão de direitos” significa dizer que as reivindicações dos caixeiros não diziam respeito ao poder público e logo, que não deveriam ser por ser atendidas.

O parágrafo seguinte descreve os deveres “paternais” do estado e a continuação da carta remetida pela Sociedade União dos Varejistas de Seccos e Molhados desenvolve um ideal contratual entre patrão e empregado. Leiamos:

“O caixeiro de um estabelecimento comercial tem com o seu patrão um contrato (ilegível) que o obriga a prestar seus serviços mediante uma certa remuneração. Uma vez que não lhe convém trabalhar aos domingos, ou deixe o estabelecimento ou consiga do patrão que o feche. É evidente que se todos ou a maioria dos caixeiros pensasse assim, há muito que a questão estaria resolvida, sem precisão deste apelo (ilegível) para a autoridade pública. É por meio das greves que na Europa os operários de todas as naturezas têm conseguido aumento de salário, diminuição de horas de trabalho, o fenômeno é

⁸⁷ AGRJ;Códice n.43-3-43: Fechamento das Casas comerciais (1890). Parecer da sociedade comercial dos varejistas de seccos e molhados contra o fechamento das portas. (8/11/1890)

puramente econômico, subordinado à lei da oferta e da procura e (ilegível) da questão qualquer elemento externo.”⁸⁸

Aqui, ao contrário da relação com o poder público, ele reduz a relação entre patrão e empregado a um contrato e ao que ele qualificou de “um fenômeno puramente econômico”. Mas, neste caso, o estado não deveria ser “paternal”. Deveria sim, deixar que esta questão fosse regulada “naturalmente”, pelo mercado, através da lei da oferta e da procura. Para resolver a questão diretamente com os empregados - desta vez de maneira mais impessoal - ele sugere as greves e cita como exemplo os operários da Europa. Tratava-se de tentar continuar mantendo essas questões como cotidianas e individuais, fora do espaço público, criando assim uma relação de forças desequilibrada para o lado mais fraco do empregado. O que explica a proposta de greve como modo de resolver o problema. Embora a proposta possa parecer contraditória, talvez seu autor considerasse o movimento operário carioca “moroso”, como o classificou um correspondente do jornal operário Terra Livre⁸⁹. A organização sindical e a unidade reivindicativa dos empregados no comércio não assustava ninguém. Sua luta, em grande parte das vezes, era travada no âmbito legal e “cordial” com os patrões. Neste caso, o viés argumentativo era outro: ao invés da fidelidade, da colaboração de classes e da amizade entre patrão e empregado, o que importava era a auto-regulação do mercado e da autonomia do comércio. Lembremos que o “contrato” ideal que se estabelecera entre patrão e empregado até o início do século era, em geral, um contrato “virtual” que implicava em cobranças mútuas caso uma das partes não cumprisse o esperado. Este “contrato” cobrava do empregado a fidelidade, submissão e honestidade, enquanto do patrão esperava-se um bom tratamento e “concessões” convenientemente compreensivas. Relação esta que a imprensa e os órgãos informativos em geral esforçavam-se por transformar em “amizade” e “colaboração”. Mas, no caso da carta que acabamos de ler, o “contrato” seria exclusivamente comercial, seguindo as regras do patrão e as leis de mercado: se o empregado estivesse insatisfeito que saísse do emprego. Este tipo de argumento não era de emprego usual nas fontes relativas a este período, mas serviu para enfatizar a questão central, esta sim

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Do Brasil Profetário; A Terra Livre - São Paulo (Brasil) - Sexta-Feira, 13 de julho de 1906.

de freqüente abordagem: o problema do fechamento das portas deveria ser resolvido entre patrão e empregado apenas.

A carta que citei acima, de autoria da União dos Varejistas de Seccos e Molhados contra a postura que regulou o fechamento das casas comerciais aos domingos, foi assim o exemplo mais completo que pude encontrar de um tipo de argumentação mais comum entre os negociantes: a idéia corrente de que a questão do fechamento deveria ser resolvida entre patrões e caixeiros, sem a intervenção do poder público. Para tornar plausível tal argumentação seu autor propõe um relacionamento contratual de laços mais estritamente econômicos. Esta carta pode nos ajudar a reconstituir toda uma teia de relações e de idéias que giravam em torno da questão que ela aborda. Em primeiro lugar, era corrente pensar - ou escrever, ou falar - assim. Na atualidade pode parecer estranho pensar que alguém pudesse argumentar seriamente que o empregado deveria agir desta forma: "Uma vez que não lhe convém trabalhar aos domingos, ou deixe o estabelecimento ou consiga do patrão que o feche." Para que possamos superar esse estranhamento é preciso levar em conta que esta carta se trata de uma representação da Sociedade União dos Varejistas de Seccos e Molhados. A SUCVSM era, neste período (anos 1890), a maior entidade de patrões do ramo (se não a única) e a mais forte opositora ao projeto de fechamento das portas.

Outro motivo para não considerar com estranhamento excessivo esta argumentação é o fato de que ela era adotada pelos próprios caixeiros. É o testemunho deles mesmos que o confirma. Esta carta, citada logo abaixo, foi publicada pela *Gazeta de Notícias*, no ano de 1880, após a revogação da postura do fechamento, que havia ocorrido menos de um mês após a aprovação da mesma, em janeiro do mesmo ano. Leiamos:

"Nós, os caixeiros, nada pedimos à Câmara Municipal. Nem mesmo queremos receber esmolas de mãos impuras. Nós pertencemos a uma classe pobre, é verdade, mas estamos habituados ao trabalho, somos honestos e não queremos comprar a nossa liberdade a patoteiros imorais. Havemos de obter a nossa liberdade de descansar aos domingos, d'aqueles para quem trabalhamos que em todo caso estão muito acima de uma municipalidade feita a cacetes e navalhas."⁹⁰

⁹⁰ "Fechamento das Portas"; *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1880.

Até os caixeiros rejeitaram o poder público, valorizando a negociação direta com os patrões. Ao que parece eles estavam revoltados com a “municipalidade”, pela “Bezzerada”⁹¹ que fora feita com o projeto do fechamento. Depois de tentarem recorrer ao poder público e terem ficado decepcionados, eles apelavam para o que parecia ser a sua última alternativa naquele momento. Como “filhos pródigos” talvez, eles retornavam, esperando cair nas boas graças daqueles para quem trabalhavam e que, segundo eles, estariam muito acima da “municipalidade”. Ao que parece, “sair do ninho” havia sido uma experiência frustrada e assim retornavam eles à prática habitual, concordando, neste instante, com o argumento patronal.

Em 1889 ainda se lutava pela postura do fechamento das portas aos domingos, mas os caixeiros já pensavam em diminuir as horas de trabalho durante os dias úteis da semana, como mostra este artigo publicado em O Caixeiro de um domingo, a dois de abril daquele ano:

“Temos nos ocupado do fechamento das portas, aos domingos, medida que não podendo ser geral para dar descanso a todos os que lidam no grande e no pequeno comércio, pode ser atenuada pelo modo que temos indicado. Porém o que nos preocupa hoje, não é já o fechamento aos domingos, somente, mas também nos dias de semana, em horas determinadas.”⁹²

A Postura de 1890⁹³ suscitou uma onda de “pedidos” de inserção na mesma de várias classes trabalhadores - não apenas do comércio, como também dos trabalhadores em descargas de vapores, por exemplo. Eles pediam o mesmo privilégio

⁹¹ A utilização termo “Bezerrada” é um irônico trocadilho feito com o nome do então presidente da Câmara Municipal, Dr. Bezerra de Menezes.

⁹² Fechamento de Portas - O Caixeiro: Sábado 1- domingo 2 de abril de 1889.

⁹³ “De 20 de novembro de 1890 - Sobre o fechamento das portas das casas de comércio aos domingos: O Conselho de intendência municipal da capital federal da república dos Estados Unidos do Brasil faz saber que, em sessão de 21 de outubro último, adotou, e o governo, por portaria do ministério dos negócios do interior, em 14 do corrente, aprovou, a seguinte postura sobre o fechamento de portas das casas de negócio aos domingos a qual entrará em execução a contar do dia 23 do corrente:

Artigo 1º. Fica proibido as casas de comércio das freguesias do Sacramento, São José, Santa Rita, Sant’Anna, Santo Antônio, Espírito Santo e Glória ter as portas abertas e negociar aos Domingos.

Artigo 2º. Excetuam-se: As tavernas, só até as seis horas da tarde, e as farmácias, hotéis, casas de pasto, confeitarias, padarias, botequins, cafés, bilhares e açougues, durante todo o dia.

Artigo 3º. O infrator do presente postura será punido com a multa de 30\$000

Artigo 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.” In Códigos de Posturas: Leis, decretos, editais e resoluções da intendência municipal do Distrito Federal - Compilação feita por ordem da Prefeitura, pela repartição do Archivo Geral - Prefeito Dr. Henrique Valadares - Ed. De 1894.

concedido aos empregados no comércio, ou seja, pediam a extensão da postura para o trabalho de sua categoria. Como também queriam um dia de descanso em sua “interminável” semana de labuta, eles se apresentam ao “cidadão” e “louvam a república”, argumentando que:

“Hoje que a pátria brasileira mostra-se radiante e próspera de um grande progresso novo exultante, espera, confiado na atenção de tão ilustre personagem, que unido aos restauradores de uma pátria (ilegível) e oprimida pelos carrancismos e caducidades da velha constituição de séculos passados o cumprimento de um decreto em que o trabalho no mar seja suprimido aos domingos para os navios e vapores mercantes quando descarga ou carga, e que os dias 13 de maio e 15 de novembro sejam feriados em todo lugar que se trabalha, quer braçal ou comercial.”⁹⁴

Depois deste “discurso republicano”, “a comissão” continua sua carta, pedindo atenção para um pedido de “fracos e pequenos” e termina com o usual “Saúde e Fraternidade”. Esta representação reitera o fato de que os caixeiros, e não só eles, tinham o perfeito domínio do terreno onde pisavam. Sabiam o que falar e como falar com as autoridades, e sabiam também como “pedir”, ainda que, às vezes, não soubessem como escrever corretamente. A sinopse histórica do livro publicado pela Associação dos Empregados no Comércio, Um século, 1880-1980: 100 Anos de Proteção e Assistência ao Comerciarío⁹⁵, explica que em 20 de novembro foi aprovada pelo governo Federal - por Portaria do Ministério dos Negócios do Interior - a Postura de 21 de outubro de 1890 do Conselho da Intendência Municipal da Capital Federal da República. Ela determinou o fechamento do comércio aos domingos nas freguesias de Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Santo Antônio, Espírito Santo e Glória, e teria sido “a coroação de perseverante reivindicação da AEC, enfrentando inclusive entidades de classe” - a entidade de classe à qual o livro se refere seria, provavelmente, a já citada SUCVSM. O ato oficial, publicado em 20 de novembro de 1890 e do qual se excetuaram tabernas, farmácias, hotéis, casas de pasto, confeitarias, padarias, açougues, botequins, cafés e bilhares, esteve longe de merecer acatamento, em consequência de resistências patronais e de deficiências de fiscalização, mas

⁹⁴ AGRJ: Códice 43-3-44: Fechamento das Portas: Requerimento de empregados de descarga de vapores (20/02/1890)

⁹⁵ Valdir da Rocha: Um século, 1880-1980: 100 anos de proteção e assistência ao comerciarío. Associação dos Empregados no Comércio. Rio de Janeiro: 1980.

“inegavelmente repercutiu favoravelmente no prestígio da Associação, por sua ação desassombrada e construtiva.”

Em 1892 foram os empregados em confeitarias que pediram para ser incluídos nas posturas, em nome da república, é claro, já que, do contrário, estariam sendo vítimas de “infundados preconceitos que já não se coadunam com o regime democrático em que vivemos nem com os princípios de liberdade das sábias leis que nos regem.”⁹⁶ No mesmo ano, são os próprios negociantes da freguesia da Lagoa pedem sua inclusão na postura⁹⁷. Alguns negociantes, sobretudo aqueles que já fechavam suas portas mais cedo, desejavam uma postura que determinasse o mesmo horário de fechamento para todas as casas do mesmo ramo. Isso porque, de outra forma, as concorrentes que permanecessem de portas abertas lucrariam com o fechamento das outras. Havia ainda as exceções para as posturas que determinavam o horário de fechamento das portas das casas comerciais. Negociantes de casas comerciais que vendessem o mesmo gênero de produtos, como por exemplo, tavernas, armazéns de secos e molhados ou confeitarias, ficavam, muitas vezes, insatisfeitos, pois algumas delas deveriam fechar-se antes e outras depois. Por isso, muitos negociantes escreveram à Câmara Municipal para pedir o fim das exceções, que prejudicaria seus negócios, além de injusta e desnecessária, contra os princípios da República, que seria igual para todos:

“Na República, deve existir a igualdade de direitos, muito principalmente no comércio. Qual o resultado que produz o fechamento às tavernas em determinadas freguesias e outras não? Os empregados de umas não lhe assistem o mesmo direito dos outros?”⁹⁸

Neste requerimento há novamente a apropriação e utilização dos significados da república, agora feita pelos patrões. Argumentando em favor da igualdade de

⁹⁶ AGCRJ; Códice 43-3-44: Fechamento das casas comerciais: Requerimento dos Empregados das Confeitarias sobre o mesmo assunto.

⁹⁷ Argumenta-se o seguinte: “Ao Ilustre Cidadão Presidente e mais Intendentes da Intendência das Capitais Federais: Os abaixo assinados negociantes da freguesia da Lagoa vêm respeitosa e humildemente pedir-vos se dignéis (sic.) incluir esta freguesia a das compreendidas (sic.) na postura do fechamento aos domingos, pois trata-se de uma freguesia bastante populosa acrescentando (sic.) na qual mora parte da melhor sociedade (sic.), que poderia-se desligada das suburbanas (sic.) não pela população como pela sua vastidão, e certos (sic.) que fareis justiça.” Em AGCRJ; Códice 43-3-44: Fechamento das casas comerciais: Requerimento dos negociantes da freguesia da Lagoa.

direitos entre os empregados, eles pretendem fechar todas as lojas comerciais, e não apenas as suas próprias.

Ainda em 1892 os barbeiros escrevem também à Câmara pedindo “ao cidadão presidente” e aos demais intendentes que lhes seja extensiva a postura do fechamento das casas comerciais aos domingos, “confiados no espírito reto e nos princípios democráticos” dos mesmos.⁹⁹ É interessante notar que no mesmo ano, a SCVSM escreve à Câmara Municipal para afirmar que a postura do fechamento das portas aos domingos era inconstitucional porque ia contra os princípios da república, porque “a postura do fechamento é atentatória da liberdade de comércio, indústria e profissão, garantidos pela constituição do país, e devia ser mantida e respeitada em toda sua plenitude como garantia de direito.” Para o irado negociante que redigiu a carta, o governo estava fazendo “cumprimentos com o chapéu alheio” porque era o patrão que pagava para o caixeiro “andar nas orgias, como geralmente se observa nas folgas que gozam.” Por isso ele exigia que o Conselho Municipal “mantenha a disposição do artigo 72 da Constituição da República, dando plena liberdade ao comércio, no sentido de cada um governar a sua casa como entender, abrindo e fechando como lhe convier”.¹⁰⁰ Aqui os patrões procuraram manipular os símbolos e ideais republicanos, assim como a própria constituição, de forma a dar respaldo e credibilidade à sua indignação.

Em 1893 o prefeito Cândido Barata Ribeiro assinou um decreto que consolidava o fechamento do comércio aos domingos e o estendia a quatro freguesias¹⁰¹. O decreto no.30, de 17 de março de 1893, tornou extensiva às casas de barbeiros e cabeleireiros das freguesias urbanas a postura sobre o fechamento de portas das casas comerciais aos domingos, desde pela manhã.¹⁰²

Em 1896 caixeiros da freguesia da Gávea reclamam do não cumprimento da lei por alguns comerciantes e apoiam a postura “tendo em vista a higiene e a ordem pública”¹⁰³. No mesmo ano são os empregados em casas de comércio da freguesia de

⁹⁸ AGCRJ; Códice 43-3-44: Fechamento das Portas: Requerimento dos varejistas para o fechamento de Todas as casas comerciais ao mesmo horário.

⁹⁹ AGCRJ; Códice 43-3-44: Fechamento das Casas Comerciais: Requerimento dos Barbeiros pedindo que lhes seja extensiva a postura sobre não trabalharem aos domingos.

¹⁰⁰ AGCRJ; Códice 43-3-44: Fechamento das Casas Comerciais: Protesto da Sociedade União dos Varejistas de Seccos e Molhados.

¹⁰¹ Códigos e Posturas op. Cit.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ AGCRJ; Códice 43-3-45: Fechamento das Casas Comerciais (5/05/1896)

Santa Rita que pedem o seu descanso aos domingos a partir do meio-dia através de um requerimento enviado à Câmara Municipal. Mesmo que em português sofrível, utilizam-se de todas as regras de louvor à república e “pedem a sua proteção”:

“Nós abaixo assinados viemos por meio d’esse pedir que na (ilegível) corações bondosos como de Voz cidadãos (sic) que (ilegível) dia 15 de novembro voz cidadães (sic) que hoje é muito digno chefes (sic.) pedem a sua proteção. Saúde e Fraternidade.”¹⁰⁴

Podemos ver que, embora a palavra escrita não seja o forte do autor da carta, o mesmo não acontece no que se refere à utilização dos símbolos da república. Tratando os membros da Câmara por cidadãos (cidadões ou cidadães, na verdade), chamando os republicanos de chefes e bajulando-os, eles terminam por pedir a proteção dos dignos e bondosos corações. O “saúde e fraternidade” com o qual a carta foi finalizada é o sua ode à república.

Ainda em 1896 é redigida uma mensagem do Conselho Municipal sobre o Projeto n.100 de Postura aprovada pelo mesmo, que estipulou o fechamento do comércio ao meio dia de domingos e feriados. Isso fora feito mediante reclamações de negociantes sobre a pouca clareza do primeiro documento. Os caixeiros e as associações consideravam essa postura uma clara tentativa de recrudescimento do movimento contrário ao fechamento do comércio aos domingos. Eles queriam o dia inteiro livre e não apenas meio período, como estipulara aquela lei.

Em 1897 os comerciantes voltariam a lutar contra a lei n.79c, que mandava fechar todos os estabelecimentos comerciais (menos as exceções) aos domingos, meio dia, mas então com a ajuda de um advogado, que escreveu também sua carta com argumentos judiciais contra o fechamento. O Dr. Oliveira Coelho, advogado da União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados, dotado por ela de plenos poderes para representá-la, afirmou que a postura era inconstitucional e “ofensiva aos brios da população, uma vez que se afasta do princípio de igualdade consagrado no estatuto da República”.¹⁰⁵

¹⁰⁴ AGCRJ; Códice 43-3-43: Fechamento das Portas (06/05/1896)

¹⁰⁵ AGCRJ; Códice 43-3-45: Fechamento das casas comerciais: Protesto da Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados, sobre a lei n.79c., que mandou fechar aos domingos todas as casas comerciais.

A lei 79c foi também discutida em termos de horário pelos caixeiros: fechariam às seis ou às duas? Seria outro recrudescimento em relação à postura anterior, que mandava fechar ao meio dia? O 100 anos de assistência aos empregados no comércio¹⁰⁶ explica a situação naquele momento:

“Atitude da União dos Comerciantes Varejistas de Seccos e Molhados, contrária ao fechamento do comércio aos domingos. Representação da AEC no Conselho Municipal e em 29 de novembro de 1897 a decisão do Supremo Tribunal Federal dá ganho de causa aos empregados.”

Neste caso, mesmo com ajuda de um advogado e o argumento de que a lei feria os princípios de liberdade e igualdade - caros que deveriam ser a todos os cidadãos republicanos - os comerciantes não conseguiram a revogação do projeto. As reivindicações dos caixeiros progressivamente tomavam corpo e, aos poucos, alcançava-se algumas delas.

O decreto n.478, de 29 de novembro de 1897, mandou fechar todas as casas comerciais aos domingos, exceto as que menciona (são várias as exceções) e em 1903 o decreto n.404, de 19 de março, mandava fechar as confeitarias nos domingos ao meio dia.

Em 1906 os caixeiros passavam a reivindicar o fechamento das portas nos dias de semana às oito horas da noite. Uma Postura Municipal estabeleceu o horário de fechamento diário do comércio neste horário. As lojas deveriam funcionar das 8 às 20 horas, com intervalo de 2 horas, para almoço e descanso, inclusive aos sábados. Não obstante as casas comerciais não obedeciam à determinação legal, protegidas pela falta de fiscalização.

Finalmente, em 11 de julho de 1906 constituiu-se o Sindicato dos Empregados de Barbeiro e Cabeleireiro¹⁰⁷, que deveria lutar pelo fechamento das portas às sete horas da noite. Ainda no agitado ano de 1906 a Associação Beneficente dos Empregados em Calçado conseguiu um acordo feito entre os proprietários de casas de

¹⁰⁶ Um século 1880-1980: 100 anos de proteção e assistência ao comércio. - Professor Valdir da Rocha; Associação dos Empregados no comércio do Rio de Janeiro. 1980: Empresa editora Carioca. Ltda.

¹⁰⁷ Gazeta de Notícias, 11 de julho de 1906.

calçados, que estabelecia o fechamento das mesmas às oito horas da noite.¹⁰⁸ Segundo a Gazeta de Notícias, o acordo não fora aceito por apenas duas ou três casas. A partir daí os caixeiros de calçados começaram a bater de porta em porta para conseguir convencer os patrões a apoiarem sua causa. Logo os barbeiros e cabeleireiros adotaram a mesma campanha, no que foram imediatamente seguidos pelos empregados em alfaiatarias¹⁰⁹ e depois ainda pelos empregados em padarias.

Como vimos, as reivindicações de várias categorias de empregados no comércio tiveram êxito com o decorrer dos anos, utilizando um discurso que recorria tanto às práticas paternalistas quanto aos ideais do regime republicano nas relações com os patrões e com o poder público. Em 1906 sua estratégia se modificou um pouco, e os caixeiros partiram, por vezes para o confronto direto com seus interlocutores, sem perder, no entanto, sua posição privilegiada nas linhas de todos os jornais e periódicos da época.¹¹⁰

É a história desses moços que contaremos a seguir.

¹⁰⁸ Gazeta de Notícias, 03 de julho de 1906.

¹⁰⁹ Gazeta de Notícias, 30 de julho de 1906.

¹¹⁰ O apoio da imprensa do período ao movimento dos caixeiros era notável, tanto que estes últimos procuravam meios de demonstrar sua gratidão à imprensa em geral, como neste caso: "Um grupo de distintos rapazes do comércio vão brevemente efetuar um brilhante festival dedicado ao comércio e à imprensa, em regojiso ao fechamento das portas às oito horas da noite." Em Gazeta de Notícias; 08 de Novembro de 1906.

4. Do atraso ao progresso: “Trabalhadores” e “moços honestos” nas ruas.

Trataremos aqui da resolução de várias categorias dos empregados no comércio, em 1906, de fecharem as portas das lojas comerciais nas quais trabalhavam às oito horas da noite. Analisaremos as maneiras pelas quais muitos alcançaram este objetivo antes mesmo de conseguirem que fosse aprovada uma lei que regulamentasse este fechamento.

O fechamento das portas trata de um movimento reivindicatório dos empregados no comércio em geral - os chamados “caixeiros”- em que o objetivo era obter o fechamento das lojas às oito horas da noite (e não às dez, como acontecia em geral). O comportamento “político” dos trabalhadores em lojas de calçados e outras mais que os seguiram será, entretanto, quase sempre destituído do sentido reivindicatório e organizacional pelos periódicos da imprensa oficial naquilo que se refere ao movimento pelo “fechamento das portas”. No caso do Correio da Manhã isso ocorria porque o jornal adotava uma postura de protetor e propagandista da causa, proclamando sua justiça e os meios lícitos utilizados pelos “trabalhadores” para conseguir seu intuito. Para tornar os caixeiros dignos de concessões - tanto dos patrões quanto da Câmara Municipal - era necessário que eles fossem considerados “moços honestos” e “trabalhadores” e nunca “desordeiros” ou “vagabundos”.

Na monografia de bacharelado⁹⁸ procurei as ambigüidades inerentes às qualificações de “trabalhador” ou “vagabundo” utilizadas pelo Correio da Manhã. Através da leitura deste jornal podemos resgatar aspectos relevantes da maneira como se construía a imagem das classes trabalhadoras por aqueles que escreviam os artigos. Para isso procurei situações que eram geralmente conflituosas, vividas no cotidiano dos indivíduos, e encontrei-as na coluna policial do jornal. Em “Na polícia e nas ruas”, os jornalistas do Correio da Manhã não só relatavam os casos como os julgavam e emitiam seus julgamentos morais através das “cabeças”. Os parágrafos introdutórios das notícias eram chamados de “cabeças”, que eram um tipo de “introdução moral” e que, segundo Sidney Chalhoub, “repassavam a ideologia dominante”.⁹⁹ Analisaremos

⁹⁸ Fabiane Popinigis - A construção do povo pelo Correio da Manhã no Rio de Janeiro (1906): Orientador, Prof. Sidney Chalhoub. Monografia de Bacharelado defendida no departamento de História da UNICAMP: 1995.

⁹⁹ Sidney Chalhoub; Trabalho, Lar e Botequim - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Brasiliense, São Paulo. 1986, pág. 13

assim essas notícias procurando perceber que tipo de valores eram remetidos às classes populares, pois tais notícias talvez pretendessem ter um valor pedagógico. Também não considere a idéia de que as notícias sensacionalistas presentes na coluna policial tivessem unicamente a função de aumentar as vendas, “popularizando” o jornal. As “cabeças” tinham um conteúdo educativo e alguns elementos presentes nos ideais de “civilização” que tanto atraíam os homens da elite, que as utilizavam em suas interpretações da vida cotidiana daqueles “homens do trabalho” - para utilizar uma expressão corrente na época.

Na coluna policial o comentário é sobre o dia a dia de homens e mulheres das classes populares, entre os quais se encontram “trabalhadores laboriosos”, “moços honestos”, “malandrins”, “marafonas”, “desordeiros”, “vagabundos”, “meretrizes”, “capoeiras” e muitos policiais. É necessário compreender como se distinguem tais categorias. Como saber quais seriam os padrões e os conceitos utilizados para transformar um indivíduo em “trabalhador”, enquanto o outro seria “vagabundo”? O que parece ter se esclarecido foi que, embora ambigüidades estivessem presentes, havia determinados pontos em comum aos quais poderíamos nos referir para responder se um indivíduo poderia ser enquadrado na categoria de “trabalhador laborioso” - como o próprio emprego, constituição da família e comportamento social sóbrio. Mas a própria noção do que fosse um comportamento social sóbrio tornava-se confusa na leitura do jornal. Ou seja, não existiam fatores rigidamente dispostos, de acordo com os quais um indivíduo pudesse se enquadrar em qualquer categoria que fosse. O discurso comum era apropriado em favor de quais fossem os interesses ou as tendências do autor do texto em resposta a uma situação conjuntural.

As notícias, longe de se resumirem a uma função informativa, ou simplesmente à tentativa de vender jornal, assumiam uma postura pedagógica: condenavam os atos de alguns e, simultaneamente exemplificavam a forma ideal de comportamento em tal situação e também de forma mais geral. É claro que nem todas elas eram assim, tão explicativas desta relação, mas revelam contradições e diferenças de concepção sobre as classes populares.

Percebemos então que toda a teia de relações entre o jornal e os populares, trabalhadores e patrões e, enfim, populares e governo, inseriam-se uma lógica paternalista que implicava cobranças mútuas, como já vimos. Não havia consenso nos valores que se achava necessário imputar a estes homens e mulheres, mas estava

patente que havia uma tendência a tentar manter as “classes pobres”(que tendiam a “viciosas” e/ou “perigosas”) em contato com alguns tipos de valores morais, já que a tendência ao “vício” parecia ser inerente à sua condição. Enquanto as notícias tomavam tal aspecto “pedagógico”, com a tendência “civilizadora” própria do período, outras tendiam a “marginalizar” os indivíduos, excluindo-os de sua “proteção”. Ou seja, o jornal publicava artigos reclamando a construção de habitações populares, apoiando os empregados do comércio na reivindicação do fechamento das lojas às oito horas e criticando as arbitrariedades da polícia. Mas tudo isso somente para aqueles que fossem adjetivados “trabalhadores laboriosos”, ou pelo menos quando isso pudesse ser argumentado frente aos patrões ou aos organismos governamentais. Da mesma forma, inquilinos ou operários, quando publicavam seus “pedidos”, demonstravam incrível maestria em apropriar-se e reproduzir o discurso o discurso “higienista” e “civilizador”, próprio dos jornais burgueses do período, para que, comprovando sua inserção na “ideologia do progresso”, merecessem ser atendidos.

Assim, este tratamento que remete ao “paternalismo” convive com a ambigüidade de diferenciação e classificação do indivíduo em “trabalhador” ou “vagabundo”. Tratando necessidades e reivindicações como pedidos, considerava-se a atuação do governo nessas áreas como “concessões”. E estas “concessões” - como é recorrente - apresentavam-se ligadas a uma condição; elas seriam justas enquanto o indivíduo necessitado estivesse inserido nos moldes de um “trabalhador laborioso”, que se opunha diametralmente ao “vagabundo desordeiro”. No caso dos caixeiros, percebi que a imagem construída para estes trabalhadores pelos críticos do jornal se relacionava com aspectos específicos do período analisado: o processo de transformações “civilizatórias” pelo qual passava a Capital convivia ainda com valores de cunho paternalista, o que implicava certos compromissos entre os órgãos públicos e a população.

Em grande parte dos artigos os caixeiros eram “honestos moços” e/ou “trabalhadores laboriosos”, mesmo que envolvidos em situações conflituosas. Como expliquei naquele trabalho, a designação “trabalhador” não se referia especificamente à ocupação do sujeito, mas ao “valor” que tal ocupação lhe conferia aos olhos dos jornalistas e de muitos que liam o jornal. Em suma, a palavra em uso era adjetivo e não substantivo.

Toda “caridade” e proteção que os artigos de jornal reivindicam para os trabalhadores pressupõem, portanto, como requisito primordial, a qualidade de “bom trabalhador”. Mas, perguntam-se os leitores, qual o espaço-limite que aparta o “bom trabalhador” do “vagabundo”? Essas classificações, ao contrário do que possa parecer, não se referem unicamente às qualidades laboriosas dos indivíduos, mas sim a todo um conjunto, que abrange a conduta moral e social dos mesmos.

Alguns moços - que já haviam sido liberados do serviço às oito horas da noite - percorriam a Rua Haddock Lobo, entre outras, e tentavam convencer alguns patrões a fechar suas lojas de calçados àquele horário. No “Bazar colosso”, o patrão gentilmente disse que atenderia à reivindicação e eles continuaram sua peregrinação. Voltando satisfeitos pela mesma rua, percebem que haviam sido enganados: a loja estava aberta e com amostras de calçados expostas! Logo começou a confusão. Patrão e caixeiros discutiam e alguns “populares” jogavam pedras e tumultuavam. Dois praças que ali estavam atiraram para cima. Os “populares” responderam. Logo chegaram mais praças e levaram os moços para o xadrez, ato qualificado pelo Correio da Manhã como injusto. Os “moços” não teriam sido responsáveis pela confusão, mas sim os “desordeiros” que por ali se encontravam.¹⁰⁰

Para compreender melhor o que acontecia acompanhei, além do já citado Correio da Manhã, a Gazeta de Notícias do ano de 1906, que foi um dos anos de pico do movimento. Em geral as notícias eram relatadas na coluna policial dos jornais. Analisando esses pequenos relatos, resgatamos fragmentos da ação dos trabalhadores e a forma como elas foram tratadas nestes jornais. Devemos também considerar o “filtro” da linguagem das colunas dos jornais e a ambigüidade conceitual utilizada para que, afinal, elegessem, definitivamente, como “trabalhadores laboriosos” os empregados no comércio.

Vejamos agora como os empregados em barbearias procuravam conduzir sua reivindicação e como isto foi relatado pelo Correio da Manhã:

¹⁰⁰ “O Fechamento das Portas”: Correio da Manhã, 04/07/1906.

“Como sabem os leitores, os empregados em barbearia resolveram pedir aos patrões o fechamento dos respectivos estabelecimentos às oito horas da noite.

A maioria tem acedido facilmente, julgando razoável o pedido.

Com o fim de tomar geral a providência, os rapazes destacam comissões para se entenderem com os que ainda não acederam à solicitação.”

O tom geral do texto, mostra, desde a primeira frase, no mínimo uma simpatia relativa pela causa dos barbeiros. E relativa porque, ao mesmo tempo, delineia desde já os limites desta luta: os empregados “pediram” e a “maioria” dos patrões “acedeu”. As “comissões” citadas no texto andavam pelas ruas, de loja em loja, para convencer os proprietários e patrões a fecharem suas portas, dispensando assim seus empregados. Isso às vezes não era muito fácil, sendo inclusive motivo de várias confusões:

“Ontem à noite, estavam os barbeiros na Rua Senador Dantas, esquina da Passeio, procurando convencer o dono da loja ali existente, quando, furibundo, surge um inspetor de polícia e os manda dispensar à pata de cavalo, implantando o terror no local.

Não contente, o Javert prendeu dois dos rapazes, que, levados à delegacia foram mandados em paz pelo delegado, porque motivo não havia para serem detidos.

Há cada um na polícia desta terra.”¹⁰¹

Este artigo encurtou a história, pobre em detalhes, que pende para os barbeiros, criticando enfaticamente a atitude da polícia, que não teria tido motivos para “implantar” o terror, tanto que o delegado mandou embora os rapazes, não havendo motivo para prendê-los. A atitude dos empregados, portanto, era vista como justa e correta, ou seja, dentro dos limites - interessa ao jornal, ao menos, convencer disto o

¹⁰¹ “Ainda os Barbeiros”, Correio da Manhã; 25/07/1906.

leitor. Afinal, além de serem trabalhadores, estavam “pedindo” e “convencendo” os patrões, o que, é claro, é lícito e justificável.

Em alguns momentos flagramos situações-limite ambíguas e confusas, nas quais percebemos claramente o esforço que se faz no texto para transformar a narrativa da história em algo que não afetasse a imagem de “moços honestos” que seriam os caixeiros. O artigo que transcreverei a seguir descreve a peregrinação dos caixeiros ao centro da cidade procurando convencer os patrões das lojas de calçados a fecharem suas portas. Mas encontraram empecilhos à sua busca - um deles na firma Almeida & Co, como veremos:

“Como os negociantes não quisessem conformar com o pedido, os rapazes auxiliados por inúmeros populares, apuparam-nos.

Um sargento de cavalaria afugentou-os.”¹⁰²

Logo depois os “empregados de sapataria” reuniram-se novamente e foram para a rua Haddock Lobo. Ali, no “Bazar Colosso”, eles pediram ao negociante para que retirasse as amostras de calçado da vitrine, ao que este respondeu afirmativamente. Assim, os “rapazes” continuaram a andar, passando por outras lojas e tendo em todas elas respostas afirmativas. Mas, quando eles voltaram a passar pelo “Bazar Colosso”, constataram que o negociante os havia iludido, pois “na porta achavam-se três pares de botinas”. Vejamos o que aconteceu:

“Achava-se um empregado cumprindo as ordens, isto é, retirando o calçado da amostra, quando do lado de fora **um grupo de desordeiros conhecidíssimos prorrompeu uma terrível assuada.**

Para logo, pedras foram atiradas para dentro do estabelecimento, pondo em estilhaço parte da louça que lá existia.

Uma saia, que ali se achava pendurada na porta foi presa pelas chamas porque **um popular encostara-lhe um fósforo aceso.**

O proprietário, seu filho e duas praças que ali se encontravam, fizeram fogo para o ar amedrontando-os.

¹⁰² “Os caixeiros de Calçados”, Correio da Manhã; 04/07/1906.

Responderam à bala, originando-se um tiroteio, enquanto que do terraço do prédio eram varejados pratos e outros objetos.

...

Ao chegarem à caixa d'água os policiais foram recebidos a tiros por populares que ali se achavam.

Os policiais responderam, formando então nutrido tiroteio.

Assim foram até o Largo do Estácio.

O grupo, que ali se achava atacou a força a tiros de revólver e pedradas.

Começaram as tropelias dos soldados, que, a torto e a direito distribuíram pancadas, fazendo correrias na Rua Machado Coelho.

Os populares que receberam a polícia a balas evadiram-se, sendo presas algumas pessoas, entre elas, os caixeiros da sapataria que, coisa interessante, receberam por façanhas praticadas por indivíduos de reputação duvidosa.

...

O delegado da 11ª urbana relatou as ocorrências ao 3º auxiliar, dizendo ter partido a provocação do grupo de rapazes que, verdade seja dita, não têm culpa do que fizeram os desordeiros.

O delegado pretende processar as pessoas detidas.¹⁰³ (os grifos são meus)

Como podemos constatar, a exclusão dos próprios caixeiros da história a partir do momento em que os atos praticados excedem os limites do que seria "honesto" e "laborioso" repete-se por todo o texto. Todos os protestos e agressões foram atribuídos aos ditos "populares" e/ou a um "grupo de desordeiros conhecidíssimos". Em tais situações os caixeiros não foram citados. O autor do texto procura esclarecer isso durante a narrativa: primeiro, eles, os "desordeiros", promovem uma "terrível assuada". Depois, atiram-se pedras e quebra-se a louça, enquanto "um popular" põe fogo numa saia e do terraço atiram-se pratos e "outros objetos". O proprietário atira para o ar e "Responderam a bala": a frase tem sujeito indefinido. Quando os policiais chegaram, eles foram recebidos a tiro por "populares que ali se achavam" e depois, quando estavam no Largo do Estácio, "o grupo que ali se achava" (quem seria?)

atacou-os com pedras e tiros. Não sabemos quem constitui “o grupo”. Talvez seja uma referência aos “caixeiros” realmente, mas, no final são os “populares” que “evadem-se”, e ainda: entre os presos estão alguns caixeiros que “coisa interessante, receberam por façanhas praticadas por indivíduos de reputação duvidosa” - indivíduos estes que, como se quer dar a entender, não eram os caixeiros, embora não se especifique quem eles fossem.

Por fim, segundo o autor do texto, os caixeiros “não têm culpa do que fizeram os desordeiros”. Procura-se proteger os trabalhadores através da tentativa de conservá-los dentro dos limites de um comportamento considerado ordeiro e honesto. Para isso, os atos que não correspondiam a homens com tais qualidades foram imputados a outros que, por sua vez, possuíam o perfil de “desordeiros”.

Um relato semelhante descreve uma ocasião em que uma comissão do sindicato dos barbeiros foi à rua Visconde de Sapucahy e encontrou ainda aberta a barbearia de Antônio Torres. Pediram-lhe que acesse ao fechamento das portas às oito horas da noite. E o que aconteceu foi o seguinte:

“... ”

Nessa ocasião foram atiradas algumas pedras para o estabelecimento, que teve inutilizados alguns espelhos, o lavatório e outros utensílios.

Presos pela polícia da 9ª urbana, dois dos que se achavam no grupo, foram levados à delegacia, onde após o delegado ouvi-los, mandou-os em paz, ficando o sindicato de pagar os prejuízos de Torres.”¹⁰⁴

No momento em que “foram atiradas algumas pedras”, não se apresenta o sujeito da ação, novamente tirando de cena os atores principais, que neste caso eram os barbeiros. Há certeza de que as pedras foram atiradas, mas não se sabe quem foi que as atirou, muito embora dois dos que se achavam no grupo tenham sido presos, como explica o texto. Mas eles foram mandados “em paz”, enquanto o sindicato se comprometia a pagar os prejuízos ao proprietário. Finalmente, esclareceu-se que foram injustiçados os barbeiros:

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ “O Fechamento das Portas às oito horas”; *Correio da Manhã*; 31/07/1906.

“À noite estiveram em nossa redação os srs. Alexandre José dos Santos, Antônio Augusto de Almeida e Aurélio Hamenez que declaram não terem sido os seus companheiros os apedrejadores, sem embargo do que ficaram presos.

Além disso, quando se retiravam da delegacia foram provocados e injuriados pelo inspetor Barão, sendo que alguns soldados chegaram a puxar os revólveres, ameaçando os rapazes.”¹⁰⁵

Mencionando a “declaração” dos próprios barbeiros de que não haviam sido eles os apedrejadores, o jornal, pelo menos neste artigo, eximi-se de emitir um julgamento. Nem por isso deixou de publicar a versão dos próprios barbeiros nesta coluna, que em parte justificava a questão e atestava a inocência, no início do texto duvidosa. Mas o fato de que o sindicato pagaria os prejuízos é significativo de que os rapazes tinham alguma culpa e desejavam se redimir. Aqui a história quase se repete:

“...

As coisas correram mais ou menos satisfatoriamente, até que, ao chegarem à barbearia de Tibério Augusto, à rua do Regente, esquina do hospício, novo aspecto tomou a pacata missão dos honestos moços.

Tibério Augusto, depois de ouvir a comissão, simulou atendê-los, fechando as portas.

No momento que assim procedia, apareceram três desordeiros e vagabundos que gritavam mandando que Tibério abrisse o seu estabelecimento que eles ali se achavam a fim de garantirem o livre comércio.”¹⁰⁶

Segundo o texto, tudo corria “satisfatoriamente” até que os “moços honestos” chegassem à barbearia de Tibério Augusto, este sim, “O Feroz”. Foi lá que sua “pacata missão” encontrou empecilhos. Aqui, novamente, os “desordeiros e vagabundos” estão

¹⁰⁵ Idem

¹⁰⁶ “Os Barbeiros e Cabelceiros - Reccebidos a Tiros - Tibério Augusto - O Feroz”; Correio da Manhã: 24/07/1906

separados dos “moços honestos” não só pelas ações, mas pelo próprio objetivo: os últimos lutavam pelo fechamento das portas, os outros lutavam contra isso. Antes mesmo de nos informar o ocorrido, o texto adjectiva os envolvidos, criando a simpatia para o lado dos caixeiros. Quem seriam estes “desordeiros” interessados “garantir o livre comércio”? Como vimos, o argumento da liberdade de comércio era exatamente o mais utilizado pelos patrões contra a lei do fechamento de portas após a proclamação da república. A história, como desde já podemos perceber, é bem parecida com as que já observamos. Vejamos o desfecho da questão:

“Nessa ocasião, abrindo-se uma janela da barbearia, foram daí disparados dois tiros de revólver contra a comissão que se achava em frente.

Outros vagabundos, aproveitando o pânico produzido juntaram-se aos parceiros que haviam dado início ao samba e entraram a distribuir bordoadas de cigor.

Gritos e apitos de socorro ecoaram pelos ares. A polícia apareceu sem, entretanto, poder prender os invasores, que haviam dado sebo às canelas.

Serenados os ânimos, foi verificado existirem várias pessoas feridas, algumas das quais se retiraram para lugar ignorado.

...

Pelo dr. Tamborim foi aberto inquérito, tendo já prestado depoimento seis testemunhas, incontestes em afirmar terem os tiros sido disparados da casa de Tibério.¹⁰⁷

Desta vez, novamente apareceram alguns “vagabundos” que se juntaram aos que ali já estavam, atrapalhando as “legítimas” intenções dos barbeiros. Foram os “vagabundos” que criaram a confusão, e os tiros vieram de dentro da loja contra a comissão que, segundo os relatos, nada havia feito de ilícito. Depois ainda havia “outros vagabundos” que se uniram aos distribuindo “bordoadas de cigor”. A polícia apareceu, mas não prendeu “os invasores”, porque estes fugiram. Para evitar qualquer sombra de dúvida nos sinais desta polaridade, as testemunhas teriam sido “incontestes”

em afirmar que os tiros teriam vindo do lado de dentro da barbearia de Tibério Augusto. No fim do texto, justifica-se o seu início quando se escreve que Tibério apenas simulou atendê-los, quando afinal, a verdade é que tudo pareceu ter sido feito de caso pensado, para que se armasse uma confusão com o intuito de impedir o sucesso dos barbeiros. Mais uma vez os trabalhadores foram eximidos de qualquer atitude ilícita ou que extrapolasse os limites que eles deveriam respeitar.

Os empregados em alfaiatarias também formaram uma comissão e realizaram uma assembléia, na qual a dita comissão apresentou uma lista com as assinaturas de quase todos os proprietários de alfaiatarias:

“Todos eles se comprometeram a fechar seus estabelecimentos diariamente às oito horas da noite.

Na lista, apenas não figura um limitadíssimo número de patrões.

É para esses refratários que a comissão promotória da razoável concessão de que tratamos, pede façamos um apelo, em nome dos empregados prejudicados.

E o apelo que nos foi solicitado aqui fica.”¹⁰⁸

Logo depois ele justifica o apoio ao apelo em vista da “justiça e da equidade da causa” dos empregados do comércio em geral e ainda comunica o pedido de uma comissão de padeiros, de que fechassem as padarias nos domingos ao meio-dia. Os empregados conseguiram a adesão de quase todos os patrões, exatamente pela “justiça” de sua causa. Aqueles que não figuram na lista são chamados de “refratários”. A adesão dos outros proprietários foi tratada como “concessão”, assim como reivindicações são apresentadas como “pedidos” ou “apelos”.

Outros artigos, no entanto, se contrapunham à representação do movimento como se este houvesse sido “acatado” por um certo consenso, devido ao mérito da racionalidade e progresso de que estaria revestido:

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ “Fechamento das Portas”; Correio da Manhã, 30/07/1906.

“Não é de perfeito acordo e harmonia a situação entre patrões e empregados no comércio desta capital.

Querem de parte a parte coisas que se opõe: -uns o fechamento das portas oito horas da noite; outros, que este fechamento não se faça.

É, como se vê, uma questão de economia de ambas as partes e na qual podem ambas ter a sua parcela da razão.”¹⁰⁹

Ao contrário dos anteriores, este texto enfatiza o conflito, mas apenas para afirmar que o caminho certo é o contrário. Ele chega a admitir divergências entre patrões e empregados, muito embora estejam elas resumidas a uma “questão de economia”. A tendência presente nos artigos anteriores, ao contrário, era de transmitir uma idéia de harmonia e quase de consenso em torno do movimento, criando um cenário onde os comerciantes que não acatassem a idéia seriam “retrógrados” e “atrasados”. O argumento utilizado para apaziguar a situação e convencer os leitores do objetivo comum pelo qual deveriam lutar é de que “podem ambas [as partes] ter a sua parcela de razão”. Mesmo assim, a questão pende para o lado dos “caixeiros”, já que o texto argumenta a favor do fechamento:

“Acontece mesmo que nem todos os patrões resistem já ao pedido dos caixeiros e que, portanto, vai tudo se encaminhando para uma solução pacífica.

Aconteceu, porém, que por ocasião em que, por parte dos empregados, ia mais viva propaganda, elementos estranhos apareceram, dando motivo a fatos que muito mal impressionaram a todos.”¹¹⁰

Se a questão estivesse restrita a patrões e empregados, ela estaria se encaminhando para uma solução pacífica, já que estes últimos estavam sendo convencidos pelo “pedido” dos caixeiros. Surgiram, porém, “elementos estranhos” numa dessas peregrinações dos caixeiros na tentativa de “convencer” os patrões. Os “elementos estranhos” que, certamente, não estariam classificados como

¹⁰⁹ “Empregados em Calçados”; Correio da Manhã, 09/10/1906

“trabalhadores”, mas provavelmente como “vagabundos e desordeiros”, estes é que atrapalharam o processo, que até então corria bem. Os caixeiros foram, portanto, novamente inocentados da confusão.

Por outro lado, fora das colunas policiais, abordava-se a questão do ponto de vista político e econômico, na tentativa de convencer os leitores da justiça daquela causa. No texto que se segue, por exemplo, a característica mais marcante é, além da exaltação da “honestidade” dos trabalhadores, a convivência de valores paternalistas com as “leis da evolução e do progresso”. O autor do texto inicia assim o seu argumento:

“As atividades empregadas nos vários ramos de comércio não podiam escapar às leis da evolução e do progresso; o esforço dispendido no exercício da função econômica, representada pelo intermediário, havia fatalmente de sofrer o impulso resultante do adiantamento a que vamos atingindo, assinalado por essa vitória que vai sendo conquistada rapidamente, muito embora representando a quebra de sistemas e práxis que se mostravam inabaláveis...”¹¹¹

O parágrafo acima é um exemplo da “apologia do progresso”, que era bastante presente em toda a imprensa do período. O argumento do progresso e da técnica pareciam ser suficientes para explicar qualquer coisa e, ainda mais, para dar-lhe credibilidade. É justamente este o argumento que vai ser utilizado para justificar a defesa do fechamento das portas, na tentativa de convencer o leitor de que isso seria um passo em direção ao tão almejado “progresso”. Além disso, a ênfase do texto está em mostrar que todos ganhariam com isso, inclusive os patrões, porque o “fechamento das portas” significaria uma grande “evolução” nas práticas comerciais. Leiamos as vantagens que este sistema traria para os comerciantes:

“É que, de certo, eles compreendem que o empregado que tem repouso é sem dúvida mais útil e mais proveitoso que aquele que vive exausto, o que dispõe de horas para estudar ou para distração

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ “O Fechamento das Portas”; *Correio da Manhã*: 01/08/1906

do espírito vale mais do que um outro cujos horizontes ficam limitados entre as sarjetas e o fundo da loja.

Os nossos hábitos de vida são suficientes para dizer do nenhum prejuízo conseqüente a essa limitação de horas de trabalho: muito pouca gente sai à noite para comprar e os raros que assim procedem não o fazem depois das oito horas da noite. E tanto assim compreendeu o comércio desta capital que, pode-se dizer, está se formando um verdadeiro acordo entre patrões e empregados: muitos daqueles acompanham com verdadeiro entusiasmo o movimento por estes iniciado, lembram-lhes medidas, traçam-lhes programas. Os poucos discordantes, e o são, estamos certos, por uma simples questão de praxe, acordarão por fim.”¹¹²

Aqui observamos duas linhas mestras de argumentação que permeavam, em geral, toda e qualquer referência positiva ao fechamento de portas por parte da imprensa. Em primeiro lugar, notamos que o argumento que procura mostrar as vantagens que os patrões ganhariam com o sistema concentra-se no aspecto objetivo e “econômico” da questão. Ao invés de basear-se na humanidade, na bondade e na consideração que o patrão deveria ter com alguém que era quase da família, o articulista considerou a vida do caixeiro objetivamente, na tentativa de aumentar sua “produtividade”. Vimos em outras ocasiões que o patrão deveria deixar o caixeiro descansar para que este cuidasse melhor de sua loja, etc, etc. Aqui, entretanto, o argumento deixa o âmbito familiar e utiliza o parâmetro de otimização do trabalho do empregado. A própria idéia os trabalhadores gostariam de estudar caso possuíssem tempo livre para tal é repetida algumas vezes nas fontes.

Em segundo lugar, desponta a ausência de conflito que se pretende imputar às relações entre patrão e empregado. No final do mesmo artigo perceberemos o esforço em imaginar que algum tipo de acordo seria bom para ambos os lados:

“Basta considerar a vida dos caixeiros para desde logo compreender a justiça da aspiração e o alto valor do procedimento dos comerciantes: desde a hora em que abrem a porta até aquela em que

¹¹² Idem.

cessa o movimento a labuta é constante, incessante. Ficar, porém, desde a hora em que a cidade se esvazia até as 10 ou 11 horas da noite, de plantão é positivamente um castigo de que ninguém tira resultado. Estas horas podem ser aproveitadas utilmente, de modo a lucrar o caixeiro e o patrão.

O nosso comércio, felizmente, caminhou bastante para perceber-se da necessidade de ter auxiliares mais ou menos instruídos, capazes de desempenhar com retidão e acerto as funções que lhe são confiadas.”¹¹³

Estendendo o mesmo comentário, o autor do texto procura justificar as facilidades e a conveniência do fechamento das portas, já que, trabalhar depois das oito horas da noite tornava-se, segundo ele, um verdadeiro castigo para os empregados. Além disso, “ninguém tira resultado”, porque a cidade se esvaziava. Ou seja, manter as portas abertas naquele horário, além de ser inútil, impediria que os trabalhadores descansassem e fossem “instruídos”. Instrução essa que seria necessária para a melhoria dos negócios. Mais adiante ele complementa sua argumentação:

“O fato de constituir um reclame a casa aberta durante a noite, desaparece como objeção desde que seja lembrada a prática, aliás há muito adotada no Velho Mundo, de se conservar uma vitrine iluminada. Em algumas capitais européias, chegou-se à perfeição de colocar-se a vitrine resguardada apenas por uma ligeira grade de arame: nunca são fechadas.

Por que motivo não havemos de proceder igualmente?”¹¹⁴

Percebemos então que o argumento mais convincente daquele período foi utilizado novamente em favor dos caixeiros. Havia a necessidade de proceder como os países do Velho Mundo para atingir aquele grau de “progresso” e “evolução”. O fechamento das portas seria parte deste progresso. As vitrines, como na Europa, seriam uma boa alternativa para que o comerciante não ficasse prejudicado com o fechamento das portas mais cedo. Ele explica ainda que:

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem, idem.

“O projeto¹¹⁵, atualmente no Conselho Municipal, chegará transformado em lei, naturalmente tarde, servirá contudo, para acentuar essa conquista, obtida com o concurso de todos os interessados”¹¹⁶

Citando o projeto de lei que determinaria um período mais curto de trabalho para os empregados no comércio, acrescenta-se a o adjetivo “conquista” a ele. A lei, portanto, mesmo que fosse tardia serviria para “acentuar” uma conquista que já existia e que era “de todos os interessados”. Ou seja, a lei viria para confirmar um acordo que já haveria se concretizado através da conjunção de interesses que se faria entre comerciantes e empregados. A “conquista”, portanto, teria sido um contrato consensual, fruto do êxito da negociação entre as partes interessadas. Isso quer dizer que, uma vez mais, encontramos a tentativa de propagar o que seria uma benéfica união de classes em torno de um objetivo comum: o progresso do comércio e da nação. Inseriu-se o movimento iniciado pelos caixeiros no âmbito mais geral da sociedade, tratando o assunto como um quase consenso. Desta maneira, transformando-o numa problemática comum, o texto retirava do movimento sua conotação reivindicativa e classista.

Um outro artigo publicado no próprio *Correio da Manhã* critica o projeto de Tertulliano Coelho:

“..

Estes [os empregados] pedem agora o fechamento às oito horas, alegando, muito justamente, que precisam dessas duas horas para frequentar cursos noturnos. Como poderão ir a esses cursos os

¹¹⁵ O projeto de lei a que o texto se refere, de Tertulliano Coelho, é criticado em um outro artigo do próprio *Correio da Manhã*: “...O projeto do sr. Tertulliano está longe de satisfazer os desejos geris. Estabelece ele que cada casa comercial só pode ter abertas as suas portas durante 12 horas por dia, em seis dias da semana. O negociante, ao tirar sua licença, indica as horas que lhe convém para o seu comércio e o dia que destina ao descanso. Uma casa passa a fechar as portas às segundas feiras, outra às terças. Uma passa a funcionar de seis da manhã às seis da tarde, outra do meio-dia à meia-noite, por exemplo.” Em “O FECHAMENTO DAS PORTAS”; *Correio da Manhã*, 02/08/1906. Para o autor desta crítica, o projeto não serviria nem para os patrões, nem para os empregados e menos ainda para o público.

¹¹⁶ “O Fechamento das Portas”; *Correio da Manhã*; 01/10/1906.

caixeiros das casas que, abrindo às onze horas da manhã, só tenham seus trabalhos terminados às onze horas da noite?...”¹¹⁷

Este trecho do artigo refere-se, como muitos outros, à necessidade de tempo livre para que os trabalhadores freqüentassem cursos noturnos. O que importava aqui não era saber se eles realmente tinham tal interesse, mas encontrar maneiras convincentes de fazer vantajosa, também para os patrões, a decisão dos caixeiros. E essas maneiras deveriam ser inteligíveis e prováveis para os patrões. Os patrões deveriam fazer a sua escolha: ou reconheciam a “justiça” da causa dos caixeiros e uniam-se a eles em sua marcha para o “progresso”, ou tornavam-se indivíduos de “espírito atrasado”, impedindo a marcha do mesmo.

Observamos, portanto, que com o passar dos anos os pequenos conflitos dentro da venda e da casa do patrão foram se transformando em grandes conflitos de rua. A periodização aponta uma mudança na conjuntura e no comportamento das duas partes, que seria distinto no período posterior à proclamação da república daquele que antecede a ela. Não que os caixeiros tenham mudado suas reivindicações imediatamente após a proclamação da república. Eles mudaram apenas a forma do mesmo argumento, louvando a república e os “cidadãos ilustres” que a haviam concretizado. Embora seus métodos de ação tenham adquirido novas feições, continuavam respaldados por velhas tradições firmadas no que sempre lhes fora costumeiro. Sua estratégia de ação, que mexia com as teias de significados daqueles que habitualmente lançavam sobre eles seus discursos, foi amplamente utilizada, alcançando grande apoio e legitimidade. Fizeram, portanto, de suas reivindicações particulares uma causa comum.

Veremos, entretanto, que os próprios caixeiros começaram a contestar a idéia generalizada da possibilidade de ascensão social e isso solapou elementos básicos do funcionamento deste sistema.

¹¹⁷ “O Fechamento das Portas”, Correio da Manhã: 1906.

CAPÍTULO 3: CAIXEIROS QUE NÃO PODIAM SER PATRÕES:

1.A queda do mito:

Embora não tenha encontrado referências na ficção para o início do século XX como as encontrei em autores do século anterior, as discussões presentes nos jornais diários - sobretudo em O Paiz - e em outros periódicos - como A Guerra Social e A Vanguarda - indicam uma crescente descrença em relação à idéia corrente em período anterior sobre a possibilidade de ascensão dos caixeiros na escala social. Ou seja, os caixeiros não mais pareciam acreditar que um dia seriam patrões. Tanto patrões como caixeiros reafirmam este pressuposto, seja para bendizer as mudanças (como alguns patrões), seja para incorporar mais um argumento que legitimasse suas reivindicações. Um caixeiro, entrevistado por um repórter de O Paiz, parece desgostoso com a situação:

“Para o caixeiro não há a esperança sequer de um futuro melhor. O futuro é o presente.(...) Impossibilidade quase absoluta de passar de empregado a patrão. O comércio hoje é feito por companhias, por sociedades anônimas, é organizado de modo bem diferente do que o era alguns anos atrás (...) O que era antes uma aspiração natural e legítima, o sonho dos que começavam ainda na infância e sem ordenado, é hoje o irrealizável.”¹¹⁸

Os caixeiros, então, afirmavam não ter mais a esperança de mudar sua condição social através do trabalho. Continuavam, entretanto, a trabalhar pela campanha do fechamento de portas, que se iniciara num período em que a mobilidade social desta classe era, como a definiu este caixeiro, “uma aspiração natural e legítima”, um sonho. Crianças que trabalhavam como aprendizes da profissão, sem ordenado, tinham naquela crença a sua compensação: no futuro eles também seriam patrões.

A desmistificação da crença na possibilidade de ascensão social aproximava os caixeiros, portanto, da situação operária. Se antes o sonho de todo caixeiro era o de tornar-se patrão, em 1911 eles pareciam não acreditar mais nisso. A nova realidade no comércio não lhes apresentava mais alternativas como antes. Foi esta a afirmação de

¹¹⁸ O Paiz: 23 de junho de 1911.

um comerciante quando entrevistado por Abner Mourão, o jornalista responsável pela enquete promovida pelo O Paiz sobre o fechamento das portas:

“Acham [os empregados], por exemplo, que não têm mais futuro. Que as possibilidades de fazer carreira, isto é, passar de caixeiro a patrão, que podiam ter em vista antigamente, desapareceram hoje, pois a organização das casas é outra: temos, em vez de firmas individuais, a companhia, o sindicato, a inabordável congregação de capitais.”¹¹⁹

Os caixeiros não conviviam mais com o mito da mobilidade social no comércio. Embora isso não fosse impossível, não parecia fazer parte de estratégias de atuação “política” dentro da loja. Em suma, a possibilidade de o caixeiro vir a ser patrão ou sócio deste passou a ser discutível dentro da classe. Isso não impedia que muitos deles ainda tivessem essa esperança, dependendo da condição profissional em que se encontravam, como a categoria a que pertenciam ou o ramo e o tamanho da loja em que trabalhavam. Mesmo assim, alguns deles não viam realizar-se suas esperanças:

“É um matadouro de cristãos. Domingos, nos dias santos e feriados, não há nunca um dia de descanso.

Eu sr. Redator, muito tenho ajudado os patrões, sem nada em troca ter obtido; já me prometeram desde há muito tempo, e vem o fim do mês e o fim do ano, e ainda não sei qual é o resultado, qual o meu proveito.”¹²⁰

Este caixeiro, que afirma ser do ramo dos empregados em hotéis, restaurantes, casas de pasto e botequins, ainda espera pela sua promoção. Fazendo a sua parte no trato, ou seja “ajudando” os patrões, o que lhe foi prometido, talvez a almejada sociedade, não chegava nunca. A afirmação de que o trabalho seria um “matadouro de cristãos” enfatiza a exploração de que se sentia vítima, a qual ele afirmava suportar por acreditar numa futura gratificação que justificaria seus esforços.

¹¹⁹ “As opiniões de um negociante”; O Paiz, 25 de Junho de 1911.

¹²⁰ O Paiz, 11 de julho de 1911.

Vejamos o caso de um caixeiro que parecia ter mais sorte do que este último. Ele escreveu para defender o valor da União dos Empregados no Comércio, da qual, no entanto, não fazia parte. Ele explica porque:

“(...)eu sinto verdadeiro pesar em não poder fazer parte dessa briosa, incansável e lutadora União dos Empregados no Comércio, porque sendo eu guarda livros e interessado de uma casa desta praça, não posso fazer parte dela...”¹²¹

“Interessado” era o último estágio na escala hierárquica do caixeiro - que geralmente já era guarda livros ou primeiro caixeiro da casa onde trabalhava -, depois disso ele passava a sócio. Este, como “interessado”, imagina que logo seria ao menos sócio da dita casa de comércio onde trabalhava, não podendo, portanto, ser associado de uma instituição de caixeiros. Neste mesmo jornal, no mesmo dia, a carta de um outro caixeiro nos dá uma impressão diferente desta no que se refere às possibilidades de um caixeiro tornar-se patrão, como o faria nosso amigo acima:

“Mal pago, mal dormido, mal alimentado (que esta é que é a verdade) como pode o caixeiro ser amigo do patrão, maxime sem as probabilidades de fazer carreira, isto é, vendo, pelo atual estado de coisas, tramado o seu futuro.”¹²²

Neste testemunho percebemos a mudança no comportamento político dos caixeiros, de acordo com a possibilidade ou não de tornarem-se patrões - além, é claro, da aparente contradição em que se apresentavam os caixeiros em relação à sua posição social e da possibilidade de modificá-la. O guarda-livros “interessado” numa casa de comércio evitava envolver-se com uma associação de classe, seja porque não queria indispor-se com sua futura classe, seja porque aquela associação não aceitasse patrões. O outro caixeiro, ao contrário, não teria por que ser amigo do patrão, já que não tinha probabilidade de “fazer carreira”.

¹²¹ O Paiz, 28 de junho de 1911.

¹²² Idem.

Esses dois comportamentos diferentes, ligados à questão da crença ou não na mobilidade social dos caixeiros, mostram o quanto e como isso influenciava o comportamento político dos mesmos.

2. Caixeiros e operários:

Com a crescente descrença dos caixeiros em relação à facilidade de mobilidade social no comércio, os mesmos partiam para outras formas de reivindicar melhoras para sua condição social. Ou seja, a deterioração do mito da possibilidade de um caixeiro tornar-se patrão fez com que muitos deles não vissem mais sentido nos antigos moldes de relação com os patrões, aos quais “ajudavam” e eram “fiéis”. A fidelidade e a dedicação não lhes valeria mais um degrau na hierarquia.

Podemos usar a constatação desta mudança política, portanto, para observar o movimento de aproximação e distanciamento que se intercala no relacionamento social e político que caixeiros e operários estabeleciam entre si. A condição a que estariam condenados, de nunca serem patrões, equiparava-os à situação dos operários. Partindo dessa mudança, abordaremos os pontos de contato que os caixeiros, ou empregados no comércio, estabeleciam com o movimento operário e a maneira como se inseriam neste contexto de luta pela regulamentação do trabalho em geral.

Os militantes operários e editores de jornais panfletários se davam conta deste movimento e procuravam inserir-se nessa brecha que se apresentava na estrutura do sistema de crescimento profissional dos caixeiros. Entendia-se perfeitamente que o elo que os ligava ao patrão e, portanto, ao antigo comportamento político que adotavam estava sendo rompido. Segundo os mesmos, isto ocorria tanto pelo crescimento do comércio quanto pela interferência dos grandes capitais e seus novos métodos comerciais. Este longo artigo de *A Vanguarda* explica minuciosamente toda a situação, que deveria levar os caixeiros a se unirem ao movimento operário:

“A atual situação do caixeiro é a herança de um estado social que morreu: aquele em que todo o menino, o rapaz, o homem que se fazia caixeiro, podia alimentar a esperança de vir a ser patrão. Com essa esperança e com a quase certeza dessa mudança de posição, podia o caixeiro suportar a vida de forçado a que o submetiam: era uma pena transitória, que seria compensada. Mas assim como a grande indústria criou um operariado que nunca poderá ser dono, como outrora sucedia, da oficina e dos meios de produção, não podendo passar nunca de simples

salariado, também a moderna exploração comercial - convertida em verdadeira indústria - eliminou para o caixeiro todas as esperanças de vir a ser patrão, colocando-o, portanto, na condição do operário moderno - simples e eterno assalariado.

A situação do operário outrora era idêntica à do caixeiro. Quando era rapaz, era entregue ao mestre, dono da oficina, que ficava autorizado a repreendê-lo e bater-lhe até. Tornado homem é o senhor do ofício, o 'aprendiz' passasse a 'companheiro' e, estabelecendo-se ou tomando-se sócio do patrão, recebia por seu turno o título de 'mestre'. Na maçonaria ainda se conserva a tradição desta hierarquia das antigas organizações operárias, que lhe deram origem.

Neste regimen não havia salariato, nem patronato. Na oficina havia 'companheiros', 'aprendizes' e o 'mestre', que era o dono, mas que trabalhava como os outros e pouco mais ganhava. A grande indústria, porém, centralizando a produção, devido ao desenvolvimento da maquinaria, eliminou este regimen, criando para o operário o salariato permanente, escravidão esta que só uma grande mudança no atual regimen de propriedade pode fazer cessar.

No comércio dava-se ainda há pouco o mesmo fenômeno: o rapaz entrava para a loja como 'vassoura', passava sucessivamente a caixeiro comum, primeiro caixeiro, interessado, sócio, etc. Enquanto, porém, não chegava a sócio ou não se estabelecia - exatamente como o 'aprendiz' enquanto não chegava a 'companheiro' ou 'mestre' - o caixeiro permanecia debaixo de uma rígida tutela. Não era considerado homem livre e independente: não podia casar-se, pois que a loja tomava-o desde o alvorecer até alta noite; quando nos domingos ia passear um bocado tinha de entrar o mais tardar às dez horas, como os filhos - famílias; o patrão andava-lhe com os olhos em cima, qual verdadeiro e severo pai.

Mas, com o correr dos tempos a situação social do caixeiro mudou inteiramente, assim como havia mudado a do operário. Criou-se o grande comércio, os grandes estabelecimentos de pessoal numeroso e a profissão de caixeiro deixou de ser um fenômeno transitório da vida do negociante. Os donos das casas de comércio, como os donos das fábricas, não conhecem os empregados nem estão no balcão. Não são nem foram caixeiros - são acionistas, capitalistas que exploram o comércio.

Outrora havia o privilégio profissional, que o progresso eliminou, não podendo negociar em calçado senão o sapateiro, e não podendo ser negociante senão o que houvesse sido caixeiro; o próprio comércio, com a feição que hoje tem não existia.

Resultado: o comércio carrança mantém a classe caixeiral em uma situação que o nosso estado social há muito não justifica, nem tolera, e só pode condenar.

Ser caixeiro, outrora, era um 'meio' para ser patrão. Hoje, porém, ser caixeiro deixou de ser um 'meio' para ser um 'fim'. É negociante quem tem dinheiro e não quem tem prática.

...

Assim, a classe caixeiral passou a ser uma das muitas classes operárias, devendo reivindicar para si as regalias das outras. Cada vez se torna mais difícil a independência do caixeiro com a ajuda do patrão. O comércio converte-se cada vez mais, como a indústria, em alto jogo capitalista.

...

Uma vez que ser caixeiro não é mais um 'meio' e sim um 'fim', é preciso que este se emancipe de uma tutela que não tem razão de ser, que o seu trabalho salariado seja equiparado ao das demais classes laboriosas e que, como qualquer operário, não trabalhe mais de oito horas por dia: assim terá tempo para se instruir, divertir, viver e espalhar a vida - constituir família. A sua situação ainda é a do servo, do escravo.

Mas é preciso reagir. Irá devagar, bem sabemos. Com os operários sucedeu o mesmo. Agora conseguiu-se que não sejam mais de doze horas. Há de ir diminuindo. Como sucedeu com os operários... O que é preciso é que as associações dos empregados no comércio - verdadeiros sindicatos profissionais - que se batem por esta causa, não admitam patrões e continuem na brecha...¹²³(grifos meus)

O extenso texto acima tem uma função mais ampla do que a de simplesmente cansar a vista do leitor com explicações tão minuciosas. Extenso, mas não menos interessante e explicativo, porque, além de reiterar tanto o mito da mobilidade social

¹²³ A Vanguarda; 08 de julho de 1911.

do caixeiro quanto os primórdios do fim deste mesmo mito, cita cada degrau da subida na hierarquia da vida comercial.

A opinião do autor mostra com clareza que ele acredita estar vivendo um momento de transição. Para ele, o comércio, como a indústria, estaria se convertendo cada vez mais em um "alto jogo capitalista". A situação do caixeiro seria a herança de "um estado social que morreu". As condições, portanto, teriam se modificado: a "moderna" exploração comercial teria se convertido numa verdadeira "indústria". Equiparando o caixeiro ao operário, o autor do texto identifica a grande indústria com o grande comércio que estaria se formando então. O caixeiro, vivendo sob o jugo e a "proteção" do patrão, era como o antigo aprendiz das oficinas, vivendo sob a rígida tutela de seu mestre, para, futuramente, ter sua própria oficina e reproduzir a relação. Todo o sofrimento do caixeiro era, no passado, justificável. Mas aquele estado social não mais justificaria tal situação, que agora seria, ao contrário, condenável. A afirmação de que ser caixeiro era agora um "fim" e não um "meio" se repete durante o texto, reiterando que a partir desta mudança no comércio - que agora era também uma "grande indústria" - o caixeiro, assim como o operário, só teria como solução "uma grande mudança no atual regimen de propriedade".

O resultado disso tudo é que o caixeiro teria se transformado em algo como um operário do comércio, o qual nunca sairia da condição de simples assalariado. O problema central, entretanto, é que os caixeiros continuavam agindo da mesma forma que anteriormente para obter melhorias na sua posição social. Mas, segundo o texto, obter a independência com a ajuda do patrão era, para o caixeiro, cada vez mais difícil. O texto termina com um conselho para a classe caixeiral, que deveria reagir, através das associações dos empregados no comércio, segundo o autor "verdadeiros sindicatos profissionais", contanto que eles não admittissem patrões e que continuassem "na brecha".

O autor do texto não era caixeiro no momento em que o escrevia, já que se identifica como "antigo caixeiro", tendo participado já de todos os ramos da profissão e, por isso, conhecendo-a bem. Infelizmente ele não identifica qual sua profissão naquele momento, mas escreveu num jornal operário, que era A Vanguarda. O que podemos afirmar é que ele está interessado em fazer uma aproximação entre a situação de caixeiros e operários e em mostrar o caminho da luta sindical aos primeiros, para que se unissem à luta operária. Para isso o autor usou seu poder argumentativo em

torno de uma questão que já era então bastante discutida: a crescente diminuição das possibilidades de ascensão dos empregados no comércio a proprietários.

Um outro artigo no mesmo periódico reforça a tentativa de conduzir os caixeiros para um caminho diferente daquele da bajulação ao patrão para obter a sociedade no negócio. O artigo intitula-se “História de um caixeiro”.¹²⁴ Nesta história, o caixeiro trabalhava numa casa comercial de um burguês nascido em Portugal:

“Rapaz modesto, o intuito seu era e sempre foi trabalhar com afinco, afim (sic) de conquistar as graças de seu patrão e também para, se a sorte lhe não fosse adversa, conseguir um dia viver sem preocupações.”¹²⁵

Segundo a historinha, porém, Carlos, o caixeiro, que só pensava em bem servir o seu senhor, compreendeu um dia que todos os seus esforços pela prosperidade da loja não eram remunerados como deveriam porque o patrão, “obtusos”, só pensava em ganhar mais dinheiro, “sem olhar os que para isso contribuíam com tão boa vontade como Carlos.” Acontece que Carlos um dia se apaixonou pela filha do patrão, que era bela, “não tanto, porém, que fosse de deixar qualquer um extasiado de contemplá-la.” A moça, que pareceu dar-lhe atenção, tão logo foi por ele abordada e perguntada sobre seu amor desprezou-o, chamando-o de “tolo”. Triste, o caixeiro disse a ela que o que todas as moças como ela queriam era o fausto, a “pose” e a traição. Mas depois, abandonando aquela casa, Carlos teve o que era, para o autor, o final feliz e possível daquela história:

“Casou-se mais tarde com uma costureira pobre e honesta como ele, amiga do trabalho e da virtude, e hoje vive, enfim, feliz!”¹²⁶

Aqui, o que aparece é, novamente, a tentativa de desbancar as pretensões caixerais de pertencer a uma classe mais elevada, por qualquer meio que fosse. Vimos anteriormente que era comum a idéia de que o caixeiro pudesse vir a ser sócio ou patrão por meio de um casamento com a filha ou mesmo a viúva do patrão. Nem mesmo esta possibilidade parecia agora ser mais facultada aos “pobres” rapazes. Era

¹²⁴ *A Vanguarda*; 05 de agosto de 1911.

¹²⁵ *Idem*.

necessário, então, que o caixeiro assumisse desde já a sua posição, aceitando-a. Os jornais operários tentavam aproximar os caixeiros do movimento operário em geral, aproveitando - descrevendo e dramatizando - a descrença dos caixeiros na mobilidade da carreira comercial.

Numa carta publicada em O Paiz, os caixeiros são chamados de proletários e criticados duramente por sua postura ambiciosa, ainda que ingênua de certa forma. Ambiciosa porque buscavam alcançar a posição de patrões, “embora que para isso tenha que calcar os seus próprios companheiros de sacrifício”. Ingênuos porque não teriam nem tempo para avaliar a situação em que se encontravam: “só 1/2% de seus camaradas poderão elevar-se a esse ponto, e quem sabe se ele propriamente terá de servir de degrau àquele que lá chegar.”¹²⁷ Mas, além dessas críticas, o autor da carta passa então a discorrer sobre as desvantagens do movimento legalista adotado pelos caixeiros, que achariam, segundo ele, que só uma lei emanada dos altos poderes poderia ajudá-los a alcançar uma situação melhor. Mas isso não estaria dando resultado nenhum, considerando que há tanto tempo tentavam e até então nada haviam conseguido. Critica as associações que, “pelo menos no nome”, representavam a classe, porque elas esperavam pacificamente “que do céu (parlamento) caia o maná (lei ou decreto) que há de saciar a fome de descanso e instrução que os está atrofiando atrozmente.” E mais adiante, numa comparação entre caixeiros e operários, evoca Marx:

“Chamais aos comerciantes de carranças; permiti que eu vos aplique esse título, pois que, ao passo que a mocidade operária luta para reivindicar por si e para si os bens a que tem direito, tendo em vista a máxima de Carl Marx - que a emancipação do proletário será obra do mesmo proletário - a mocidade caixeiral (proletários), que absolutamente não são analfabetos, entrega a outros a defesa de um direito que não deveis pedir, mas sim exigir.”

¹²⁸

A desaprovação da campanha legalista - em que os “bons moços” “pediam” para cair nas graças dos poderes públicos, tentando fazer-se ouvir através de figuras

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ O Paiz: 17 de julho de 1911.

proeminentes da política de então - acompanha a solução e o modelo. A solução seria a emancipação do proletariado por ele mesmo, segundo o que ditara Marx, e o modelo seria a mocidade operária, que estava já neste caminho. É o que aponta o exemplo que se segue, sobre os operários estivadores - na sua maioria analfabetos (coisa que não o eram os caixeiros "proletários") - que teriam conseguido limitar as horas de trabalho. E não fora com leis emanadas do Congresso, mas com a união da classe numa agremiação, mas "depois de uma campanha renhida entre o capital e o trabalho". Tudo, portanto, sem o apoio patronal. Por isso, nosso autor aconselha os caixeiros:

"Tomai o exemplo destes, olhai para cada um dos seres que trabalham no comércio, como sendo vosso irmão de sofrimento. Acabai com esse 'carrancismo' de superioridades hierárquicas que pretendeis ter uns sobre os outros."¹²⁹

Aqui o militante da causa operária chama a atenção dos caixeiros para a união da classe, ao invés da sua divisão pela hierarquia interna da profissão. Lembremos então o tão citado "maldito primeiro caixeiro" - aquele que dava ordens aos outros e era bem quisto pelo patrão, do qual pretendia um dia ser sócio. E o pobre vassoura, o último caixeiro de uma casa comercial, chamado assim porque era ele o encarregado de varrer o estabelecimento todas as manhãs, antes de abri-lo, e que, junto com o caixeiro de fora, era o mais desconsiderado pela posição social.

O periódico anarquista A Guerra Social também tem suas críticas às pretensões "burguesas" dos empregados no comércio, aconselhando os moços e tentando convertê-los a uma política combativa. O artigo começa ressaltando as proporções que tomara o movimento:

"Dos movimentos que surgiram ultimamente o dos empregados no comércio foi, sem dúvida nenhuma, o que tomou maiores proporções, e do qual mais se falou.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

É este um dos grêmios que, apesar de estar em direto contato com a alta burguesia pretende passar por classe média, embora seja a classe mais explorada e escravizada que hoje existe.”¹³⁰

Voltamos aqui a nos deparar com as pretensões dos caixeiros de se comportar imitando seus patrões “burgueses”. Vimos em capítulos anteriores os moços do comércio serem ridicularizados por seu comportamento imitativo em gestos, roupas e acessórios que, no entanto, destoavam de seu comportamento barulhento e, sobretudo, de sua condição social. Vimos também que isso poderia ser interpretado simplesmente como uma tentativa de viver no mundo do patrão, agir como ele, vestir-se como ele. Poderiam eles estar procurando se comportar de acordo com o que lhe seria devido em seu pretendido futuro. Mas o anarquista não se conforma com essa posição, procurando, como os autores das cartas anteriores, mostrar aos caixeiros que sua situação não era melhor que a dos seus companheiros:

“Ninguém ignora os direitos que a estes proletários assistem (sic) nas suas reclamações. Eles se acham em condições piores que as dos outros operários; não têm o direito de viver, de gozar, nem de apreciar a vida, e sim, de gastar a saúde e depauperar-se, enriquecendo os exploradores.”¹³¹

As condições de vida destes “proletários” seriam piores do que a dos outros operários. Sobretudo neste momento, como afirmou o autor de outra carta citada acima, em que ser caixeiro era um “fim” e não um “meio”. Enquanto os operários já falavam em oito horas de trabalho, os caixeiros procuravam obter em lei o limite de doze horas diárias de trabalho. Mas, também para este militante, a campanha dos caixeiros dentro da legalidade não estaria trazendo resultados:

“O papel que eles desempenham atualmente, não se diferencia a mínima coisa do de outros tempos.

...

¹³⁰ A Guerra Social; 29 de junho de 1911.

¹³¹ Idem.

As reclamações que até agora fizeram são mais do que moderadas e humildes: mesmo que consigam alguma coisa, pois essas melhoras aparentes pouco ou nada adiantam.

O proletariado em geral e a classe caixeiral em particular, deve ter em conta que, enquanto subsistir o atual estado de coisas, a situação de um e de outros pouco se modificará.

É necessário trabalhar pela greve geral revolucionária, que, trazendo consigo a expropriação capitalista, derrubará de uma vez e para sempre, este regime de podridão e miséria.”¹³²

Aqui, novamente há a tentativa de conduzir não só a classe caixeiral como o proletariado em geral para uma mudança mais substancial. O reformismo traria apenas conquistas efêmeras e insuficientes. No caso dos anarco-sindicalistas o caminho possível incluía a união sindical e a greve geral revolucionária. Nesse caso, antes de indicar o caminho o autor do texto criticou as associações dos empregados no comércio que tinham patrões como sócios, elogiando os criadores da Phênix Caixeiral (recém formada e que não aceitava patrões) por estarem no caminho certo.

Com essas mudanças, os caixeiros parecem se considerar - e sobretudo ser considerados - ‘proletarizados’. Sem a esperança de ascensão social, que era o que lhes parecia mais vantajoso em relação às classes operárias, os caixeiros afirmavam sentir-se ainda mais explorados do que as demais categorias de trabalhadores. Até então a profissão de caixeiro, ou empregado no comércio, era considerada um degrau para sua ascensão. Ou seja, o “estado” de caixeiro deveria ser um estado passageiro e por isso ele poderia suportar tantos sofrimentos para ser patrão. Depois a relação se reproduziria. Nos jornais há várias descrições dessa situação. Neste momento, porém, culpavam o grande comércio, os grandes “trusts”, os grandes capitais e as novas técnicas de comércio, mais aprimoradas e mais impessoais, por não mais possibilitarem ao empregado ser patrão. Com esta possibilidade descartada pelo próprio teor da relação que se estabelecia numa casa comercial com muitos empregados, os quais não dispunham mais dos “benefícios” da casa do patrão e nem de uma relação mais próxima com ele, as jornadas extensas, a fidelidade e a dedicação eram elementos obsoletos. Manipulada por caixeiros e operários, a idéia do fim da possibilidade de

¹³² Idem.

ascensão social no comércio foi argumento sempre presente na questão do fechamento. Militantes operários utilizavam-se dela para tentar envolver os caixeiros na ação mais geral do movimento operário e caixeiros usavam-na com a função de lastimar-se aos poderes públicos, tornando mais urgentes suas reivindicações. A adoção dessa retórica tanto pela imprensa diária como pelos jornais operários tornou-se, portanto, importante instrumento reivindicativo para os defensores do fechamento das portas.

Este era, de certa forma, um momento de transição para o movimento caixeiral.¹³³ O comércio crescia e alguns ramos modificavam-se muito, afetando diretamente a vida e o trabalho dos que eram então caixeiros. Isso fez com que sua situação fosse várias vezes comparada à das classes operárias, categoria na qual são, inclusive, incluídos por alguns. Até mesmo, como vimos, comparada a mudança do estado social do caixeiro com aquela que transformara em operário assalariado o oficial artesão.

Para o orador Raphael Pinheiro, que fora à sede da União dos Empregados no comércio discursar sobre a questão do fechamento das portas, o caixeiro “é o operário de casaca”¹³⁴. Já o caixeiro Jorge Ordep, autor de uma carta inteligente e irônica enviada à enquete de O Paiz, afirma que o Conselho Municipal teria “escrúpulos” em aprovar o projeto que regulamentava as horas de trabalho dos caixeiros¹³⁵, o que não acontecia, segundo ele, em relação aos operários:

“Tais escrúpulos não têm aparecido para projetos de natureza semelhante, como por exemplo, para aquele que legisla sobre a admissão de menores em fábricas, as horas de trabalho desses menores e as condições de de sua admissão. Haviam de vir estorvar a marcha do projeto dos caixeiros.”¹³⁶

¹³³ Segundo Hobsbawn, o período de transição da indústria artesanal para a manufatureira foi o período de maior exploração dos operários qualificados, que trabalhavam com a mesma moral artesã sob um regime de exploração extensiva da mão de obra nas manufaturas. Em Eric Hobsbawn - Trabalhadores; Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1981.

¹³⁴ A conferência de Raphael Pinheiro na União dos Empregados no Comércio - O Paiz, 05 de julho de 1911.

¹³⁵ O projeto aqui referido é o projeto apresentado pelo coronel Leite Ribeiro ao Conselho Municipal em 23 de junho de 1911: “Projeto n.24 do Sr. Leite Ribeiro e outros - Regula o tempo de trabalho dos empregados no comércio e do funcionamento das casas comerciais e dá outras providências.” Em O Paiz, 24 de junho de 1911.

¹³⁶ “Carta aberta” de Jorge Ordep em O Paiz, 26 de junho de 1911.

Revoltado, o caixeiro mostra-se mais prejudicado do que trabalhadores de outras classes. Ele não parece estar sozinho nesta opinião, familiar a Raphael Pinheiro, que afirmava, em seu discurso, que o Conselho Municipal não poderia legislar sobre o assunto. Seu “amigo”, o Dr. Nicanor Nascimento, entregaria ao Congresso Nacional um projeto de âmbito nacional, estando ele para isso “autorizado pelo presidente da República, que ampara o justo apelo da classe caixeiral, **encarando esse problema com a mesma largueza de vistas com que tem observado as aspirações operárias.**” (grifo meu) Tal afirmação demonstra a ciência do orador a respeito das afirmações dos caixeiros de que suas aspirações eram menosprezadas em relação àquelas do operariado. Os caixeiros se diziam mais prejudicados e menos amparados do que os operários:

“Alegam os caixeiros que as outras classes trabalham menos. O operário não trabalha nunca mais de dez horas, e as oito horas vão sendo geralmente aceitas, como aspiração legítima, e mesmo adotadas”¹³⁷

Apelavam, portanto, para o princípio de igualdade para as classes laboriosas da sociedade. Afinal, se os operários pediam a redução do seu horário de trabalho a oito horas diárias, por que os caixeiros não poderiam ter o seu reduzido a doze horas?

É notável uma certa aproximação e comunicação entre operários e caixeiros com o decorrer dos anos, quando as associações passaram a ter um perfil diferente daquele dos seus primórdios e quando a luta política se tornava mais intensa e mais institucionalizada. Pelo que pude perceber, os poucos periódicos operários e anarquistas existentes neste período transmitiam certa simpatia pelo movimento dos empregados no comércio, e por vezes chegavam a referir-se a eles como companheiros de classe. Do lado dos caixeiros a situação se complica, porque torna-se ambígua. Em geral os caixeiros achavam que ocupavam um lugar privilegiado na hierarquia do trabalho, que, na opinião deles, nem por isso era menos cansativo do que o de qualquer operário. Parece também que não queriam assumir o papel de “proletários”, por não se

¹³⁷ “A questão das horas de trabalho: o que ela é e vale no momento.” Em *O Paiz* - 22 de junho de 1911.

considerarem nem tão pobres e nem tão ignorantes quanto trabalhadores braçais em geral. Pretendiam distinguir-se deles cultural e socialmente, portanto. Por outro lado, em busca de força para sua causa, equiparavam-se a eles enquanto “obreiros do progresso”. Há uma questão decorrente da existência de uma hierarquia dentro da própria profissão. Enquanto os primeiros caixeiros evitavam misturar-se, os ‘vassouras’ não tinham nada a perder e não se consideravam melhores do que ninguém.

3. Caixeiros, Empregados do Comércio, Assistentes do Comércio do Rio de Janeiro:

No dia 22 de junho de 1911 o jornal diário O Paiz dedicava algumas de suas colunas a uma “enquete”, cujo título era “Patrões e Caixeiros - A Regulamentação das Horas de Trabalho”.¹³⁸ O jornalista responsável pelas entrevistas e comentários da seção, Abner Mourão, tinha como objetivo investigar e esclarecer a opinião pública sobre a questão do fechamento das portas. A enquete ocupou algumas colunas do jornal até meados de agosto, quando o assunto do fechamento das portas passou a ser abordado apenas esporadicamente pelo Paiz. Em 29 de julho de 1911, o intendente Eduardo Raboeira, leria seu parecer sobre o projeto Leite Ribeiro, e O Paiz o publicava integralmente.¹³⁹ No dia 02 de agosto, a “enquete”, cumprida sua função de propaganda da causa, ocupava apenas uma coluna, justamente para publicar os telegramas de agradecimentos que a União dos Empregados no Comércio enviou a cada um dos intendentes do Conselho Municipal.¹⁴⁰ Os agradecimentos se estendiam, é claro, a Abner Mourão, do Paiz.

Mourão procurou, enquanto escrevia sobre sua primeira entrevista, estipular um número razoável referente aos atores principais da enquete, os caixeiros:

¹³⁸ “A questão das horas de trabalho - O que ela é e o que ela vale no momento - Aplausos significativos: É uma velha questão essa do número de horas de trabalho dos empregados no comércio. Velha e parece que não muito fácil de ser resolvida, porque, por isso, seria preciso que se harmonizassem as exigências dos patrões e as aspirações dos caixeiros - o grande interessado - e mesmo entre os últimos, como entre todas as classes e camadas sociais no Brasil, o espírito de solidariedade não é muito forte. Entretanto, é preciso que uma solução venha, que a regulamentação do número de horas se faça mediante leis insofismáveis, e isso urge diante do caráter agudo que vai tomando a questão. De algum tempo a esta parte, os rapazes empregados no comércio reclamam para os seus desejos as vistas dos legisladores municipais e pôde-se afirmar que o esforço nesse sentido feito é intenso, porque nos jornais vai se refletindo. Ainda ontem alguns dos órgãos da nossa imprensa a esse estado de coisas se referiram. A enquete que hoje se inicia será feita entre empregados e patrões ao mesmo tempo, e isso, parece-me, é a mais segura garantia de sua imparcialidade. Tanto os interesses de uns quanto o interesse de outros devem ser examinados.” (grifos meus) Em O Paiz; 22 de junho de 1911.

¹³⁹ “Na reunião de hoje da comissão de legislação e justiça do Conselho, o intendente Eduardo Raboeira lerá o seu parecer sobre o projeto Leite Ribeiro” em O Paiz; 29 de julho de 1911.

¹⁴⁰ “Telegramas da União dos Empregados no Comércio. A diretoria desta nável e útil instituição fez expedir ontem os seguintes telegramas: ‘Paulo Barreto - A União dos Empregados no Comércio vem trazer seus sinceros agradecimentos ao ilustre patrono da classe caixeiral, felicitando pela aprovação unânime do projeto da regulamentação das horas de trabalho, ora em debate no Conselho Municipal.’” Da mesma forma, seguem-se e etc, agradecimentos a Abner Mourão, Dr. Leão Velloso, Heitor Modesto, Mês, Conselho Municipal, Coronel Silva Brandão, Coronel Leite Ribeiro, Coronel Eduardo Raboeira, Intendente Rodrigues Alves e Luis Bartholomeu. Em O Paiz; 02 de agosto de 1911.

“Em 1.º lugar, quantos são eles no perímetro do Distrito? Não há exagero em calcular que são oitenta mil! Dizia-me ontem o gerente de uma das nossas mais importantes casas.”¹⁴¹

Ao que parece, após esta afirmação de Abner Mourão, todas as cartas que utilizavam algum tipo de estatística repetiam esta última¹⁴². Um caixeiro entrevistado por ele respondeu:

“Ainda hoje o meu amigo publicava que existem cerca de oitenta mil empregados no comércio do Rio de Janeiro, cálculo esse que me parece o mais exato possível.”¹⁴³

Mas é difícil delimitar com exatidão o que era classificado como caixeiro, tanto quanto “empregado no comércio” ou “mesmo auxiliar no comércio” por esta época. O intendente Eduardo Raboeira, relator do projeto de fechamento das portas do coronel Leite Ribeiro, de 1911, tenta chegar a uma definição:

“A designação ‘empregados no comércio’ é geralmente aplicada a uma certa parte de auxiliares no comércio. Verifica-se o mesmo, que uma das mais numerosas associações da classe exclui da admissão no seu seio muitos dos que trabalham em diferentes negócios, por achar que estes não devem ser classificados como empregados no comércio. Ora, acreditando-se que o projeto vise favorecer a todos os que trabalham nos negócios que enumera, parece que seria de bom aviso, afim de evitar dúvida na execução da lei, que ficasse definido o que se deve entender por empregado no comércio...”¹⁴⁴

¹⁴¹ “A questão das horas de trabalho”: O Paiz, 22 de junho de 1911

¹⁴² Como aconteceu na publicação de 28 de julho de O Paiz, em que um caixeiro expressou sua revolta filiando-se a Phênix Caixeiral: “Também assinei e prometi de coração ajuda-los firmemente, para em breve serem esses patrões retrógrados esmagados sob o peso brutal de uma lei que 80 mil caixeiros lhes lançarão à face, como desafiando aos mártires sofridos” (grifo meu) Outro exemplo é do dia 02 de julho de 1911 em que o próprio Evaristo de Moraes escreve em O Paiz: “Nessa opinião, os 80.000 empregados que existem no comércio em geral, não têm o direito de viver, de gerar, de apreciar a vida no que ela tem de bom, sob pena de censuras, são obrigados a gastar a saúde e a depauperar-se no único e exclusivo mister de enriquecer os patrões.” (grifo meu)

¹⁴³ “As horas de trabalho e a situação dos caixeiros” em O Paiz, 23 de junho de 1911.

¹⁴⁴ O Paiz, 29 de julho de 1911.

O próprio relator do projeto se confunde com a designação dos trabalhadores em questão, não sabendo ao certo quais deles podem ser ou não incluídos na categoria “empregados no comércio”. Em 1911 esta designação, mais pomposa, vinha gradativamente tomando o lugar do termo “caixeiro”. No recenseamento de 1872, utiliza-se a designação “classe comercial” para uma “profissão” da qual fariam parte 23.481 pessoas. A designação “classe comercial” englobaria comerciantes, guarda-livros e caixeiros (não se especificam categorias).¹⁴⁵ Neste mesmo recenseamento, a Associação de Socorros Mútuos Liga Operária tinha 18.091 trabalhadores.¹⁴⁶ Para efeitos comparativos, é interessante saber que no ano de 1882 abriram-se 11.176 cadernetas novas na Caixa Econômica da Capital do Império, das quais 5.652 de brasileiros e 5524 de estrangeiros. Deste número, a maior parte delas (2.412) pertencia à categoria classificada como de “operários e artistas”, seguida pela dos “Criados”, que teriam aberto 1.499. A terceira classe que maior número de cadernetas havia aberto naquele ano era a dos “empregados no comércio e associações beneficentes”, que tinha 1.431 cadernetas. 282 pertenciam a “negociantes” e 272 ao “pequeno comércio”.¹⁴⁷ Vemos assim que os empregados no comércio eram bastante numerosos no Rio de Janeiro de então. Além disso, são os únicos seguidos do acréscimo de “Associações beneficentes”. Para as outras categorias citadas e possuidoras de cadernetas não foram consideradas suas associações, o que poderia indicar a importância das associações beneficentes dos empregados no comércio.

Em 07 de julho de 1911, o autor de uma carta da Liga Federal dos Empregados em Padarias à enquete de O Paiz reclama a execução de algum projeto de fechamento, já que o projeto de Tertulliano Coelho, que, segundo ele satisfazia as aspirações da classe, fora vetado em 1906. Por causa do veto, naquele ano teriam sido “12 mil corações” decepcionados. No ano de 1911, entretanto, já seriam oitenta mil “pessoas” que deveriam lutar pela causa do fechamento:

¹⁴⁵ Em Instituições de Previdência Fundadas no Rio de Janeiro - Apontamentos Históricos e Dados Estatísticos por Joaquim da Silva Mello Guimarães: 1883

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Instituições de Previdência - Caixa Econômica da Capital do Império: 1883.

“Todas as classes libertar-se-hão por si mesmas o que atualmente lastimo, porque 80 mil pessoas unidas pacificamente poderiam fazer alguma coisa em seu benefício.”¹⁴⁸

Ou seja, neste caso o padeiro teria incluído sua categoria na classe dos empregados no comércio, que seriam os estimados 80.000 no D.F. Grande parte das reivindicações partia dos caixeiros de secos e molhados, contra os quais organizou-se, também no final do século dezenove, a já citada Sociedade União Comercial dos Varejistas de Seccos e Molhados, cujo objetivo era o de agregar negociantes deste ramo contra o movimento caixeiral pelo fechamento das portas. Havia ainda os caixeiros de armazéns, os de hotéis, bares e restaurantes, os de calçados, etc.

Mas, segundo o periódico anarquista A Guerra Social, os caixeiros de hotéis eram os mais organizados, os mais combativos. Tinham até o seu próprio jornal, chamado A Verdade.¹⁴⁹ Exaltando o movimento levantado pelos caixeiros, neste caso especificamente o dos empregados em hotéis, o autor do texto afirma que, por possuírem um órgão de imprensa próprio, estariam num certo grau de adiantamento.

Já um caixeiro de armazém escreveu a O Paiz para relatar a miséria em que viviam aqueles que pertenciam à sua categoria:

“Trabalha-se assim nos armazéns de 15 a 16 horas por dia, chegando esse número até 22, no fim e princípio do mês.... Esse estado de coisas, essa situação da fatalidade dos empregados de armazéns, sob qualquer ponto de vista que seja encarada, é tão tremenda que, em confronto com o grau de progresso a que chegou a cidade é vergonhoso revelá-lo nas colunas de um jornal e mostrá-lo a público.”¹⁵⁰

Mas um empregado de um café, em entrevista concedida a Abner Mourão, afirmou que não havia vida pior que a dos empregados de cafés e botequins e que por isso era necessário fazer com urgência a lei do fechamento.¹⁵¹

¹⁴⁸ O Paiz: 22 de junho de 1911

¹⁴⁹ “Empregados em restaurantes, hotéis, cafés, bars, etc.: A guerra social - periódico anarquista: 29 de julho de 1911.

¹⁵⁰ O Paiz: 07 de julho de 1911.

¹⁵¹ O Paiz: 22 de junho de 1911.

Um outro caixeiro, empregado em casa de secos e molhados, pareceu sentir-se relegado ao esquecimento pela enquete de O Paiz, pois queixou-se a Abner Mourão:

“Sr. Redator, o que me traz à vossa presença é o fato de só cuidares dos caixeiros de lojas de fazendas e outro comércio mais elevado, e deixais desamparados os pobres caixeiros de armazéns de seccos e molhados.”¹⁵²

Os armazéns de secos e molhados, portanto, fariam parte do grupo de casas do baixo comércio. Ainda que aqui ele se refira a um “comércio mais elevado”, como as lojas de fazenda, por exemplo, estas ainda não fazem parte do chamado “alto comércio”. Frequentemente falava-se do “alto comércio”, no qual se faziam exportações e importações. Este parecia ser questão à parte, já que é sempre citado como aquele em que as casas se fechavam mais cedo, por volta das três ou quatro horas da tarde. Numa entrevista a um caixeiro “de uma importante casa da Avenida”, de ramo não especificado pelo jornalista, Abner Mourão escreve:

“- No alto comércio do Rio já são adotadas praxes... - Mas a que chama o senhor alto comércio? Há meia dúzia dessas importadoras que sempre fecharam cedo.”¹⁵³

O alto comércio seria aquele no qual se fariam operações de câmbio e outras “operações complexas” em que seria necessária formação mais especializada e aprofundada do que no chamado “baixo comércio” do Rio de Janeiro.¹⁵⁴

Vemos, portanto, que por mais que os artigos em geral se referissem à “nobre classe caixeiral” como um todo, apesar das hierarquias e condições específicas de cada ramo de comércio, os próprios caixeiros procuravam enfatizar as necessidades de sua categoria. Isso porque os benefícios do projeto do fechamento das portas que estava em tramitação em meados de 1911 seriam concedidos de acordo com a categoria do empregado.

A situação que os caixeiros afirmavam viver, a novidade dos “grandes capitais” e dos “trusts”, tendo as grandes casas comerciais como exemplo que implicava uma

¹⁵² O Paiz, 11 de julho de 1911.

¹⁵³ “As horas de trabalho, a situação dos caixeiros”: O Paiz, 23 de junho de 1911.

reformulação de laços e relações entre patrões e empregados, em muitos casos devia ser realidade. Podemos, através de dois relatos de Abner Mourão na enquete dirigida por ele, montar talvez um quadro de uma grande casa comercial daquele período, na qual, ao que parece, vendia-se de tudo. A casa Raunier, tida como modelo em todos os sentidos, sobretudo no cumprimento, que então já se aplicava, do horário de trabalho que os caixeiros ainda reivindicavam na forma de lei, foi assim descrita:

“[No terceiro andar]: Ficam aí o gabinete do chefe, claro, distinto e confortável, apesar de pequeno; a sessão de propaganda a cargo do Sr. Araújo e dispondo de formidável cópia de ‘clichés’ e de todos os meios de que para esse fim lança mão o comércio moderno; a sessão de importação, os depósitos em que, sob uma classificação metódica e como todos os preços de venda marcados, o ‘stock’, enorme, se acumula; oficinas de ‘tilleurs pour dammes’ (sic), a sessão de bordados de onde saem artefatos primorosos, e a sessão de exportação.”

O segundo andar era onde trabalhavam as costureiras, que teriam, para seu conforto, uma enorme acomodação. Também no segundo andar ficavam os depósitos. O jornalista continua a descrever a Casa Raunier:

“Passei em seguida ao 1º andar, onde ficam a secção de costura, o depósito de meias, cujo ‘stock’ é superior a duzentos contos; secção de crianças, sessão de tapeçarias, onde há de tudo, desde os cortinados até os tapetes de Oriente, de um tecido confortável e rico; sessão de confecções e gabinetes de provas; sessão de calçado para senhoras e escritórios. Descendo ao pavimento térreo, encontra-se ali a sessão de chapelaria e artigos para viagem. E logo à vista fica presa nos ‘plaids’ de fio de seda expostos, caindo em pregas fofas, tão macios e finos, que o seu contato é como uma carícia, ou nos chapéus de Chile, que, dobrados, poderiam caber num envelope comum... Passa-se desta sessão para a de armarinho, ficando, a seguir, a sessão de espartilhos, a de fazendas, a de roupas brancas, a camisaria, a caixa de meias, a de modas e chapéus para senhoras, a alfaiataria cujo bom nome é no Rio uma casa tradicional e, finalmente, abrindo duas portas para a travessa do

¹⁵⁴ *O Paiz*; 23 de junho de 1911

Rosário; a sessão de saldos, com os preços de exceção, na verdade tentadores.”¹⁵⁵

Nesta monumental casa de comércio trabalhavam, segundo um de seus donos, 253 empregados. A “Casa Raunier” era tida como um modelo do comércio moderno. O Paiz publicou o trecho de uma notícia do Correio do Povo, de Porto Alegre, onde também se agitava a questão caixeiral. Tendo como exemplo o Rio de Janeiro, o autor do texto que reivindicava o fechamento das casas comerciais de Porto Alegre refere-se à Casa Raunier:

“A casa Raunier, por exemplo, tem uma organização modelar, nesse sentido, e que deveria ser imitada pelos estabelecimentos comerciais de pessoal numeroso.”¹⁵⁶

Para ele, a festejada loja carioca era o exemplo do “progresso” do comércio brasileiro, que estabelecia o desaparecimento do “preconceito errôneo da sujeição e da ignorância” em prol de um “comércio adiantado e inteligente”.

Até mesmo A Vanguarda - “Jornal Socialista de Combate” - fez votos de progresso à casa Raunier, agradecendo ao convite que fora enviado à redação do jornal para a festa de seu 4º. aniversário. Segundo a referida nota de A Vanguarda, a imprensa, com a qual os proprietários da loja “tiveram as maiores atenções”, estava toda representada na “brilhante festa” daquela casa que, mais uma vez, é citada como “modelo do comércio moderno.”¹⁵⁷

Outra casa de comércio do Rio de Janeiro é descrita por Abner Mourão:

“Tapetes do Oriente, de um desenho severo, confortáveis e espessos, caíam, desde a altura do 3º. andar. Através da grande floresta de colunas, desdobravam-se sedas e outros tecidos brilhantes, em grandes colchas desabrochavam flores bizarras, enquanto, nos planos inferiores, as caixas, transbordando, da marchetaria (sic.) artística das armações faziam pilhas

¹⁵⁵“Patrões e caixeiros - regulamentação das horas de trabalho na Casa Raunier”: O Paiz; 29 de junho de 1911

¹⁵⁶ “A repercussão da equête do Paiz: O que se vai fazer no Rio Grande do Sul.”: O Paiz; 27 de julho de 1911.

enormes, desordenavam-se abertas, pelos balcões; as roupas confeccionadas alastravam-se num derramamento de zephyres, cretones e linhos, picados aqui, ali e acolá, pelas exigências femininas da coqueterie de finas rendas, de bordados esquisitos e de grandes laços e fitas, e os manequins se alinhavam, se confundiam envergando todos os trajes, desde a casaca, o smoking ou o vestido de baile, finíssimo e lantejoulado, até os banalíssimos e felpudos roupões de banho...¹⁵⁸

Podemos perceber, por tais descrições, que os grandes magazines já existiam neste momento, e conviviam com as pequenas lojinhas do “baixo comércio” - ou seja, os armazéns de secos e molhados, os botequins, as casas de pasto, etc - que não haviam deixado de existir. Assim também o regime de trabalho que se aplicava em umas era bem diferente daquele presente em outras, mas ambos existiam simultaneamente.

4. Sobre as associações de classe:

“As associações que possuem são viveiros de políticos ambiciosos, formadas pelos mesmos exploradores; de empregados só têm o nome. Felizmente já se vão dando conta disso muitos deles, como por exemplo os fundadores da Phênix caixeiral e os outros que deixaram de acreditar nas cantigas dos politicantes.”¹⁵⁹

Foi imprescindível para o andamento da pesquisa procurar perceber o papel que as associações de classe assumiram no movimento dos caixeiros. Através da imprensa, que era o seu principal meio de propaganda e disputa, pude acompanhar a discussão das entidades pelo mérito do fechamento das portas. Duas importantes sociedades caixeirais - a Associação dos Empregados no Comércio e a União dos Empregados no Comércio - mantinham acirrada disputa em termos de credibilidade e apoio da imprensa e dos caixeiros em geral. A julgar pela “enquête” de O Paiz, a Associação dos Empregados no Comércio não vinha cumprindo com o seu papel de

¹⁵⁷ “Casa Raunier”: O Paiz: 03 de junho de 1911.

¹⁵⁸ “A questão das horas de trabalho - O que ela é e o que ela vale no momento - Aplausos significativos”: O Paiz: 22 de junho de 1911.

“protetora” dos caixeiros. Segundo os entrevistados, o “fausto” palaciano da associação teria afastado os mais humildes, que não se atreviam a estar entre os “casacas”. Muitos não confiavam na associação por nela se encontrarem patrões. Segundo um deles, “ao lado do patrão, só no balcão”. E por isso se organizavam outras entidades de classe, das quais apenas caixeiros pudessem fazer parte, e nas quais não permaneceriam aqueles que se tornassem patrões. Afirmava-se que a Associação dos Empregados no Comércio podia defender-se justamente apenas no sentido de proporcionar um bom atendimento beneficente.

Em 1911 cinco associações se uniram no intuito de redigir um projeto de lei para regular as horas de trabalho no comércio que pudesse ser examinado pelos intendentes do Conselho Municipal. Este projeto teria como objetivo principal a regulamentação, por lei, do fechamento das portas de casas comerciais para várias categorias de trabalhadores no ramo do comércio. Tais categorias teriam seu horário de trabalho limitado a, no máximo estipulado por lei, doze horas diárias. Além disso, alguns não trabalhariam nos domingos e feriados, outros o fariam por meio período. As associações que participaram deste grupo foram a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, a Associação Protetora dos Empregados no Comércio, a Associação Cristã dos Moços, a União dos Empregados no Comércio e, finalmente, uma associação patronal, a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Seccos e Molhados.

Esta última, a instituição patronal criada em 1881, foi a mais incansável lutadora contra os fins da AEC no que se refere ao fechamento das portas, embora em 1911 estivesse já ao lado das associações que pretendiam formular um projeto com este fim. No início de 1912, a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Seccos e Molhados contava com 1.136 sócios.¹⁶⁰

A Associação Protetora dos Empregados no Comércio, outra organização beneficente para sócios “com ocupação definida em qualquer dos ramos do comércio”, foi fundada em novembro de 1902. Ao que parece, embora tenha participado do grupo que se reuniu para tratar do projeto do fechamento, esta associação não se envolveu

¹⁵⁹ A Guerra Social; 16 de julho de 1911

¹⁶⁰ Prefeitura do Distrito Federal. - Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, História e Estatística (1922)

nas polêmicas que se deram através da imprensa sobre a mesma questão. No final de 1912 ela contava com 1.545 sócios.

A Associação Cristã de Moços foi fundada em julho de 1893 - por um grupo de membros da igreja Evangélica - com sede na rua da Quitanda. Seus objetivos:

“A Associação Cristã dos Moços é instituição de ensino, de educação física e de assistência moral, tendo salas para conferências, ginásio, biblioteca e jogos inocentes. O seu principal empenho, segundo os estatutos, é reunir os moços de qualquer nacionalidade, raça ou confissão religiosa, afim de instruí-los e formar-lhes o caráter, fazendo-os aptos para a luta leal na vida.”¹⁶¹

Em 1º de janeiro de 1912 existiam 801 sócios brasileiros e 300 sócios estrangeiros. Segundo Cláudio de Moraes Batalha, os sindicatos católicos eram uma tendência extremamente minoritária e isolada. Considerando poder incluir nessa tendência esta associação religiosa, embora não católica e sim evangélica, vemos que, como este autor define, essas organizações jamais teriam tomado um caráter sindical e não disputavam seus sócios com os sindicatos de classe, pois não se ocupavam da defesa de interesses profissionais.¹⁶² Nesse caso, a simples tentativa de interferência desta organização em questões de classe, como a do fechamento das portas, parecia ir além de suas atribuições. Isso, somado ao fato de que a sociedade patronal já citada acima, a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Seccos e Molhados, estivesse participando dos trabalhos de confecção do projeto do fechamento de portas depois de tanto lutar contra ele, indica que a questão, neste ponto, deixava de ser em prol da classe dos “empregados do comércio” propriamente ditos, para satisfazer os interesses da “classe comercial” em geral, o que incluía patrões e empregados. Para os patrões, aceitar uma legislação que regulava as horas de trabalho que já estavam, em geral, consensualmente aceitas, não era uma grande perda. Pelo contrário, isso garantiria que a lei impedisse novas mudanças durante um certo período.

A Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro era a mais antiga associação da classe comercial. De acordo com o perfil de cooperação de

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Batalha. op.cit.

classes que se procurava alcançar, pelo menos no discurso, a Associação dos Empregados do Comércio foi criada em 1881 pelo negociante Victorino José de Carvalho e pelo caixeiro Antônio Mathias Pinto Júnior, tornando-se, portanto, uma organização inter-classista. Nos primórdios de sua criação, a principal preocupação da Associação dos Empregados do Comércio era o fechamento das portas, mas com o passar do tempo o que se destacou foi a beneficência. Já em 1883 a AEC contava com 2.053 sócios¹⁶³ e em 1912 ela tinha 13.748 membros.¹⁶⁴ Tornou-se entidade eficiente na assistência social e beneficência aos sócios necessitados, os caixeiros. Médicos e advogados que prestavam serviços de atendimento eram os próprios sócios da AEC. No entanto, a ostentação da sede da AEC na então Avenida Central, bem como sua política com relação ao fechamento das portas não passaram despercebidas, pelo contrário, eram criticadas e pareciam provocar considerável desconfiança por parte dos caixeiros. Somado a isso, acrescente-se que em 1911 a diretoria da AEC era composta de patrões em sua grande maioria. Sua sede na Avenida Central era pomposa, seus sócios muitas vezes políticos ou pessoas influentes na sociedade. Era também, de longe, a que tinha maior número de sócios.

Um farmacêutico, sócio da AEC, é quem, entrevistado por Abner Mourão, abre a polêmica que vai polarizar a discussão entre a AEC e a União dos Empregados do Comércio em torno da competência de ambas na luta pelo fechamento das portas:

“Olhe, há coisa de que eles se queixam com razão. Da Associação dos Empregados no Comércio, por exemplo, que é a associação mais antiga da classe, nada tem feito por eles. Eu, que dela também sou consócio (sic), vou além. A associação tem mesmo se afastado deles. Não falo da diretoria ser composta só de patrões, isso é secundário. Vejamos seus inconvenientes. Começa por intimidar o caixeiro com o fausto do seu palácio.[...] Os sócios têm dificuldade de penetrar no edifício social. Quando se realiza qualquer festa, nem o recibo do mês dá ingresso. Só entram os felizes que receberam convites! Depois, exigem-se para essas festas trajes de rigor, o que as coloca, de fato, fora do alcance da maioria dos sócios, pois é ridículo até pensar que quase todos os caixeiros devem ter uma bem talhada casaca. Creio que a

¹⁶³ Em Joaquim da Silva Mello Guimarães; Instituições de Previdência - Apontamentos históricos e dados estatísticos; Rio de Janeiro, 1883.

¹⁶⁴ Prefeitura do Distrito Federal op. Cit.

associação só se preocupa com o sócio na ocasião de lhe apresentar o recibo..."¹⁶⁵

Três dias depois, no entanto, Joaquim Telles, o primeiro secretário da AEC, respondia às críticas do negociante, justificando o fato de a diretoria, naquele momento, ser composta de patrões, explicando que um dia eles haviam sido caixeiros. Lutando pela causa e vencendo grandes obstáculos, tornaram-se patrões e mantiveram-se, portanto, na diretoria pelo "prestígio" de serem os fundadores. Telles abordou ainda o problema das festas a rigor e lamentou o fato de que isso tivesse acontecido, segundo ele, uma única vez, havia onze anos: "Talvez fosse um erro, mas que vai longe e não se reproduziu." Ele escreve ainda que as portas da sede eram bem largas, para que todos pudessem entrar livremente e que o corpo clínico era formado por nomes "respeitáveis" e que os laboratórios eram montados "à moderna, entregues a bons profissionais."¹⁶⁶ Afirmação esta última que não é senão reforçada por Antônio Junqueiro, membro da União dos Empregados do Comércio, para quem os únicos serviços que a Associação dos Empregados do Comércio estaria prestando à classe seriam os de fornecer uma boa assistência médica e o de possuir uma boa biblioteca. Ele, no entanto, explica suas divergências "estruturais" em relação à AEC:

"Eu não sou sócio da Associação dos Empregados do Comércio pelo seguinte: existe lá grande número de patrões e eu sendo empregado não posso me associar aos que me exploram e sacrificam. Portanto devo procurar uma associação unicamente composta de empregados, onde se possa trabalhar sem obstáculos para o fechamento das portas. Se a Associação dos Empregados do Comércio tivesse sido sempre só dos empregados, já há muito que nós teríamos a lei da regulamentação das horas de trabalho e seria hoje uma das primeiras associações do Brasil."¹⁶⁷

Para este caixeiro o problema da Associação dos Empregados no Comércio seria o fato de aceitar patrões. Se não fosse isso, segundo ele, o fechamento das portas já estaria legalizado.

¹⁶⁵ "As opiniões de um negociante" em *O Paiz*; 25 de junho de 1911.

¹⁶⁶ *O Paiz*; 28 de junho de 1911.

¹⁶⁷ *O Paiz*; 09 de julho de 1911.

Para outro defensor da União, Pedro Lostan, respondendo à carta de Joaquim Telles quando este último se defendia das afirmações do farmacêutico, a Associação dos Empregados do Comércio se assemelhava a “um imenso castelo sem guarnição”, do qual Telles seria o único combatente, “de espada em punho, (que é a pena do secretário)”.¹⁶⁸ O mesmo Pedro Lostan escreve, em outra carta, que “andorinha só não faz verão”, referindo-se a Telles (como a andorinha) e criticando a pompa e o descaso da Associação dos Empregados do Comércio para com os caixeiros:

“A situação era outra em tempos que já lá se vão, quando a associação da rua do Rosário, hoje em pleno século XX, em plena Avenida, não tinha evoluído do paletó à casaca.”¹⁶⁹

A União dos Empregados do Comércio comemorava três anos de sua criação em julho de 1911.¹⁷⁰ O presidente - M. Carneiro, empregado da Casa Colombo - afirmou, em entrevista a Abner Mourão, que sua associação teria “perto de três mil sócios...”.¹⁷¹ Na mesma ocasião explicou a natureza da entidade:

“Como sabe, a União foi constituída só para resolver o problema da regulamentação das horas de trabalho, sem beneficência, sem aparato, sem outros fins.”¹⁷²

Na União dos Empregados no Comércio, como na Associação dos Empregados no Comércio, organizavam-se palestras e debates, com republicanos ilustres, políticos, juristas e advogados.

¹⁶⁸ O Paiz; 09 de julho de 1911.

¹⁶⁹ O Paiz; 05 de julho de 1911.

¹⁷⁰ “A União dos Empregados no Comércio convida seus associados a comparecerem, sábado, às 8 ½ da noite, 1ª sua sede, a fim de assistirem a sessão solene, comemorativa do 3º. aniversário da sua fundação.” Em O Paiz; 28 de julho de 1911.

¹⁷¹ Numa representação enviada ao Conselho Municipal, no entanto, considerou-se que a União dos Empregados no Comércio tivesse “mais de mil associados” em “A União dos Empregados no Comércio e o projeto Leite Ribeiro”; O Paiz; 01 de julho de 1911. Cláudio Batalha analisa os fatores que poderiam ser causa da diferença encontrada entre os números publicados pela prefeitura (Assistência Pública e Privada op. cit.) e os números divulgados pelas diretorias dos sindicatos. Segundo ele, é muito possível que a prefeitura tenha utilizado os números daqueles que estavam em dia com suas quotas, enquanto os sindicatos usavam, por vezes, o número de inscritos. (Batalha op.cit.) É provável, portanto, que isso tenha acontecido no caso acima: o próprio sindicato usou dois números diferentes em duas ocasiões, mas nenhum deles foi bastante preciso.

¹⁷² O Paiz; 01 de julho de 1911

Em 27 de junho O Paiz avisava que na semana seguinte realizar-se-ia uma reunião de empregadas no comércio na sede da União dos Empregados no Comércio e cogitava-se a fundação de “uma associação exclusivamente feminina”¹⁷³. Quatro mulheres seriam responsáveis pelos convites que seriam enviados às “companheiras de classe.”¹⁷⁴ No entanto, O Paiz não publicou nenhum outro acontecimento subsequente a este, convidando à reunião, e nem mesmo o resultado dela. Mas a União, como a AEC, não aceitava mulheres entre seus associados, o que não se tratava de uma situação isolada.¹⁷⁵ Segundo Cláudio M. Batalha, a quase ausência feminina dos quadros dos sindicatos em geral era fruto de uma situação em que as mulheres sindicalizadas eram mal vistas, consideradas “quase como prostitutas”, pois aquele não seria o seu lugar nem o seu papel. Foi o que teria afirmado um operário, segundo o qual, juntamente com o maquinismo, o trabalho feminino seria responsável pela desorganização dos sindicatos.¹⁷⁶

¹⁷³ O Paiz: 27 de Junho de 1911.

¹⁷⁴ Abner Mourão exemplificara a situação das mulheres empregadas no comércio nas colunas de O Paiz alguns dias antes. Ele contou a história de uma moça que deveria entregar uma encomenda numa “pensão”. Ai estava o próprio autor, com uma “coquette”, vestindo-se para sair, quando chegou a moça, que teria desmaiado em seus braços e depois lhe contou sua história: “Ainda não tinha 18 anos e como lhe morresse o pai, a necessidade forçara-a a procurar um meio de ganhar a vida. Empregou-se em uma das mais procuradas casas de artigos para homens e senhoras nesta capital. Mal rompia a manhã, ei-la já a caminho, enquanto a mãe lá ficava em casa, num subúrbio remoto, a lavar. E começava sua odisséia. Se um atraso do trem só lhe permitia chegar cinco minutos depois das 7 horas - a hora regulamentar - tiravam à sua orfandade e à sua miséria dez tostões para ter ponto e trabalhar. E pagavam-lhe a irrisória quantia de cinquenta mil réis por mês, sem comida já se vê. E sob esse regimen viviam nessa casa, aliás, uma das mais liberais do Rio, mais trinta e tantas empregadas. As mais antigas e felizes chegaram a ganhar cento e vinte mil réis por mês. É verdade que lhes davam uma comissão sobre o que vendiam: 1 ½ por cento, o que lhes proporcionava sobre o ordenado um acréscimo irrisório. Assim, com uma média de cem mil réis por mês essas moças eram obrigadas a trabalhar das 7 da manhã até hora indeterminada da noite, a almoçar depressa e por conta própria, voltando para jantar em casa, e ainda a se vestirem bem, com decência e gosto, pois o patrão não cessava de repetir: - As minhas empregadas precisam ser ‘coquettes’! E a rapariga explicava-me: - Nós fechamos às 7, mas frequentemente, por imposição do gerente, ficamos até nove e dez horas, para arrumação. Por essas horas que semanalmente trabalhamos a mais, não poderiam fechar os olhos sobre os minutos de atraso pela manhã e relevar a multa de dez tostões, principalmente quando esse atraso não fosse habitual? E disse-me a causa do seu desmaio. De manhã fora mandada a Botafogo. Voltara à hora do almoço, sem ter conseguido servir a freguesa, e o gerente dissera-lhe: - É preciso voltar lá, e como a freguesa tem pressa, isso é preciso ser logo. A senhora almoçará depois. Ah! Na volta há umas amostras para levar a uma pensão no Catete. A chefe da sua seção lhe explicará. Ela se sujeitava a tudo, mas, quando lhe deram o ‘adresse’ de uma ‘cocotte’ numa pensão conhecidíssima, pediu, chorando que não a mandassem ali. Mas o gerente, como sempre, fora inflexível. E naquele bordel a revolta do seu pudor a fizera perder os sentidos. A revolta do seu pudor e a revolta do estômago... porque àquela hora ainda não almoçara... - Ah! Senhor! No comércio as mulheres são bem mais felizes do que os homens.”; O Paiz: 26 de junho de 1911.

¹⁷⁵ A Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro tinha, em 1912, 13.748 membros, dos quais 6.380 eram brasileiros, 6.859 eram estrangeiros e 509 não tinham nacionalidade declarada. A União tinha 1.160 aderentes, todos homens. In Prefeitura do Distrito Federal op.cit.

¹⁷⁶ Batalha op. cit. Pag.123.

A Phênix Caixeiral, a então mais nova associação da classe, criada no primeiro semestre de 1911, tinha sua sede situada à Rua Uruguayana, n.137. Segundo um associado, “se agregaram imediatamente centenas e centenas de associados”¹⁷⁷ Este mesmo caixeiro faz referências aos feitos da Phênix até então, que teria, além de batalhar intensamente na campanha pelo fechamento das portas, criado programas recreativos, como excursões a lugares “pitorescos” como Petrópolis e fundado uma escola para “o preparo intelectual dos seus associados” e “muitas outras coisas para o seu desenvolvimento físico”. Programava-se também, segundo o autor da carta, a criação de uma Caixa de Protecção “para quem a sorte não for pródiga”.¹⁷⁸ Inaugurava-se, em setembro, o que foi chamado pelo A Guerra Social de o seu “pavilhão de lutas”. Para o redator da notícia do periódico anarquista, a Phênix, com quatro meses de vida em setembro de 1911, “representa verdadeiramente as aspirações dos que trabalham nesta explorada classe que tantos lucros produz aos grandes parasitas.”¹⁷⁹ Sabemos, através do periódico A Vanguarda, que o “pavilhão de lutas” era o “pavilhão social” da associação, onde se organizariam encontros e reuniões:

“Esta associação de empregados no comércio, que tão bela campanha tem feito pelo fechamento das portas inaugurou domingo o seu novo pavilhão social, o que deu ensejo a uma fecunda reunião.”¹⁸⁰

Por ter sido criada recentemente, a Phênix não se envolveu nas intensas batalhas travadas entre a União e a AEC através da imprensa. Ela nem mesmo chegou a participar do grupo formado pelas associações para redigir o esboço do projeto do fechamento das portas e uma representação ao Conselho Municipal. Segundo Joaquim Telles, secretário da AEC, a colaboração da Phênix - oferecida por uma comissão de “delicados moços” - no processo de elaboração do projeto a ser apresentado ao Conselho Municipal não foi aceita. Isso unicamente porque feita tarde demais, ou seja, quando o dito projeto já havia sido entregue ao Conselho.¹⁸¹ Foi durante as negociações que envolveram, entre outras, essas duas entidades, que os

¹⁷⁷ O Paiz, 27 de junho de 1911.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ A Guerra Social; 03 de setembro de 1911.

¹⁸⁰ A Vanguarda; 19 de agosto de 1911.

¹⁸¹ Fechamento das Portas; Associação dos Empregados do Comércio (Esta publicação se encontra no acervo da Biblioteca Nacional, sem referências de editoração)

desentendimentos tiveram início. Discutia-se, a princípio, qual o papel que a Associação dos Empregados do Comércio exercia ou exercera na campanha do fechamento das portas. Depois, quando o Conselho aprovara o projeto, a discussão girava em torno da disputa dos méritos pela vitória da causa.

Pedro Lostan, embora afirmasse não pertencer à União dos Empregados no Comércio, escreveu ao Paiz para defendê-la dos ataques da AEC. Pedro afirmava que a União havia enviado ao Conselho Municipal, uma mensagem “acompanhada de um ‘memorandum’ nomenclata” para relacionar os desejos da classe dos empregados no comércio. Isso oito dias antes de a AEC ter enviado seu próprio esboço para o projeto.¹⁸² Em carta publicada em O Paiz no dia 05 de julho de 1911, Manoel Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio, explicou o porquê da saída da União da negociação com a AEC e demais associações. Teria sido rejeitada, pela AEC, a proposta da União, que propunha modificação na contagem de votos para o acordo do grupo. A comissão da União queria que a contagem de votos se fizesse por sociedades representadas, e não por representantes. Isso porque, segundo afirmou em entrevista a Abner Mourão, ficou decidido que a AEC seria representada por dez membros, enquanto as outras teriam dois representantes cada uma. Isto significaria, portanto, a supremacia de qualquer proposta da AEC em votação, já que juntos, os votos das demais associações somariam oito, contra dez da AEC.¹⁸³ Em 28 de junho, Marcondes da Luz, membro da diretoria da AEC, considerando o presidente da União “desinformado”, procurou pô-lo a par da “verdade dos fatos”:

“O sr. Carneiro, infelizmente, não fez parte da comissão da União, e, pouco orientado do que se passou, não pode informar a V. dentro da inteira verdade dos fatos.

Por generoso assentimento dos colegas, fui honrado com a presidência das comissões reunidas. Assim, julgo-me na obrigação de estabelecer a verdade dos acontecimentos, que pode ser comprovada com as atas existentes.”¹⁸⁴

¹⁸² O Paiz; 28 de junho de 1911.

¹⁸³ “O que pensa do projeto do Sr. Leite Ribeiro o sr. M. Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio”: O Paiz; 27 de junho de 1911.

¹⁸⁴ “Na associação dos Empregados no Comércio - A sua diretoria e o projeto Leite Ribeiro”: O Paiz; 28 de junho de 1911

A partir desta declaração do secretário da AEC tivemos acesso à suposta “verdade dos fatos”. Segundo ele, um projeto da AEC deveria servir de base para as discussões do grupo. A União, entretanto, apresentou um projeto seu como subsídio. Depois disso, teria um representante da própria União argumentado que a AEC, por ser a única que agremiava indistintamente as duas partes interessadas - caixeiros e patrões - deveria estabelecer os termos definitivos do projeto. Indicação esta que teria sido aprovada “sem discussão, unanimemente”, estando presentes seis membros da AEC e doze das outras. Teria ainda um membro da comissão da União, Augusto Setúbal, em reunião de 1º. de maio, apresentado algumas preliminares, afirmando que sem a aprovação das mesmas não poderia a comissão da qual fazia parte continuar a colaborar nos trabalhos do grupo. Marcondes da Luz não esclarece quais seriam essas preliminares, que teriam sido, no entanto, rejeitadas em votação, alegando que seu autor não aceitara nenhuma modificação para torná-las aceitáveis. O secretário da AEC confirma a versão de Luz, novamente sem revelar exatamente quais teriam sido as imposições da União:

“Não é contrário, em princípio, ao que se estabelece a preliminar; por alguns desses princípios se bateu mesmo o seio da Comissão de que faz parte. Com o caráter radical, porém, em que se acha redigido, e à guisa de ultimatum, como quem quer vencer mesmo contra a opinião da maioria, não se pode aceitar.”¹⁸⁵

Não fica claro, porém, do que teria se tratado este radicalismo, além da reivindicação de que os votos fossem contados por sociedade representada e não por representantes.

Faziam-se ainda mais acusações à AEC na esteira dessa discussão. Uma carta enviada à redação de O Paiz acusou a AEC não apenas de nunca se haver dirigido aos poderes públicos para solicitar o fechamento das portas, como, ao contrário, de ter combatido essa proposta. O autor se referia, neste caso, ao projeto de Tertulliano Coelho, o qual teria sido taxado, no relatório de 1905-6 da associação, de “regulamentação ignominiosa”. Uma lei que regulasse o fechamento das portas teria

sido chamada de 'desnecessária'. O autor da carta assina como Amaury e foi criticado por Telles pelo seu anonimato, ao que "Amaury" deu elucidativa resposta:

"É quando, aparentando uma ingenuidade que não possuí e que estaria mesmo em desacordo com a sua idade, censura-me por me haver (sic.) servido (muito legitimamente, aliás) de um pseudônimo.

Esqueceu-se por ventura, do meio em que vive o empregado do comércio?

(...)

Não, meu caro senhor: tão ingênuo não sou eu. Preciso ainda do meu emprego e, infelizmente, não posso ainda dizer-me empregado do comércio, mas ser sócio de importante estabelecimento desta praça..."¹⁸⁶

Explicando o porquê da utilização de um pseudônimo, afirma-se "sócio" de uma casa de comércio e que, por isso, não pode se expôr. Além disso considera-se infeliz por não ser empregado, talvez em referência provocativa ao fato de que as outras associações não aceitavam patrões. Ele repete as críticas à AEC:

"O que o sr. Secretário não disse porque, naturalmente, não lhe convinha dizer, é que a associação não tem podido estar ao lado do 'caixeiro' porque tem vivido sempre na dependência dos 'patrões'.

Presas irresistíveis do fausto e da ostentação, tem sido forçada a lançar empréstimos (não deve andar longe de mil contos, o que ela deve, presentemente), e como poder, portanto, propugnar por uma medida que seria, naturalmente, desagradável aos capitalistas a que ela tem recorrido por mais de uma vez?"¹⁸⁷

Aqui novamente o motivo da desconfiança dos caixeiros - muito embora este já se afirmasse sócio - em relação à AEC: sua convivência com os patrões. Nesse caso, o problema do "fausto e da ostentação" leva a um problema ainda mais grave. Teria sido isso, segundo o autor da carta, um dos motivos que provocara a dependência da associação em relação aos "capitalistas" a quem ela precisara recorrer.

¹⁸⁵ O Fechamento das Portas, Op. Cit.

¹⁸⁶ O Paiz, 23 de julho de 1911.

Joaquim Telles procurou convencer seus leitores, “consócios” e inimigos com uma publicação¹⁸⁸ que trazia suas cartas em resposta às de João Monteiro (aliás, membro da própria AEC), a quem ele afirmou reconhecer nas linhas daquele anônimo citado logo acima como “Amaury”. Além disso, tinha longas argumentações sobre os feitos da AEC em relação ao fechamento das portas, incluindo todas as “correções” e emendas feitas ao projeto sugeridas ao Conselho Municipal.

Segundo Telles, em resposta às acusações feitas à AEC, nos últimos anos a associação havia se voltado para a resolução de problemas internos. Ele acrescenta ainda, que não era aquele o período de agitações “desnecessárias”, porque a questão do fechamento já estaria então resolvida, faltando apenas regulamentá-la por lei:

“De resto, não estava mais no período de agitações desnecessárias e até inconvenientes, quer pela imprensa ou em comícios, nem à posição da Associação eram permitidos tais meios para a resolver.

De fato, agitar essa questão por esses meios para quê? Estava ela, por assim dizer, resolvida, restando apenas e para uma completa satisfação regulamentá-la por lei.”¹⁸⁹

A AEC havia, portanto, esperado o momento certo. E este momento teria sido o ano de 1911. Chegado o momento, a AEC nomeou uma comissão para tratar do assunto. Esta comissão começou seus trabalhos em 22 de março, convidando as sociedades já citadas para tomarem parte deles. Desses trabalhos retirou-se a União, por motivos que, embora ainda um pouco nebulosos, procuramos desvendar, linhas acima, acompanhando a polêmica sustentada pelas duas partes nas páginas de O Paiz. Telles, neste folheto, repete a descrição dos acontecimentos do ponto de vista da AEC, desta vez mais minuciosamente.

A União, após sua saída do grupo, elaborou seu próprio projeto, enviando-o ao Conselho Municipal. Telles escreve, com ironia, que o projeto da União ficaria para sempre guardado nas pastas do arquivo do conselho, já que a União não tinha quem os “patrocinasse”, ou ao seu projeto. Segundo ele, a AEC sim pois quatro de seus associados eram intendentess do conselho municipal. Dois deles, Coronel Leite Ribeiro

¹⁸⁷ O Paiz; 06 de julho de 1911.

¹⁸⁸ O Fechamento das Portas, op.cit.

¹⁸⁹ O Fechamento das Portas, op.cit.

e Silva Brandão, foram exatamente os autores do projeto analisado pelo conselho, ao qual se seguiram dois substitutivos até a sua aprovação. Mas a base desses projetos teria sido, como afirma Telles, o projeto elaborado pela AEC e suas “co-irmãs”:

“Por igual deixamos bem demonstrado, que o nosso projeto e das associações que conosco colaboraram, teve para patrociná-lo, além do nosso prestígio, que, sem dúvida, deve ser um pouquinho maior do que o da União, perdoem-nos a imodéstia, o patrocínio dos nossos consócios, um deles nosso diretor, srs. Intendentes Brandão e Leite Ribeiro. Tendo chegado até segunda discussão o projeto Brandão- Leite Ribeiro produziu duas correntes de opinião dando motivo ao substitutivo do dr. Osório de Almeida.”¹⁹⁰

O que causou tal divisão de opiniões foi a determinação de um horário para o fechamento das portas. Alguns pugnavam pela regulamentação das horas de trabalho e outros pela regulamentação da hora de abrir e fechar os estabelecimentos. Em função disso fora elaborado o substitutivo, que, por sua vez, também não foi satisfatório.

Segundo Telles, o substitutivo de Osório de Almeida foi confiado a ele e ao companheiro de associação, Marcondes da Luz, que fizeram emendas, tendo algumas sido aceitas e outras não. Por isso, ele requisitava os louros desta vitória da classe, embora reafirmando que não era aquele o momento de fazer alarde destas conquistas da AEC, nem pela imprensa, nem por meio de “*meetings*”, porque havia passado o período de propaganda do fechamento das portas nas ruas. Lamenta, mais uma vez que a União não possa ter participado da partilha dos louros da vitória que pudessem caber à AEC, mas “porque não quis”. E questiona o fato de que “a União pudesse levar-nos de vencida, obtendo a vitória nesta causa?” Mas, num momento de “modéstia”, Joaquim Telles atribuiu a vitória da causa à “classe” como um todo:

“A vitória, portanto, não é deste ou daquele grupo, mas sim da nossa classe comercial, desde o obscuro caixeiro até o maior banqueiro.”¹⁹¹

¹⁹⁰ O Fechamento das Portas, op.cit.

¹⁹¹ Idem.

5. Discussão sobre o projeto de lei que regulamentaria o fechamento das portas:

Em 24 de junho de 1911, O Paiz publicou o projeto do intendente Leite Ribeiro, que havia sido apresentado ao Conselho Municipal no dia anterior. Segundo este projeto, nenhum empregado em casas comerciais poderia trabalhar mais de doze horas por dia e mais de seis dias por semana. Essas doze horas deveriam incluir uma hora para o almoço e uma hora para o jantar. O comerciante poderia abrir seu estabelecimento à hora que desejasse, contanto que o fechamento do mesmo não passasse das 7 horas da noite. Havia diversas exceções para essas regulamentações. Entre as casas que poderiam ficar abertas até às oito da noite nos dias da semana se encontravam as padarias, as casas de seccos e molhados e as tavernas. Até as dez horas da noite, os barbeiros e cabeleireiros, entre outros. Os botequins, bares, cervejarias e casas de chopps poderiam ficar abertas até uma hora da manhã mediante licença especial, e as casas de pasto (restaurantes) até às dez horas. Segundo o artigo 11º da citada lei, os negócios que tivessem funcionamento normal excedente a seis dias semanais e 12 horas por dia deveriam revezar as turmas de empregados, de modo que os mesmos não trabalhassem mais de 12 horas por dia. Aos domingos os barbeiros e cabeleireiros e os armazéns de seccos e molhados entre outros poderiam funcionar até o meio dia. Nos feriados, tanto de festa nacional como de dias santos, o fechamento das portas antes da hora legal dependeria do comerciante, ou seja, a lei não regulamentaria os feriados. Esta lei entraria em execução em 1º de janeiro de 1912.

O Paiz, após publicar o projeto Leite Ribeiro, ofereceu suas páginas aos que quizessem opinar sobre o assunto. O primeiro obstáculo que a almejada aprovação do projeto enfrentou foi a discussão jurídica sobre a questão da competência do Conselho Municipal para julgá-lo. Vários juristas e advogados se pronunciaram sobre a questão. Segundo Batalha, os sindicatos eram “viveiros eleitorais para advogados de defesa jurídica que expressavam sua adesão às idéias de reforma social”. Ele cita, entre eles,

Evaristo de Moraes e Nicanor do Nascimento, que após terem se lançado como advogados sindicais, seguiram carreiras políticas.¹⁹²

O próprio Evaristo de Moraes, advogado reconhecido pela defesa de operários e sindicatos em causas trabalhistas, opinou sobre o projeto:

“(...) O municipalismo Republicano, reconhecida a tão falada autonomia, não pode ir ao ponto de absorver competências, transformando em objeto de posturas municipais o que só deve ser assunto de leis gerais da União, embora com aplicação geral. (...)”

Parece-nos, porém, que a competência do Conselho Municipal não pode ser ampliada extraordinariamente, ilegalmente, não passando o projeto Leite Ribeiro de um esboço de lei, para ser tomado em consideração pelo Congresso Nacional e modificado no sentido da proteção aos empregados em estabelecimentos industriais.¹⁹³

O que Evaristo de Moraes sugere ao negar a competência do Conselho Municipal em resolver o problema dos caixeiros cariocas é uma solução mais abrangente. Ou seja, ele desejava uma legislação trabalhista aproveitando o ensejo das reivindicações dos empregados no comércio e o projeto Leite Ribeiro. Este último serviria de partida para uma solução para a proteção dos empregados, não só do comércio, como também da indústria, como já o havia feito um outro deputado:

“O deputado federal que aproveitou aquele louvável esforço, feita a modificação aludida, apresentou-se um projeto ao poder legislativo, prestaria real e meritório serviço a todos os trabalhadores, sem distinção de classe, garantindo-lhes direito à vida integral que, por enquanto, não gozam.”¹⁹⁴

Embora afirmassem que os caixeiros se encontravam em situação pior que a dos operários, Evaristo de Moraes tentou engatar a classe operária como um todo na esteira do movimento caixeiral. No trecho acima Moraes provavelmente se referia ao projeto que o deputado federal Nicanor do Nascimento enviaria ao Congresso

¹⁹² Batalha, op. Cit. Pág. 105.

¹⁹³ Evaristo de Moraes: “O trabalho no comércio e a intervenção municipal”: Correio da Manhã, 02 de julho de 1911.

Nacional em oito dias. Rafael Pinheiro foi convidado a discursar sobre a questão do fechamento das portas na União dos Empregados no Comércio. Pinheiro também desconsiderava a competência do Conselho Municipal para legislar sobre aquele assunto, que era da competência do Congresso Nacional, porque deveria extrapolar o municipalismo. Abner Mourão resumiu a conferência e salientou:

“Julgava [Pinheiro] que a questão dos caixeiros no Brasil deve ser uma questão nacional, por terem eles o mesmo direito que os operários, reclamando as oito horas de trabalho.”¹⁹⁵

Novamente equiparando caixeiros e operários, Pinheiro esperava transformar o problema dos caixeiros numa questão trabalhista de âmbito nacional. Por isso, nesta conferência, afirmou que “seu colega”, o deputado federal Nicanor do Nascimento, apresentaria “à Câmara” um outro projeto. No dia 19 de julho, O Paiz publicou, na íntegra, o projeto que o deputado apresentara neste mesmo dia. Abner Mourão considerou a existência de mais este projeto de regulamentação do trabalho como um mérito da enquete por ele realizada em O Paiz. Ele resumiu o projeto:

“Quanto ao projeto que passamos a estampar, ele é realmente notável. Não só regulamenta o número de horas de trabalho em todo o país, como estabelece uma legislação especial para os contratos de valor, como o descanso semanal, o trabalho de mulheres e menores; a instrução de menores, as condições higiênicas que devem cercar o trabalho, os acidentes de trabalho e, finalmente, garante a assistência judiciária aos empregados no comércio, nas quarellas (sic) que se fundem na respectiva lei, bem como a isenção de despesas de emolumentos (sic), custas e selos.”¹⁹⁶

O projeto de Nicanor Nascimento limitou-se à tentativa de resolver o problema dos caixeiros. Vai além, no entanto, das outras formulações, interferindo muito mais na relação empregado/empregador. Procurou impor limites não apenas ao horário, mas

¹⁹⁴ *Idem*.

¹⁹⁵ “Conferência de Raphael Pinheiro na União dos Empregados no Comércio - Um projeto na Câmara - O sucesso da enquete do ‘Paiz’”: O Paiz, 05 de julho de 1911.

¹⁹⁶ “O Dr. Nicanor do Nascimento apresentou à Câmara o seu projeto sobre o contrato de locação de serviços entre patrões e empregados do comércio em todo país.”: O Paiz; 19 de julho de 1911.

outros aspectos das condições do trabalho no comércio. Mesmo este projeto não interferia nas relações de trabalho na indústria, mas trazia para o âmbito nacional o problema do trabalho no comércio.¹⁹⁷

O Dr. Felisbello Freire, perguntado sobre a questão da competência do Conselho Municipal para resolver a questão dos empregados no comércio do Rio de Janeiro, explicou juridicamente a diferença de seu parecer:

“E, se nesse fato [fixar uma hora para abrir e fechar as portas dos estabelecimentos comerciais] está uma regulamentação do trabalho, contra aliás, a nossa opinião, pois não vemos nele mais do que uma medida de simples postura municipal, não há dúvida de que o Conselho é competente para decretá-la, porque em um dos artigos da lei orgânica do Distrito Federal está expressamente exarada a competência de decretar posturas.”¹⁹⁸

Freire argumentava contra a afirmação de que o projeto Leite Ribeiro seria uma “regulamentação do trabalho”, ou seja, da alçada de determinações trabalhistas mais gerais. Mas, mesmo que assim fosse, sua “fraca e humilde opinião”¹⁹⁹ era de que o Conselho Municipal possuía a competência para decretá-la. E acrescentou ainda:

“O Congresso Nacional é justamente o poder que não deve abordar esse problema, porque o seu ato não se revestiria do caráter nacional que deve ter. Não se trata do comércio dos Estados e sim do comércio do Distrito Federal, que, por motivo nenhum, deve sair fora da superintendência do Conselho Municipal, como delegado do Congresso Nacional.”²⁰⁰

¹⁹⁷ A reclamação do excesso de horas de trabalho no comércio não era exclusividade dos caixeiros cariocas. Durante a enquete dirigida por Abner Mourão, foram publicadas pelo Paiz cartas e notícias que atestavam a existência de uma certa inquietação em várias partes do país. Uma delas vinha de um caixeiro de Minas Gerais, reclamando do “atraso” do comércio no interior do país. Ali, segundo ele, os caixeiros trabalhavam 15 horas por dia em quase todas as localidades. Os domingos seriam o dia de trabalho “mais violento, equivalente a três dias ordinários”, quando as casas comerciais fechavam-se às quatro ou às cinco horas da tarde. Ele opina: “Por tudo isso, sou de opinião que essa humanitária questão ‘a regulamentação das horas de trabalho no comércio’ devia ser confiada à competência do Congresso Federal pois iria, nos seus benéficos efeitos, atingir a grande massa dos que trabalham no comércio deste vasto Brasil...”: O Paiz, 14 de julho de 1911.

¹⁹⁸ “Câmara e Conselho: a quem compete legislar sobre a questão? Fala o Dr. Felisbello Freire”: O Paiz, 10 de julho de 1911.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ *Idem*.

Neste caso, o entrevistado considerava, distintamente dos anteriores, que o Congresso Nacional não deveria legislar sobre a questão, porque ela tratava da regulação somente do comércio do Distrito Federal. Freire não pensara em estender o problema em nenhuma dimensão. Ele não considerava a questão uma “regulamentação do trabalho” e também não procurou beneficiar os caixeiros de outros estados.

Em 14 de julho, Oliveira Vianna, também em entrevista para O Paiz, concordava com Freire ao afirmar que a questão do fechamento das portas era, realmente, da competência do Conselho Municipal²⁰¹. Para Vianna, no entanto, a questão do fechamento das portas e a da duração do tempo de trabalho eram completamente distintas uma da outra. Para ele, portanto, eram duas questões que mereciam tratamento diverso. A regulamentação das horas de trabalho teria que ser elaborada pelo Congresso Federal e a lei deveria ter aplicação nacional. O contrário seria absurdo, pois, segundo o Dr. Vianna, isto seria matéria de “direito privado”. Como tal, viria acompanhada de várias outras questões, por ele englobadas no que chamou de “problema obreiro”.²⁰² Vianna termina por aconselhar os caixeiros e “os seus defensores” a abandonarem a questão da limitação das horas de trabalho e a concentrarem a ação da campanha sobre a questão do horário do fechamento das portas, porque, do contrário, não conseguiriam coisa alguma.²⁰³

Apesar de toda esta discussão, o Conselho Municipal decidiu, por fim, julgar o substitutivo do projeto Leite Ribeiro, que regulavam não só o fechamento das portas como também as horas de trabalho dos empregados no comércio do Rio de Janeiro.²⁰⁴

Além das entrevistas com políticos e advogados promovidas pelo Paiz sobre a questão da competência, ou não, do Conselho Municipal para legislar sobre as reivindicações caixeirais, o jornal ofereceu suas colunas para a discussão do próprio

²⁰¹ “Câmara e Conselho: A quem compete legislar sobre a questão? Fala o Dr. Oliveira Vianna.”: O Paiz, 14 de julho de 1911.

²⁰² “Demais, com esta questão das horas de trabalho andam conexas muitas outras questões, tais como a da fixação do ‘mínimum’ de salário; a do trabalho dos menores e das mulheres nas fábricas; a do descanso semanal; a do seguro obrigatório; a da arbitragem obrigatória, entre operários e patrões, etc.: questões, todas elas, complexas e melindrosas, que constituem, em suma, o chamado problema obreiro e cuja legislação vai sendo incorporada, como parte integrante, ao direito operário, ao direito industrial e ao direito civil.”: Idem.

²⁰³ Em 07 de julho de 1911 publicou-se, em O Paiz, um projeto que regulamentava o trabalho das mulheres e menores na indústria e no comércio.

projeto Leite Ribeiro. Começou por entrevistar Manoel Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio e Joaquim Telles, secretário da Associação dos Empregados no Comércio.

Um caixeiro escreveu que “emendar é consertar o que está errado” e ele nada havia visto no projeto que necessitasse de emenda. Pedia aos “legisladores”, portanto, que não “pendurassem” emendas no projeto, pois elas poderiam ser a pedra que o enterraria, como teria ocorrido no passado, mais especificamente em 1906, com o projeto de Tertulliano Coelho.²⁰⁵ No entanto, algumas “emendas” eram desejadas pelos próprios caixeiros. Abner Mourão afirmou que os intendentes autores do projeto lhe fariam emendas para satisfazer categorias que haviam sido prejudicadas:

“Assim, logo que se discuta o projeto, esses intendentes apresentarão emendas, em virtude das quais os barbeiros e casas de penhores continuarão a funcionar, sob o regime que, para elas, atualmente existe.”²⁰⁶

Os próprios barbeiros e cabeleireiros publicaram em O Paiz sua mensagem ao Conselho Municipal, reclamando a modificação do projeto. Deliberava a Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros contra as determinações do projeto, que aumentava sua carga horária nos dias da semana e aos domingos:

“Ao digno Conselho não deve ser estranho que a classe dos barbeiros já há cinco ou seis anos sustentou uma campanha a favor do fechamento das portas às 8 horas da noite, nos dias úteis o que, em parte, foi conseguido, e que ainda hoje se conserva e que, se não foi conseguido na sua totalidade, foi devido a não haver lei que a tal obrigasse, porquanto não se encontraram grandes obstáculos para tal ‘desideratum’.”²⁰⁷

Segundo o texto, não haviam os barbeiros encontrado grandes obstáculos contra a idéia do fechamento das portas, no que se referia aos patrões. Vimos anteriormente

²⁰⁴ Mesmo assim O Paiz publicou, no dia 19 de julho de 1911, alguns dos “inúmeros telegramas” enviados ao deputado Nicanor do Nascimento, agradecendo a apresentação à Câmara dos Deputados do projeto por ele elaborado.

²⁰⁵ O Paiz, 26 de junho de 1911.

²⁰⁶ O Paiz, 14 de julho de 1911.

que os barbeiros e cabeleireiros tiveram participação ativa nos acontecimentos de 1906, quando os caixeiros saíram às ruas para reivindicar o fechamento das casas que ainda estavam abertas após as oito horas da noite. Segundo o trecho acima, a tentativa do fechamento das portas das casas de barbeiros e cabeleireiros só não tivera sucesso completo devido à falta de “uma lei que a tal obrigasse”. Por isso eles reivindicavam a regulamentação de 12 horas de trabalho diário, sendo duas para almoço e jantar, e a conservação do fechamento aos domingos, sendo que trabalhariam aos sábados três horas a mais, para arrumação e limpeza do estabelecimento. Esta mensagem estaria acompanhada de 1000 assinaturas.²⁰⁸

Aristeu de Lannes, não identificando sua procedência profissional, também escreveu para O Paiz no sentido de sugerir emendas ao projeto. Ele estava insatisfeito no que se referia aos feriados nacionais, deixando de lado os dias santos porque, segundo ele, a religião não era o “preceito fundamental”. O “preceito fundamental” era a república. Por isso, o que não poderia acontecer é que o caixeiro fosse impedido de participar de qualquer “sentimento político, histórico ou patriótico”. Ele sugere as seguintes modificações:

“Artigo 12, substitui-se: - o fechamento das portas nos dias de festa nacional será efetuado ao meio dia em ponto.

Acrescente-se:

A - O fechamento nos dias feriados municipais santificados e feriados extemporâneos, feitos antes da hora legal, dependerá exclusivamente da vontade do comerciante ou de quem suas vezes fizer.

B - Os dias destinados a eleições federais ou municipais ficarão compreendidos no parágrafo segundo do artigo primeiro desta lei, afim do empregado (sic) cumprir o seu dever cívico.”²⁰⁹

Abner Mourão entrevistou Manoel Carneiro, o presidente da União dos Empregados do Comércio, no intuito de saber sua opinião em relação ao projeto Brandão- Leite Ribeiro. Embora Carneiro tenha utilizado o espaço desta entrevista

²⁰⁷ “A regulamentação das horas de trabalho: Mensagem dos barbeiros e cabeleiros ao Conselho Municipal.”: O Paiz; 04 de agosto de 1911.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ O Paiz; 05 de julho de 1911.

para o fim de atacar a Associação dos Empregados no Comércio e explicitar suas posições em relação a ela, ele respondeu de maneira direta à questão proposta:

“Eu penso que o projeto é bom, muito bom mesmo, satisfazendo as mais legítimas aspirações da classe. Basta dizer que ele pouco difere do que a União fez com o máximo cuidado, elaborar por uma comissão de consócios e remeteu, acompanhado de uma representação ao Conselho Municipal.”²¹⁰

Aqui, o presidente da União dos Empregados no Comércio afirmava que o projeto Leite Ribeiro era bom, exatamente porque se parecia muito com o esboço de projeto que a própria União havia encaminhado ao Conselho Municipal como sugestão. O mesmo argumento foi usado pela diretoria da Associação dos Empregados no Comércio, ou seja, de que o projeto Leite Ribeiro teria sido formulado a partir do daquele elaborado pela comissão de associações que a AEC presidia. Com o adicional de que o próprio autor do projeto, o coronel Leite Ribeiro, era também sócio da AEC.. No entanto, embora Carneiro tenha afirmado que o projeto correspondia às aspirações caixeirais, a União enviou uma representação ao Conselho para pedir modificações no mesmo sobre os seguintes pontos:

“1º.Sobre o funcionamento dos seguintes estabelecimentos:

- a) bancos e agências bancárias;
- b) casas de penhores;
- c) barbeiros e cabeleireiros;
- d) coroas fúnebres.

2º.Sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais nos feriados da república.”²¹¹

Os bancos e casas bancárias já teriam adotado como praxe encerrarem suas atividades à uma hora da tarde aos sábados. O Conselho deveria então limitar-se a sancionar, por lei, “as praxes que os interessados adotaram como necessárias e suficientes.”²¹² As casas de penhores, por sua vez, já não funcionavam aos domingos, e

²¹⁰ “O que pensa do projeto do Sr. Leite Ribeiro o Sr. M. Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio.”: *O Paiz*: 27 de junho de 1911.

²¹¹ “A União dos Empregados no Comércio e o projeto Leite Ribeiro”: *O Paiz*: 01 de julho de 1911.

²¹² Idem.

nem após as oito horas da noite nos dias de semana. A maioria, porém, já fechava por volta das seis. Neste caso, a representação da União é no sentido de reivindicar que o Conselho estabelecesse o horário de funcionamento das casas de penhores entre sete horas da manhã e sete horas da noite, e o fechamento aos domingos.

Segundo o mesmo documento, as casas de barbeiros e cabeleireiros, “em virtude da lei”²¹³, não podiam então funcionar aos domingos e eram obrigadas a fechar às dez horas da noite nos dias úteis. Mas na prática, inclusive, muitos fechavam às oito horas da noite. Queriam, portanto, que essas vantagens não fossem abolidas pelo novo projeto, segundo o qual teriam que trabalhar aos domingos e até às dez horas da noite.

No caso das lojas de coroas fúnebres, fechavam-se-lhe as portas, então, às dez horas da noite, fosse domingo ou dia útil e não gostariam de permanecer neste regime, do qual reclamavam e o qual o projeto oficializava. Sugeria-se ao Conselho que determinasse o fechamento dessas casas ao meio dia nos domingos e, nos dias úteis, às sete horas da noite.

Afinal, a representação enviada ao Conselho pela União dos Empregados no Comércio reivindicava que a legislação regulasse também as folgas nos dias santos ou de festa nacional ou municipal. O projeto apresentado deixava esses dias em aberto, para que o comerciante decidisse se ia ou não fechar a loja e dispensar os caixeiros. Segundo a União isso representava uma “grave lacuna na legislação municipal.”²¹⁴

Telles, secretário da Associação dos Empregados do Comércio, explicava ao Paiz, em 28 de junho, que o projeto melhorava a situação de alguns, mas piorava a de outros, porque tinha cláusulas que permitiam a abertura de algumas casas que já haviam instituído seu fechamento anteriormente. Ele cita como exemplo os barbeiros e as casas bancárias, afirmando que a AEC, conjuntamente com as sociedades “congêneres”, elucidaria estes pontos e endereçaria ao Conselho Municipal as modificações que fossem consideradas necessárias.²¹⁵

A AEC teria enviado, então, ao Conselho Municipal, uma representação sugerindo modificações para o projeto que já tinha sido transformado por dois substitutivos. O projeto estipulava que as casas comerciais abrissem às sete horas da manhã e fechassem às sete horas da noite. Segundo as reivindicações da AEC, algumas

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ “E o que pensa a diretoria da AEC sobre o projeto Leite Ribeiro?”: O Paiz: 28 de junho de 1911.

exceções deveriam ser revogadas: as casas de penhores, os joalheiros, os ourives, pianos e confecções deveriam ficar compreendidos na regra geral, porque já fechavam antes das sete costumeiramente. Os armazéns de secos e molhados a varejo e as tavernas deveriam funcionar, com duas turmas, das sete horas da manhã às oito horas da noite. As confeitarias deveriam ser fechadas às dez horas da noite, funcionando também com duas turmas, como o projeto previa. As drogarias e farmácias poderiam abrir suas portas das oito da manhã às oito da noite, de acordo com pedidos de caixeiros feitos à comissão da AEC nesse sentido. As farmácias, segundo o texto da AEC, deveriam, por lei, abrir a qualquer hora da noite para atender ao público; por isso não precisariam deixar as portas abertas depois das oito horas da noite. As casas de barbeiros e cabeleireiros deveriam funcionar até o meio-dia nos feriados. Este documento (representação da AEC ao Conselho Municipal) foi enviado no dia 19 de dezembro de 1911.²¹⁶

²¹⁶ Fechamento das Portas. op. cit.

CONCLUSÃO:

As táticas dos caixeiros, bem como seu discurso, permaneceram, na sua quase totalidade, dentro da legalidade, fazendo com que eles não perdessem o apoio da imprensa e de muitas celebridades públicas. Embora seus sindicatos e instituições de classe se tornassem cada vez mais fechados e reivindicativos, o discurso, na maior parte dos casos, continuava a ser de colaboração.

Segundo Cláudio de Moraes Batalha, a maioria das associações do Rio de Janeiro começou com funções de auxílio mútuo e algumas se transformaram em sociedades de resistência. Um exemplo disso teria sido o Centro Cosmopolita, organização dos empregados de cafés, restaurantes, bares e hotéis.¹ Os empregados dessa categoria eram, na maioria, imigrantes portugueses e espanhóis.² Mas em 1912, os empregados de hotéis, assim como os de padarias, ainda lutavam pelas doze horas de trabalho e, em 1917, o Centro Cosmopolita recomeçava sua luta pelas 12 horas de trabalho, agora bem próximo do sindicalismo de ação direta.³ Este sindicato se apresentava como um dos mais combativos entre a classe comercial.

Batalha definiu o chamado "sindicalismo amarelo" como aquele que buscava legitimidade dentro do sistema, procurando fazer-se aceitável pela sociedade civil e pelas autoridades. Era comum, por exemplo, que eles utilizassem a ajuda de intermediários para resolver seus conflitos sociais, como políticos, advogados ou representantes do poder. Outra característica seria a tentativa de transformar em lei suas reivindicações profissionais e, ainda, a utilização da greve apenas como último recurso. Como vimos acima, tais características "legalistas" eram criticadas pelos militantes socialistas, bem como a utilização de intermediários em suas causas, já que o proletariado deveria libertar-se por si mesmo. Além disso, a utilização da greve apenas como último recurso estava em direta oposição às táticas anarquistas.⁴ Desta forma, a ação dos sindicatos "amarelos" visava unicamente a satisfação de suas reivindicações imediatas, e não a formulação de um projeto político ou econômico para o conjunto da sociedade. Parece que as tentativas de socialistas e anarquistas - escrevendo cartas e artigos, tanto elogiando o nível em que se encontrava o movimento dos empregados no comércio, quanto reclamando uma ação mais imediata

¹ Batalha, op.cit. pag.85.

² Idem, pag.116.

³ Idem.

e, por que não dizer, revolucionária - não encontrou resposta satisfatória na ação caixeiral daquele momento. Os caixeiros reivindicavam os mesmos direitos dos operários, em relação aos quais se afirmavam prejudicados. Testemunhos de patrões, oradores e alguns autores de cartas que se intitulavam operários reafirmavam, como vimos, a imagem de inferioridade dos caixeiros em relação aos operários no que se refere às conquistas sociais de uns e de outros até ali. O próprio Evaristo de Moraes manifestou-se a este respeito:

“Continuamos a pensar que a situação da maioria deles é incomportável, ficando a perder de vista do que desfrutavam outras classes proletárias.”¹

A adoção desse discurso serviu à imprensa, aos caixeiros, suas associações e seus “defensores”, como reforço das reivindicações legalistas dos empregados no comércio do Rio de Janeiro.

No entanto, vimos que o movimento dos empregados no comércio também teve uma fase de agitação. No ano de 1906 eles saíram às ruas para “convencer” os patrões, um a um, a fecharem suas portas às oito horas da noite. A imprensa foi desde sempre elemento de importância fundamental nas reivindicações caixeirais, quase sempre as apoiando, muitas vezes unanimemente. Os jornais transformavam o caixeiro no trabalhador ideal, através da construção de uma imagem que justificava os seus “pedidos”. O caixeiro seria o elo mais fraco da relação patrão-empregado: ele cumpria suas “obrigações” com o patrão - era “fiel”, “honesto”, “trabalhador”, “asceta” - e por isso merecia a recíproca. Que lhe “concedessem”, então, o fechamento das portas. Suas aspirações eram “justas” e seus atos comedidos e “ordeiros”. Mesmo quando os empregados no comércio reuniram-se, em março de 1911, no Largo de São Francisco, para realizar um “meeting” em prol da redução das horas de trabalho, Abner Mourão escreveu, em O Paiz, que a reunião teria se dissolvido “na melhor ordem, depois de percorrerem algumas ruas.” Num comício convocado pela União dos Empregados do Comércio, Abner Mourão resumiu assim as palavras de um orador, que defendia as sempre “legítimas aspirações” dos caixeiros:

¹ Idem, pag. 173

“A causa dos caixeiros conta assim com as simpatias gerais. E se, contra toda a expectativa, uma lei de regulamentação não vier, cumpre que a classe, unida estritamente em torno do seu ideal, numerosa e forte, imponha a sua vontade, empregando todos os recursos, fazendo a greve, lutando até a última extremidade.”⁶

Apesar de todo esse discurso que incitava os caixeiros à ação direta, Mourão terminou seu comentário sobre o comício procurando diminuir o teor de exaltação do evento:

“Palmas vibrantes sublinharam os mais significativos trechos dos discursos, mas, sem de todo destruir esta boa ordem.”

Desta forma, o redator do Paiz manteve a boa imagem do movimento dos empregados do comércio. Apesar dos discursos inflamados, os moços teriam mantido a “boa ordem” no local.

O mesmo acontecera em 1906, quando os caixeiros saíram às ruas: a imprensa oficial tendia a justificar seus atos e mesmo protegê-los, alegando que eram sempre pacíficos e “ordeiros” e que mereciam as horas que os patrões com “espírito adiantado” lhes concediam gentilmente para o lazer ou estudo nos dias da semana.

Um correspondente carioca do jornal operário A Terra Livre teve outra impressão deste processo. Para ele, mesmo que a maior parte dos proprietários dos estabelecimentos tivesse concordado com a proposta das comissões, “não fecharam sem a isso se verem obrigados pelos atos de energia praticados por um numeroso grupo de rapazes decididos, sem o que nada eles haveriam feito.” Tal interpretação dos fatos transforma os acontecimentos, atribuindo-lhes outro significado: o de revolta, autonomia e organização. Como ele considerasse o movimento operário no Rio de Janeiro sempre “moroso” e “frio”, segundo a mesma carta, a manifestação dos empregados do comércio em geral e sua organização em sindicatos fizeram-no pensar num novo ânimo para o mesmo.⁷

Depois disso, entretanto, continuaram a lutar para obter a consolidação de suas conquistas através das vias legais. Por isso, Joaquim Telles, secretário da Associação dos Empregados no Comércio, afirmava, em 1911, que aquele não era mais o momento para agitações nas ruas, mas era o momento oportuno para a

⁵ “Evaristo de Moraes: O trabalho no comércio e a intervenção municipal.”: Correio da Manhã, 02 de julho de 1911.

⁶ “O grande comício de ontem”: O Paiz, 20 de julho de 1911.

aprovação do projeto que determinava o fechamento das portas.⁸ Eduardo Raboeira, o relator responsável pelo projeto Leite Ribeiro, afirmou, em entrevista a Abner Mourão que este projeto tinha o mérito da “oportunidade”, o que não havia em 1906, quando o projeto Tertulliano Coelho não fora aprovado. Em 1911, porém, o movimento caixeiral tinha o apoio “enérgico e unânime” da imprensa, impondo-se assim à opinião pública. Segundo Raboeira, isso seria essencial para a aprovação do projeto:

“O Conselho sente-se bem, decerto, resolvendo de acordo com a opinião.”⁹

O “momento” dos caixeiros teria sido longamente preparado através de um convencimento da opinião pública e da sociedade em geral, sobretudo através do apoio da imprensa. Em 1911, enquanto se davam as discussões em torno do projeto Leite-Ribeiro, eram inúmeras as cartas de negociantes enviadas ao Paiz para anunciar que adotariam a prática do fechamento das portas às 7 ou 8 horas da noite. Como neste caso:

“A casa New Style, estabelecida à rua dos Andradas, n.45 e 47, com artigos de móveis, tapeçarias e colchoaria, tem a honra de comunicar-vos que, tendo em consideração o justo apelo dos empregados no comércio, resolveu de hoje em diante abrir às sete da manhã e fechar às seis horas da tarde.

Rio de Janeiro, 01 de Julho de 1911 - Moreira Del Porto & Cia.”¹⁰

Este último aproveitou a deixa para fazer sua propaganda. O Proprietário J.Albert também resolveu fechar a sua loja, e deu o crédito à União dos Empregados no Comércio:

“À União dos Empregados no Comércio:

Aviso à honrada União dos Empregados no Comércio, que fecho o meu estabelecimento às sete e meia da noite, e abro às 8 horas da manhã.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 1911 - J.Albert.”¹¹

⁷ “Do Brasil proletário”: A Terra Livre; 13 de julho de 1906.

⁸ O Fechamento das Portas op. Cit.

⁹ “O que dirá a comissão de justiça do Conselho no seu parecer? Faia o sr. Eduardo Raboeira, relator”: O Paiz; 23 de julho de 1911.

¹⁰ O Paiz; 09 de julho de 1911.

¹¹ Idem: Idem.

Esses negociantes preferiam “conceder” um “favor” aos empregados e merecer assim sua “gratidão” a esperar que o projeto fosse aprovado. Se isso acontecesse, teriam que se curvar a uma determinação legal que os obrigaria a adotar a mesma prática, sem, no entanto, lhes caber nenhum mérito. O fechamento das portas deixaria de ser um “favor” dos patrões aos caixeiros e estes, por fim, não lhes deveriam nada.

Há ainda as cartas de agradecimento enviadas pelos próprios caixeiros pelo fechamento das casas comerciais nas quais trabalhavam, como neste caso, em que os “bons moços” agradecem não só aos “estimados patrões”, como sobretudo ao “Redator do Paiz”:

“Exmo. Sr. Redator do Paiz: (...) Os Srs. Freire Guimarães e Cia, proprietários da conhecidíssima e acreditada drogaria Berrini, resolveram, em conferência de domingo último, a exemplo de diversas casas desta praça, fechar as suas portas às 7 horas da noite. Os signatários desta, empregados da referida drogaria, apresentam ao Exmo. Redator os seus agradecimentos, que são também extensivos aos seus **estimados patrões**. Cumprimentamos e somos, de V.Ex. atentos e obrigados; Álvaro Lima, Venâncio Costa, João Batista da Fonseca e Antônio Souza.”(grifo meu).¹²

Aqui são os próprios caixeiros que agradecem àqueles que teriam sido, em sua opinião, os responsáveis pelo fechamento das portas do estabelecimento em que trabalhavam: Abner Mourão, que havia feito a defesa e a propaganda da causa dos caixeiros e seus “estimados patrões”, que através desta propaganda teriam se convencido da “justiça” do fechamento das portas.

Ora, como vimos, o mito da mobilidade social dos caixeiros desmoronava, o que causava uma mudança política no comportamento daqueles que não mais acreditavam na possibilidade de, um dia, virem a ser patrões. Isso porque essa crença era elemento fundamental na política de dominação exercida pelos patrões. A passagem de um caixeiro a patrão supunha um comportamento de submissão e fidelidade. Vimos, entretanto, que é quando essa esperança começa a ser cada vez mais vaga para os caixeiros que se inicia um crescimento maior no movimento associativo e suas reivindicações.

Por isso os patrões insistiam em “conceder” o fechamento de seus estabelecimentos comerciais aos seus empregados quando a aprovação da lei do fechamento das portas já parecia ser inevitável. A intenção era receber a “gratidão”

¹² O Paiz. 14 de julho de 1911.

dos caixeiros, garantindo assim a continuidade das cobranças mútuas que permeava a relação entre eles.¹³

Enfim, o movimento caixeiral foi permeado por momentos de ação direta, conseguindo, através do contrato informal com o patrão, parte de suas reivindicações. Durante anos este processo intercalou-se com a luta pelo respaldo legal de suas conquistas e por novas garantias. Esta não era uma especificidade do movimento caixeiral brasileiro, como definiu E.J.Hobsbawn:

“Mais importante, o movimento para encurtar as horas ganhou terreno, em parte através da legislação, em parte através de acordos e negociações privadas, como no meio-feriado de sábado, que entrou em uso razoavelmente geral a partir da década de 1840 entre os construtores e em algumas partes das províncias, e em Londres, a partir do meio da década de cinquenta.”¹⁴

O projeto aprovado em 1911 representou a consolidação de algumas reivindicações já conquistadas em negociações entre as partes. No entanto, para algumas categorias de empregados no comércio o projeto não foi satisfatório, pois, ou retrocedia em relação aos ganhos já obtidos, ou em nada melhorava suas condições. Mas, para a maioria dos caixeiros a aprovação do projeto parece ter sido, no mínimo, um passo adiante. Para os mais radicais foi um embuste corroborado por associações patronais e reacionárias para manter a situação como estava. Em suma: doze horas de trabalho por dia, para alguns, não era avanço nenhum. Para outros, porém, era um avanço que isso estivesse no papel, como legislação, e não ao bel-prazer e boa vontade dos patrões, que ainda não haviam se curvado à campanha informal dos caixeiros.

¹³ Sidney Chalhoub aponta questões parecidas em *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. O ato de alforriar era prerrogativa exclusiva do senhor, o que fazia parte de uma ampla “estratégia de produção de dependentes”. O caminho dos escravos para a alforria deveria passar pela obediência e fidelidade em relação aos seus senhores. Segundo Chalhoub, nas últimas décadas de escravidão, a concessão de alforrias era cada vez mais comum. Para ele, a partir de um determinado momento, os proprietários teriam ficado “a reboque” dos acontecimentos, embora insistissem em permanecer como sujeitos históricos onipotentes dos acontecimentos. Além disso, este seria também um momento de “falência de uma certa política de domínio”. Já que o poder exclusivo sobre as alforrias deixava de ser dos senhores de escravos, eles perdiam um dos “pilares da política de controle social” sobre os negros. Em Sidney Chalhoub: *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.

¹⁴ “Costumes, salários e carga de trabalho na indústria do século dezanove” em Eric J.Hobsbawn: *Trabalhadores: Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - Fontes

I. Manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

- Códice 7-3-12: Fiscais; Resolução da Câmara Municipal sobre os fiscais das freguesias, seus deveres e obrigações.
- Códice 6-2-43: Fiscais das freguesias e suplentes (1880-1893)
- Códice 6-2-50: Funcionários - Fiscalizações 1898-1909
- Códice 7-3-12: Fiscais; Resolução da Câmara Municipal (1860)
- Códice 7-3-13: Fiscais; Ofícios (1881-1883)
- Códice 9-2-37: Infração de posturas da Candelária (1870-1888)
- Códice 9-2-36: Infração de posturas de Santa Rita (1870-1887)
- Códice 9-2-39: Infração de Posturas de Engenho Velho (1871-1892)
- Códice 9-2-40: Infração de posturas e multa das freguesias de Santo Antônio, do Engenho Velho, Engenho Novo, de Espírito Santo e de São Cristóvão (1880-1889)
- Códice 11-1-2: Provas de exames, certidões, e auxiliares de comércio (1856)
- Códice 11-1-2: Instrução Pública - Provas de exames - Certidões e atentados - Aula do comércio e adoção de livros: Papéis separados por espécie e ordem cronológica.
- Códice 16-4-25: Editais do Senado e da Câmara e Posturas (1841-1892)
- Códice 16-4-26: Editais do Senado e da Câmara e Posturas (1841-1903)
- Códice 16-4-27: Editais da Câmara Municipal; Posturas (1870-1879)
- Códice 16-4-28 Editais da Câmara e do Senado (1858-1879)
- Códice 17-3-4: Atas das sessões da Illma. Câmara Municipal (1879-1880).

- Códice 17-3-5: Atas da Ilma Câmara Municipal (1880-1881)
- Códice 18-1-19: Câmara Municipal; 28-01-1880 a 227-05-1881
- Códice 18-1-20: Câmara Municipal; Atas das Sessões de 04-01-1879 a 28-01-1880
- Códice 18-1-21: Câmara Municipal; 1887-1909
- Códice 18-1-40: Câmara Municipal; Sessões (1840-1888)
- Códice 18-2-40: Câmara Municipal; Posturas e Editais (1880-1888)
- Códice 18-2-11: Câmara Municipal; Posturas e Editais (1881-1890)
- Códice 18-2-14: Consolidação de lies e posturas municipais (1880)
- Códice 18-3-23: Legislação; Posturas (1905)
- Códice 18-3-24: Posturas, infrações (1905-1906)
- Códice 18-2-13: Posturas e Leis Municipais; DEC - Lies de 1896 a 1906
- Códice 18-3-25: Decretos legislativos (1906)
- Códice 18-3-26: Decretos executivos (1906)
- Códice 18-3-27: Legislação Municipal e Vetos (1906)
- Códice 18-2-13: Posturas e leis municipais (de 1896 a 1905): Rascunho com várias notas coligidas por Ulpiano Fuentes Carqueja.
- Códice 39-4-5: Associações e Sociedades: Políticas, científicas, artísticas, literárias, recreativas, beneficentes e religiosas.
- Códice 39-4-6: Associações e sociedades: Comunicações, licenças, multas e outros.
- Códice 43-3-36: Fechamento de casas comerciais aos domingos; Parecer do Dr. Bandeira de Mello, advogado da Intendência Municipal, sobre o fechamento de casas comerciais aos domingos.
- Códice 43-3-37: Fechamento das Casas Comerciais: Proposta do Vereador Duque Estrada - de 29 de outubro de 1852 - para que todas as casas comerciais fechem suas portas aos domingos, quinta e sexta feira santas, assim como nos dias de Natal e Corpo de Deus. Ofício do fiscal de Paquetá sobre o fechamento das casas comerciais às 10 horas da noite, tocando os sinos das igrejas a essa hora.

- Códice 43-3-38: Fechamento das casas comerciais: aos domingos e em dias santificados. Representação dos caixeiros das casas comerciais da praça do Rio de Janeiro.
- Códice 43-3-39: Fechamento das casas comerciais: exposição de negociantes sobre a postura de 15 de novembro de 1873, com referência à casas que vendem bebidas alcoólicas, acompanhada do officio do chefe de policia, desembargador Tito de Matos.
- Códice 43-3-40: Projeto de postura sobre o fechamento das portas (1886).
- Códice 43-3-42: Fechamento das casas comerciais: Comunicação de negociantes que voluntariamente se comprometem a fechar aos domingos suas casas de comércio e calçados, da Cidade Nova; de fazendas e armazéns e de vários ramos de negócio das ruas Senador Euzébio e adjacentes. Tudo na Cidade Nova.
- Códice 43-3-43: Fechamento das casas comerciais. Parecer da Sociedade Commercial dos Varejistas de Secos e Molhados contra o fechamento das portas.
- Códice 43-3-44: Fechamento das Portas; Requerimento de Empregados de descarga de vapores. Fechamento das casas comerciais; Requerimento dos empregados das confeitarias, sobre o mesmo assunto. Fechamento das casas comerciais; Requerimento dos barbeiros pedindo que lhes seja extensiva a postura sobre não trabalharem aos domingos. Fechamento das portas; Requerimento dos varejistas para o fechamento de todas as casas comerciais ao mesmo horário. Fechamento das casas comerciais; Requerimento dos negociantes da freguesia da Lagôa. Fechamento das casas comerciais: Protesto da Sociedade União dos Varejistas de secos e molhados.
- Códice 43-3-45: Fechamento das casas comerciais; caixeiros do comércio na freguesia da Gávea.
- Códice 43-3-47: Fechamento de casas comerciais - Turmas de empregados para os serviços das casas comerciais; lei n.846, de 21 de dezembro de 1911. Fechamento das casas comerciais; Protesto da sociedade União Commercial dos Varejistas de Secos e Molhados, sobre a lei n.79c., que mandou fechar aos domingos todas as casas comerciais.
- Códice 49-1-26: Queixas sobre amostras nas pintas de casas comerciais da Rua dos Andradas.
- Códice 58-3-54: Relação das casas de pasto, botequins, hospedarias, quitandas da freguesia de Espírito Santo.
- Códice 58-4-15: Casas de comércio da freguesia da Lagôa: Officio do Chefe de Policia Bernardino Vasques - Sobre casas que funcionam fora da hora das posturas.
- Códice 58-3-53: Casas de comércio e licenças - Papéis sobre atos da Câmara Municipal a respeito do comércio.

- Códice 59-1-27: Comércio de varejistas: Representação da sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados contra o fechamento das casas comerciais aos domingos ao meio-dia.

2. Fontes impressas

a) Periódicos:

O Caixeiro: Jornal comercial, literário e noticioso. Rio de Janeiro, R.J. (19 de outubro a 09 de 1873)

O Caixeiro: Semanário literário e recreativo dedicado à classe caixeiral. Rio de Janeiro, R.J (05 de março a 23 de abril de 1899)

O Caixeiro: Órgão dedicado à classe caixeiral. Rio de Janeiro, R.J. (15 de novembro de 1881)

Correio da Manhã - Rio de Janeiro, 1903,1905,1906.

Correio do Povo - Órgão Republicano. Redator chefe Sampaio Ferraz (1889). Rio de Janeiro, R.J.

O Figaro, Órgão de todas as classes. Rio de Janeiro: 1909.

Gazeta de Notícias - Rio de Janeiro;1880 e 1906.

Gazeta Operária

A Guerra Social - Periódico Anarquista. João Azurara (1911)

O Internacional: Jornal da classe dos caixeiros de hotéis, restaurantes e brasseries. Rio de Janeiro, R.J.: 1911.

O Iniciador - Publicação Semanal: Dedicado às artes, ciências e literatura em geral; 1881.

O Jacobino - Órgão dos brasileiros; Rio de Janeiro: 1894 e 1896.

Jornal do Comércio - Rio de Janeiro; 1880 e 1881.

Revista Kosmos - Rio de Janeiro; 1905.

O Paiz - Rio de Janeiro. (1911)

O Rio Nú - Rio de Janeiro (1898)

A Semana - Crônica da Vida carioca; Rio de Janeiro: 1911.

Semana Operária

A Terra Livre - Periódico Anarquista; São Paulo: 1905, 1906, 1907, 1910.

União Caixeiral: Órgão da classe. Rio de Janeiro, R.J. (Maio de 1903)

A Voz do Povo: Rio de Janeiro, R.J. (06 a 09 de janeiro de 1890)

A Vanguarda - Jornal Socialista de Combate

b) Literatura:

AZEVEDO, Aluisio, O Mulato. Porto Alegre: L&PM, 1998.

_____, O Cortiço. São Paulo: Livraria Martins, 1965.

MACEDO, Joaquim Manuel de, O Moço Loiro. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MARTINS PENA, Quem Casa, Quer Casa. Rio de Janeiro: MEC (ed. Crítica Darcy Damasceno), 1965.

c) Outros

O Fechamento das Padarias. Requerimento dos donos de padarias contra o fechamento das padarias aos domingos depois do meio-dia. Rio de Janeiro, s.e., 1903.

Maia, J.J.R., O Fechamento das Portas ou As casas de mármore, as portas de bronze, e os homens de ouro, farça dedicada ao caixeiro mais patusco do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Typografia de Peixoto e Leite, 1857.

Fechamento das Portas. Rio de Janeiro, s.e., 1912

GUIMARÃES, Joaquim da Silva Mello, Instituições de Previdência fundadas no Rio de Janeiro: apontamentos históricos e dados estatísticos, 1883.

Prefeitura do Distrito Federal. Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): História e estatística, Rio de Janeiro, 1922.

Relatório da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro - de julho de 1885. Rio de Janeiro, Typografia a Vapor de Pereira Braga e C., 1885.

Silva Jardim, Discursos, Opúsculos, Manifestos; Introdução de Barbosa Lima Sobrinho. Ed. UFF, Rio de Janeiro: 1973.

Código de Posturas: Leis, decretos, editais e resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal - Compilação feita por ordem da Prefeitura, pela repartição do Arquivo Geral: Ed. de 1894.

Ferreira da Rosa; Meio Século - Narrativa histórica da AECRJ. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1930.

Valdir da Rocha; Um século, 1880-1980: 100 anos de proteção e assistência ao comerciário. Associação dos Empregados no Comércio. Rio de Janeiro: 1980.

II - Bibliografia

BATALHA, Cláudio de Moraes; Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930). Tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I: 1986.

CARVALHO, José Murilo de; A Formação das Almas - O imaginário da república no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras: 1990.

_____; Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney; Cidade Febril - Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; A Guerra contra os cortiços - cidade do Rio, 1850-1906. Primeira versão, no. 19; Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990.

_____; Trabalho, Lar e Botequim - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Brasiliense: São Paulo, 1986.

_____; Visões da liberdade - Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert; O Grande Massacre dos Gatos - e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ESTEVES, Martha Abreu; Meninas Perdidas - Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOCAULT, Michel; Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª. edição: 1986.

FORTES, Alexandre; "O direito na obra de E.P. Thompson" em História Social - Revista da pós-graduação em história no.2. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; O Pão Nosso de Cada Dia - Um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e ciências humanas da universidade estadual de Campinas: 1993.

GENOVESE, Eugene D.; Roll, Jordan, Roll - The world the slaves made; First Vintage Books Edition. New York: 1976.

_____; A Terra Prometida - O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HAHNER, June E.; Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil - 1870- 1970 - Brasília: Ed. UNB, 1993.

HOBBSAW, Eric J.; Trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARTINHO, Lenira Menezes; Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, (biblioteca carioca v.4).

NEEDEL, Jeffrey D.; Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PEREIRA, Lonardo Affonso de Miranda; O Carnaval das Letras. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura (coleção biblioteca carioca), 1994.

SCHETTINI, Cristiana Pereira; Nas Barbas de Momo - Os sentidos da presença feminina no carnaval das "grandes sociedades" nos últimos anos do século XIX. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995.

SCOTT, James C.; Domination and the arts of resistance. Yale University: 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Retrato em Branco e Negro - Jornais, escravos, e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina; Mata Galegos -Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1989, coleção Tudo é História.

SEVCENKO, Nicolau; Literatura como missão - tensões sociais e criação cultural na 1ª. república. 3ª. ed. Brasiliense.

SUSSEKIND, Flora; As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SILVA, Eduardo; As Queixas do Povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcos; Caricata República. Zé Povo e o Brasil: São Paulo, 1990.

THOMPSON, E.P.; A formação da classe operária inglesa I - A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ ; A formação da classe operária inglesa II - A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ ; A formação da classe operária inglesa III - A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____ ; Tradición, revuelta y consciencia de clase - Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

_____ ; Senhores e Caçadores - A Origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Edilene; O Amigo do Povo - Grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Dissertação de Mestrado: Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993.